Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Econômica

Aleksas Dalecio Vaitkunas

**A industrialização brasileira: da Primeira Guerra
Mundial à Crise de 1929**

Versão Corrigida

São Paulo
2017

Aleksas Dalecio Vaitkunas

A industrialização brasileira: Da Primeira Guerra Mundial à Crise de 1929.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Orientadora: Prof. Dra. Luciana Suarez Lopes

Versão Corrigida

São Paulo

2017

Prof. Dr. Marco Antônio Zago
Reitor da Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda
Diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Prof. Dr. Osvaldo Luís Angel Coggiola
Chefe do Departamento de História

Profa. Dra. Sara Albieri
Coordenadora do Programa de História Econômica

Ao longo desse trabalho muitas pessoas me ajudaram e contribuíram para essa realização.

Primeiramente gostaria de agradecer a Luciana Suarez, orientadora da dissertação, por toda a ajuda e orientação prestada e principalmente pela paciência e incentivo ao longo desse processo. Deixo registrado meu agradecimento, não só pela orientação prestada no mestrado, mas também pela orientação na graduação.

Agradeço também aos professores com quem tive aulas no mestrado e principalmente aos professores Alexandre Saes e Guilherme Grandi, pelos comentários e orientações dadas no exame de qualificação.

Também gostaria de agradecer meus amigos e colegas que sempre me incentivaram e quando mais precisei me motivaram a seguir em frente.

Por fim, agradeço a minha família por toda a força e energia passada, assim como a compreensão demonstrada nos momentos mais difíceis. Esse apoio foi fundamental, especialmente nos últimos doze meses.

Dentre todos que participaram dessa jornada, sou especialmente grato aos meus pais, com quem convivo diariamente. Sem o apoio deles não seria possível a realização desse trabalho.

Resumo

Esta dissertação trata da evolução do setor industrial brasileiro na Primeira Guerra Mundial e do seu desenvolvimento na década de 1920. A motivação deste trabalho foi a controvérsia existente acerca do tema, pois os principais trabalhos que tratam do assunto divergem a respeito dos efeitos da Guerra sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, não existindo um consenso se esse choque externo iniciou um processo de substituição de importações. Partindo dessa motivação, o primeiro capítulo traz uma revisão dos principais autores que estudaram essa questão, evidenciando as diferentes interpretações existentes na historiografia. Além dessa análise, o capítulo também trata das diferenças da evolução industrial em São Paulo e Rio de Janeiro. O segundo capítulo analisa os dados de produção, o comércio exterior e as informações presentes em mensagens oficiais da época, com o intuito de capturar os principais efeitos do conflito no setor industrial e na evolução do mesmo até a crise de 1929. Por fim, o último capítulo traz uma reflexão sobre as mudanças nas relações políticas com o ganho de importância da indústria na economia brasileira. Assim, o presente estudo permitiu observar um efeito positivo desse estrangulamento externo para a indústria nacional nas décadas de 1910 e 1920, com início de um processo de substituição de importações e aumento de importância do setor na economia e na política nacional.

Abstract

This thesis covers the evolution of the Brazilian industrial sector in the First World War and its development in the 1920s. The motivation for this work is the controversy about this issue, because many works that deals with the subject diverge about the effects of war on the Brazilian industrial development, without a consensus whether this external shock started an import substitution process. From this motivation, the first chapter brings a review of the main authors, who have studied this question, showing the different interpretations in history. In this analysis, the chapter also deals with the differences in industrial development in São Paulo and Rio de Janeiro. The second chapter, analyze the industrial production, foreign trade and the information contained in official message of that time, in order to capture the main effects of the conflict in the industrial sector and the evolution of the sector up to 1929. Finally, the last chapter brings a reflection on the changes in political relations because of the importance gained by the industrial sector to the Brazilian economy. Thus, from the results of Chapters 2 and 3, we have a positive effect of the external strangling in the domestic industry later on the 1910s and 1920s, with the beginning of an import substitution and the increased importance of the industrial sector to the economic and national policy.

Índice

Introdução	8
Capítulo 1 – A industrialização brasileira no início do século XX	12
A industrialização brasileira anterior a Primeira Guerra Mundial	12
A Primeira Guerra Mundial e o desenvolvimento industrial brasileiro.....	17
Investimento Industrial na Primeira Guerra	22
Produção Industrial durante a Guerra	24
A Indústria Brasileira no pós-guerra e a Década de 1920	28
O desenvolvimento industrial no Rio de Janeiro e São Paulo	37
O Processo de substituição de importação	40
Capítulo 2 – Análise do desenvolvimento industrial nas décadas de 1910 e 1920.	42
Produção industrial e comércio exterior do Brasil no período da Primeira Guerra até 1929	42
Análise da produção e comércio exterior em São Paulo e no Rio de Janeiro no período da Primeira Guerra até 1929	58
Impactos da guerra e a substituição de importações.....	68
Capítulo 3 – A política e a indústria	75
A Política industrial e os empresários	77
A Política industrial e os Estadistas.....	81
Conclusão	89
Fontes Primárias	93
Bibliografia.....	95
Apêndice.....	98

Introdução

Existe, na história brasileira, uma controvérsia sobre o desenvolvimento e o crescimento da indústria nacional no período da Primeira Guerra Mundial. Os autores que estudaram o tema divergem em relação aos impactos desse choque externo na economia brasileira. Com base nos dados de importações e estimativas de produção, não há consenso se houve um aumento de produção industrial pontual para suprir as necessidades da Guerra ou se houve o início de um processo de substituição de importação.

As décadas de 1910 e 1920 foram anos de grandes mudanças para a economia brasileira, em virtude das transformações que estavam acontecendo na economia mundial e do conflito bélico entre as principais potências da época. Houve, nesse período, uma mudança no centro da economia capitalista, com o crescimento da economia norte-americana e o declínio da economia britânica. Assim, é interessante resumir o desempenho econômico desses dois países entre o final do século XIX e começo do século XX.

O império britânico era a principal força da economia mundial no século XIX, e seu regime de livre comércio fazia com que o mundo inteiro ficasse atrelado ou dependesse de suas ações. Essa configuração de centro comercial do Reino Unido, associada ao livre comércio, gerou uma longa e generalizada competição de preços ao final do mesmo século. Com isso, entre as décadas de 1870 e 1890, os preços caíram consideravelmente. Também houve queda na taxa de juros e os lucros encolheram. Todos esses efeitos foram decorrentes do contínuo aumento da produção industrial.

O final do século XIX e início do século XX foi o ponto alto do imperialismo de livre comércio inglês. Em nenhum outro momento da história a riqueza e o poder da classe proprietária atingiram níveis tão altos. Porém, os problemas e contradições inerentes ao regime de acumulação britânico continuavam a existir. Dentre esses problemas, o de maior impacto e resolução mais complexa era a intensidade da competição. A intensa competição provocada pelo livre comércio e, principalmente, pela ascensão da Alemanha e dos Estados Unidos na competição interestatal, havia gerado aumento da produção, queda dos preços e, conseqüentemente, queda dos lucros.

Contudo, o início de uma corrida armamentista, na década de 1890, entre essas grandes potências, acabou gerando aumento de preços e, conseqüentemente, os lucros voltaram a crescer. No Reino Unido acreditava-se que, em um eventual conflito, seus investimentos externos seriam suficientes para custear uma guerra, dado que o comércio internacional era sustentado por dois pontos fundamentais: a relação comercial entre a Grã-Bretanha e a Índia, fundamental para a expansão do capital, e os investimentos desse capital excedente nos Estados Unidos, que proporcionavam maiores retornos para o capital britânico. Essa renda proveniente dos investimentos na América do Norte foi essencial para a corrida armamentista do início do século XX. Esse cenário de expansão financeira possibilitou que outros países também pudessem produzir bens industriais ao transferirem parte de sua produção para fora.

Em 1915, a demanda provocada pela Guerra superou todas as projeções feitas pelo Governo Britânico. A demanda por armas, máquinas e matéria-prima fez com que o Reino Unido tivesse que importar grande parte de suas necessidades. Àquela época, com o mercado europeu praticamente fechado, os Estados Unidos se tornaram o principal exportador de bens industrializados e matérias primárias, invertendo a balança comercial entre os dois países.

Ao final da guerra os ingleses estavam em dívida com os americanos, que se tornaram credores não só da Inglaterra como também da maioria dos países latino-americanos. Além disso, no decorrer da década de 1920, a produtividade norte-americana aumentou mais rápido do que no resto do mundo, aumentando também sua vantagem competitiva em relação aos demais países e ampliando a dependência que o sistema mundial de pagamentos tinha com eles. Com isso, após a guerra a economia americana ganhou importância no cenário global, devido ao aumento da produtividade e aos ganhos expressivos de capital no comércio internacional.

É nesse cenário de transição no capitalismo mundial que a economia brasileira se encontrava no início do século XX. Essas transformações, associadas ao impacto externo ocasionado pela Guerra, levaram a mudanças na dinâmica econômica brasileira, uma vez que o setor agroexportador, principal fonte de renda da época, foi impactado. Além do impacto nas exportações, principalmente de café, a pauta de importações também passou por mudanças, permitindo um aumento da produção interna de manufaturas para atender as necessidades da população brasileira.

Apesar de o presente trabalho ter como foco de análise o período da Primeira Guerra Mundial até o final da década de 1920, sabe-se que antes da década de 1910 já existia uma atividade industrial crescente no Brasil. Os autores que escreveram sobre a economia do final do século XIX e início do século XX partem do princípio de que a indústria brasileira surgiu como uma atividade de apoio à principal forma de produção no país, a produção agrícola. Com a evolução e o desenvolvimento da economia brasileira, na primeira metade do século XX, o setor agrário-exportador deixou de ser a principal fonte de renda da economia, passando esse papel para o setor industrial. Entretanto, esse desenvolvimento do setor industrial não foi linear e teve ao longo do tempo diversas fases de crescimento.

A Primeira Guerra Mundial é uma fase, em especial, que gera discordância entre os autores que se propuseram a estudar o tema. Por se tratar de um choque adverso, em um primeiro momento, a análise dos efeitos do conflito sobre a economia brasileira supõe que existiu um estímulo positivo a industrialização do país. Porém, não é isso que os estudos de alguns autores – dentre eles W. Dean, W. Suzigan e A. V. Villela – demonstram, ao afirmarem que as restrições do comércio internacional inviabilizaram o crescimento do parque industrial brasileiro.

Dessa forma, o trabalho atual aborda o período da Primeira Guerra Mundial até as vésperas da crise de 1929, com o intuito de contribuir para a discussão acerca do desenvolvimento industrial brasileiro durante e após o conflito, com destaque para as indústrias paulista e carioca. Assim, foi realizada uma análise do comportamento da indústria e do comércio exterior brasileiro entre 1914 e 1929, com base em dados e mensagens oficiais da época, com o intuito de enriquecer a discussão a partir da visão dos governantes acerca do avanço industrial à época, além dos demais índices comumente usados.

Essa análise foi feita, majoritariamente, com base em dados oficiais presentes nas mensagens anuais dos Presidentes da República, dos Presidentes do Estado de São Paulo e do Ministério da Fazenda, para o período em questão. Além disso, foram utilizados os índices de produção estimados por Haddad no livro *Crescimento do produto real no Brasil, 1900-1947* para captar o comportamento geral da economia do país no período e, também, os dados contidos nos relatórios do Ministério das Finanças Inglês sobre a economia brasileira à época.

Os dados foram analisados sem viés teórico, como uma tentativa de capturar os efeitos da Guerra sobre a produção industrial. Ao interpretar tais dados procurou-se demonstrar se, independentemente dos efeitos da Guerra terem sido positivos ou negativos, houve início de um processo de substituição de importações no país como consequência da Primeira Guerra Mundial.

Por fim, buscou-se relacionar o surto industrial ocorrido entre 1914 e 1929 e as políticas adotadas à época, verificando a existência de alguma mudança comportamental nas classes dominantes e nos governantes. Dessa forma, procurou-se entender se os mesmos passaram a se importar mais com o desenvolvimento da indústria e quais as medidas adotadas nesse sentido. Nesse período, nota-se que além do ganho de importância do setor industrial para a economia do país, os industriais ganharam representatividade política ao longo desses anos e força perante as demais classes políticas e sociais, através de organizações de classe que surgiram no começo do século XX para defender seus interesses.

Capítulo 1 – A industrialização brasileira no início do século XX

A industrialização brasileira anterior a Primeira Guerra Mundial

Este trabalho tem como objetivo discutir o as controvérsias em torno do desenvolvimento da indústria brasileira, como consequência da Primeira Guerra Mundial. Segundo Wilson Suzigan no livro *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*, existem quatro linhas principais de interpretação sobre as origens e o desenvolvimento da industrialização brasileira a partir de uma base agroexportadora (Cf. SUZIGAN, 1986, p.21-22). Essas linhas poderiam ser resumidas da seguinte forma:

- A teoria dos Choques Adversos: linha para a qual o processo de industrialização brasileiro derivou das limitações impostas por choques externos, sendo os principais choques a Primeira Guerra Mundial, a Crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial.
- A industrialização liderada pela Expansão das Exportações: interpretação na qual a renda gerada pelas exportações estimulava o mercado interno, principalmente as atividades complementares ao setor agroexportador. Além disso, a renda excedente gerada no setor exportador, que não era reinvestida, seria investida em atividades industriais. Portanto, essa interpretação da industrialização brasileira, ao contrário da teoria dos Choques Adversos, defende que a indústria se expandiu em anos de bom desempenho para as exportações, contraindo-se em anos ruins para a atividade exportadora.
- Interpretação do Capitalismo Tardio: para essa vertente, a origem das atividades industriais no Brasil estaria atrelada à expansão da atividade cafeeira, assim como a interpretação da expansão pelas exportações. Entretanto, diferentemente daquela, a acumulação de capital nesse caso não é linear. O contexto histórico e específico do processo de industrialização brasileiro, atrasado em relação aos países desenvolvidos, impõe limites e particularidades, tornando a relação entre industrialização e expansão das exportações complexa. Os recursos das exportações de café foram essenciais para o desenvolvimento da indústria e ao mesmo tempo limitantes à sua expansão.

- A quarta e última vertente, de acordo com W. Suzigan, destaca o papel do Estado e das políticas favoráveis às indústrias, concedidas pelo governo, em especial o papel das políticas tarifárias, das concessões de incentivos e dos subsídios.

Ao longo desse primeiro capítulo será feita uma análise historiográfica sobre o desenvolvimento industrial brasileiro ao longo das décadas de 1910 e 1920, com destaque para os impactos e consequências gerados pela Primeira Guerra Mundial. Além de abordar os principais autores, dentro das linhas interpretativas explicitadas por W. Suzigan, também foi analisada a historiografia mais recente sobre o tema. Contudo, antes de entrar na discussão propostas, cabe uma breve análise das origens da indústria no Brasil, antes da Primeira Guerra Mundial, para contextualizar a situação do setor secundário às vésperas do conflito.

A indústria brasileira teve sua origem antes do século XX, com o desenvolvimento das atividades agroexportadoras no território brasileiro. É difícil datar o início dessa industrialização no Brasil, pois a amplitude do conceito de indústria dificulta determinar o surgimento da mesma. Segundo P. Mantoux, a produção de mercadorias para consumo, não fornecidas pela natureza, é o objetivo de toda indústria. Portanto, entende-se que para a indústria existir é necessário haver certa organização e regime da produção (Cf. MANTOUX, 1985, p.1-2).

F. Iglésias, em seu texto *A Industrialização brasileira no século XIX*, diz ser impossível determinar uma data exata ou um marco para o início da industrialização brasileira, entendendo a indústria como um processo de transformação de matéria-prima para o consumo. Desse modo, a industrialização ocorre de acordo com as circunstâncias econômicas e não por lei ou imposição (Cf. IGLESIAS, 1970, p.393).

Pode-se dizer que a indústria de transformação brasileira, no sentido mais restrito de fábricas que buscam lucros, teve suas origens no século XIX, desenvolvendo-se principalmente durante a segunda metade do século XIX. Tal desenvolvimento é destacado não só pelo próprio F. Iglésias, mas também por Versiani & Versiani ao estudarem o desenvolvimento da indústria têxtil no Rio de Janeiro (Cf. IGLESIAS, 1970, p.394; VERSIANI & VERSIANI, 1978, p.128-131). Sendo esse, o conceito de indústria que será explorado ao longo desse trabalho.

Gerald D. Reiss resume o início da industrialização no Brasil a partir do contexto da divisão internacional do trabalho, cujo centro dinâmico da economia brasileira consistia no seu setor primário-exportador.

A produção brasileira de café aumentou consideravelmente, ganhando proporções significativas durante as últimas décadas do século XIX e transformando o país no principal exportador do produto. Concentrada na região Centro-Sul do país, principalmente no Estado de São Paulo, a expansão da produção cafeeira engendrou transformações profundas na economia. (REISS, 1983, p.67)

As primeiras indústrias que se ergueram no Brasil dependeram das exportações de café para a sua expansão, pois foi o café que criou uma força de trabalho propriamente dita no país, promoveu as indústrias com mercados para seus produtos, com o capital e com as divisas necessárias à importação de máquinas, equipamentos e outros insumos. (REISS, 1983, p.69-70)

Stanley Stein, ao estudar o desenvolvimento da indústria têxtil, destaca que a indústria teve pouca proteção oferecida pelo Estado, apesar das várias reformas alfandegárias implementadas até o final do Império, sempre de caráter fiscal. Alguns avanços efetivamente ocorreram na indústria de forma limitada e a partir de bases muito modestas. E, assim como em numerosos outros países, a industrialização foi iniciada pelo setor têxtil (Cf. STEIN, 1979, p.21-25).

Até o último quartel do século XIX, os estabelecimentos industriais existentes no Brasil eram pouco numerosos e seu conjunto inexpressivo. De acordo com R. Simonsen no livro *A evolução industrial do Brasil*, o recenseamento de 1920 mostrou que somente a partir de 1885 a indústria brasileira começou a ter valor significativo para a economia. (SIMONSEN, 1939, p.30). A maioria das indústrias estava concentrada na região do Vale do Paraíba, dadas as características da economia da época. Além disso, como a indústria brasileira nasceu basicamente das necessidades de consumo, que não podiam ser abastecidas pelo mercado externo, sua natureza era quantitativa ao invés de qualitativa, predominando indústrias de alimentação e vestuário (Cf. SIMONSEN, 1939, p.31-33).

Em 1907 foi feito o único levantamento industrial anterior à Primeira Guerra Mundial, tendo como responsável por esse inquérito o Centro Industrial do Brasil. Mesmo sendo um censo incompleto, já é possível notar algumas tendências na indústria brasileira. Àquela época havia uma predominância do setor têxtil algodoeiro; nos dados desse

levantamento, 35% do capital investido e 30% da mão de obra correspondiam a cotonifícios.

De acordo com esses dados havia, nessa época, 3.250 estabelecimentos industriais com 151 mil trabalhadores. Em termos de valor de produção, os têxteis respondiam por 24,6%; alimentos processados, 19,1%; vestuário e calçados, 8%; bebidas, 8%, totalizando 59,7% do valor de produção industrial. Produzia-se também papel, vidros, artigos de couro, sabão, fumo, fósforos etc. Prevalecia o uso de energia a vapor (73%), contra 22% de energia hidráulica e apenas 5% de energia elétrica.

A partir desses dados, Suzigan e Versiani estimam que, em 1907, a produção interna de tecidos de algodão foi duas vezes superior, em valor, às importações desse item. Assim, grande parte do consumo interno já era suprido pela produção doméstica. Os autores estimam que, em 1885, mais do que um quinto das importações brasileiras de tecidos de algodão era proveniente da Inglaterra. Essas estimativas sugerem, portanto, que entre 1885 e 1907 houve um processo de substituição de importações na indústria têxtil. Esses dados revelam que, ainda no século XIX, houve um importante crescimento da indústria têxtil brasileira. Um levantamento efetuado em 1905 mostrou, por exemplo, que a metade da capacidade produtiva de tecidos de algodão, naquele ano medida pelo número de teares, pertencia a cotonifícios estabelecidos antes de 1889, mais de 20% correspondendo a firmas fundadas na década de 1870. (Cf. VERSIANI & SUZIGAN, 1990, p.2-4).

De modo geral, pode-se dizer que a indústria já fazia parte da economia brasileira no século XIX. E partir de 1900 até o início da Primeira Guerra, a indústria nacional teve um aumento em seu ritmo de crescimento e desenvolvimento, crescimento esse liderado pela expansão do setor agrário exportador que era impulsionado pelo setor cafeeiro. Nesse período desenvolveram-se as manufaturas complementares, as atividades agrário-exportadoras e indústrias que complementavam as necessidades do mercado interno no setor de bens de consumo não duráveis.

Nesse contexto, Sergio Silva destaca a importância da economia cafeeira para o desenvolvimento da industrialização no Brasil. A massa de trabalhadores imigrantes que veio para o Brasil a partir dos anos 1880 representava um mercado consumidor para a indústria nascente e também uma potencial massa de trabalhadores assalariados. Esse

aspecto é essencial para a compreensão dos laços que unem indústria nascente e economia cafeeira (Cf. SILVA, 1985, p.92).

Já Stanley Stein destaca que o *boom* cafeeiro do final do século XIX e início do século XX teve aspectos positivos para a industrialização. Os ganhos obtidos com a exportação de café propiciaram: formação de capital de investimentos; atração de imigrantes (mais de um milhão só para SP) nos primeiros 25 anos do século XX; estímulo à construção de estradas e ferrovias; estímulo à urbanização e ao desenvolvimento de novos mercados (Cf. STEIN, 1979, p.107-109).

W. Dean, em *A industrialização de São Paulo*, destaca que entre 1900 e 1915 houve um rápido desenvolvimento industrial em São Paulo. Dentre as razões para esse fato estão crédito fácil às empresas, pouco peso da taxa sobre as manufaturas e relativa facilidade de isenção de taxas para importação de máquinas. Além disso, São Paulo tinha um ambiente mais favorável à indústria do que o Rio de Janeiro, pois não havia o imposto extra no Porto, e suas estradas de ferro, que serviam para escoar a produção cafeeira, convergiam para a cidade de São Paulo, interligando o estado. Apesar da existência de uma política tarifária favorável às indústrias, essas políticas tarifárias protecionistas não eram sistemáticas, e sim exceções ou favores pontuais (Cf. DEAN, 1971, p.91-93).

Dessa forma, a economia brasileira, favorecida pela entrada de divisas provenientes das exportações de café, proporcionou importantes investimentos industriais e obras de infraestrutura nos primeiros anos do século XX. Gustavo Franco e Luiz Lago indicam que houve grande avanço na indústria antes da Guerra. Conforme o Censo de 1920: 33,7% do capital total ainda existente naquele ano correspondiam ao período de 1905 a 1914, e 23,6% apenas ao quinquênio 1910-1914. Mesmo a partir de bases muito baixas, indicadores de formação de capital parecem confirmar uma expansão entre o início do século e a Guerra Mundial. O consumo aparente de cimento passou de uma média de 53,3 mil toneladas entre 1901-1903 para 367 mil toneladas em 1911-1913, com um aumento de 588%. Os dados correspondentes de consumo aparente de aço foram 95,8 mil toneladas e 488,4 mil toneladas, com um aumento ainda considerável de 410%. (Cf. FRANCO & LAGO, 2011, p.31-32). No Brasil, a proporção de bens de consumo nas importações totais foi reduzido de 40,1%, em 1901-02, para 30,7%, em 1910-13 (Cf. VILLELA & SUZIGAN, 1973, p.132), principalmente em função da queda na

importação de bens de consumo não duráveis. Isso confirma um crescimento industrial dos bens de consumo não duráveis que vinha ocorrendo desde 1890, devido a alternados períodos de taxa de câmbio favorável à importação de bens de capital e uma estrutura tarifária que, apesar de ter objetivos fiscais, acabara tendo também efeito protecionista.

A Primeira Guerra Mundial e o desenvolvimento industrial brasileiro

A Primeira Guerra Mundial impactou a economia global e consequentemente afetou a economia brasileira. Esses efeitos sobre o desenvolvimento da indústria nacional, principalmente no que se refere à produção e ao investimento, são controversos entre os autores que se propuseram a estudar esse período. De acordo com a interpretação dos Choques Adversos¹, a guerra foi inteiramente positiva para a indústria brasileira, estimulando um substancial surto industrial. Segundo os autores dessa linha de interpretação, dentre eles C. Prado Jr.,

A grande guerra de 1914-1918 dará grande impulso à indústria brasileira. Não somente a importação dos países beligerantes, que eram nossos habituais fornecedores de manufaturas, declina e mesmo se interrompe em muitos casos, mas a forte queda no câmbio reduz também consideravelmente a concorrência estrangeira. (PRADO Jr., 1980, p. 261)

Já N.C. Luz diz:

O que iria, entretanto, salvar a indústria nacional era justamente essa guerra que, a princípio, acentuara as dificuldades financeiras e econômicas do país. (LUZ, 1975, p. 152)

Para esses autores, embora já existisse um número considerável de indústrias no Brasil, principalmente dos setores têxtil e de alimentos, foi na Primeira Guerra que ocorreu o primeiro grande surto, condicionando o desenvolvimento futuro do setor. Porém, A. V. Villela e W. Suzigan, ao pesquisarem sobre o assunto no livro “Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945”, ressaltam que as evidências empíricas disponíveis não levam a essa conclusão (Cf. VILLELA & SUZIGAN, 1973, p.145-146).

¹ A teoria dos choques adversos possui duas vertentes. Um considera a Primeira Guerra como um choque adverso. Já a segunda vertente, a de Celso Furtado, não considera a Primeira Guerra dessa forma.

Com base nessas evidências, Villela e Suzigan afirmam que as oscilações apresentadas entre os anos anteriores e posteriores à Guerra não deixam claro se houve um crescimento por sua causa ou se ocorreu um aumento natural da produção, que teria ocorrido mesmo se não houvesse guerra.

A. Fishlow, C. Prado Jr., R. Simonsen e N. C. Luz, que analisam a Guerra como sendo positiva à indústria nacional, defendem que o aumento da produção industrial, para suprir o mercado interno carente de importações essenciais proporcionou ganhos aos industriais. Com isso, ao término da Guerra, os lucros obtidos durante o conflito foram convertidos em vultosos investimentos.

Para Gustavo Franco e Luiz Lago, a Primeira Guerra Mundial foi positiva para a industrialização brasileira, pois proporcionou o surgimento de novos estabelecimentos industriais. Segundo os autores, apesar da menor dimensão dos estabelecimentos criados durante a Guerra, houve expansão de capacidade instalada no período de 1915 a 1919. Nesse período, devido às restrições de importações impostas pela Guerra, o aumento da produção interna foi resultante de produção interna dos equipamentos mais simples e da melhor utilização da capacidade instalada. Além disso, em decorrência da Guerra houve uma diversificação industrial. A indústria de carne refrigerada e frigorificada se desenvolveu, as indústrias de madeira e de trabalho de metais também cresceram. Por fim, em 1917, foi criada a Companhia Siderúrgica Mineira (Cf. FRANCO & LAGO, 2011, p.36-37).

Já W. Dean revisou o argumento anterior com base no modelo de industrialização impulsionada pela expansão do setor exportador (Cf. DEAN, 1971). Com uma interpretação tida como extrema, por considerar somente o setor exportador como responsável pela expansão, ele argumenta que a Guerra interrompeu o desenvolvimento industrial, estimulado pelos recursos gerados com a exportação de café, dado que a Guerra comprimiu essas exportações. Além disso, as dificuldades de importar matéria-prima e maquinaria eram fatores limítrofes ao crescimento da produção e do investimento. Entretanto, ele ressalta que as exportações tiveram sua composição modificada e não houve decréscimos de valor das exportações do Brasil, mesmo com a queda das exportações no setor cafeeiro. Essa nova composição se deu pelo fato de que o Brasil passou a exportar mais, para os países com os quais se aliou durante a Guerra,

ou seja, os países da Tríplice Entente, sendo essas exportações compostas de produtos agrícolas, que necessitavam de algum tratamento antes de embarcar.

Michel D. Marson, ao analisar o desenvolvimento da indústria de máquinas e equipamentos, nota que mesmo com a fundação, em São Paulo, de 62 empresas na indústria de máquinas, oficinas mecânicas e fundições a partir da metade da Guerra até 1919, em 1915 ainda havia mais indústrias mecânicas do que em 1920. O autor sugere que as condições econômicas criadas pela Primeira Guerra Mundial, como a redução nas compras de máquinas importadas do exterior, produziram as condições favoráveis para a fundação de várias empresas pequenas para o reparo e a reposição de peças de máquinas. Entretanto, a maioria não conseguiu crescer e se desenvolver, reforçando o argumento de W. Dean, de que muitas empresas surgiram no período da Guerra para atender as necessidades vigentes e, com o término da Guerra, deixaram de existir (Cf. MARSON, 2012, p.68).

Por outro lado, A. Fishlow revisou a versão de W. Dean, apresentando uma visão contrária e argumentando que a Guerra teve um efeito positivo sobre a demanda. Houve estímulo à substituição de importações e o aumento da produção possibilitou o aumento dos lucros que vieram a financiar os investimentos no período seguinte (Cf. FISHLOW, 1972, p.17-18).

Além disso, para A. Fishlow, W. Dean teria superestimado a importância das exportações de produtos industrializados. Segundo o autor, o valor adicionado das exportações de carne e açúcar é baixo, devido a seu baixo custo de produção. Já a escassez de insumos, foi compensada pelo aumento da produção interna e a utilização do excesso de capacidade instalada possibilitou substituir importações que competiam com bens produzidos no país (Cf. FISHLOW, 1972, p.18-19).

Em resumo, pode-se dizer que os autores favoráveis aos efeitos negativos da Guerra, sobre a indústria brasileira, focam sua análise no comércio exterior. Dessa forma, a crise global, do comércio internacional desencadeado na Primeira Guerra, gerou dificuldades de importar e exportar. Assim a indústria brasileira foi afetada, por ser dependente das importações de máquinas, combustíveis, alguns insumos e matérias-primas. Além disso, como argumenta W. Dean, com a Guerra o Brasil reduziu suas exportações de café e, com isso, perdeu divisas para a compra de máquinas e insumos para a indústria.

Já os autores que defendem os efeitos positivos da Guerra focam sua análise na expansão da demanda interna por produtos industrializados. Dessa forma, a restrição de importações teria proporcionado à realização de lucros e a substituição de importações, gerando uma expansão na importação de maquinaria industrial nos anos subsequentes. Nesse contexto, sinalizou-se para o mercado interno o potencial de realização de lucro da produção manufatureira.

Uma possível solução para o impasse, segundo Flavio Saes, passa pelas análises do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, propostas por Sérgio Silva em 1973 e por João Manuel Cardoso de Mello em 1975. Ambos entendem o crescimento industrial como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, reconhecendo que as contradições da econômica exportadora exigiam o desenvolvimento de algum tipo de indústria. Assim, a análise proposta por esses autores parte das relações entre a economia cafeeira, a indústria e seus principais elementos: imigração europeia, trabalho assalariado, formação de mercado de trabalho e constituição da burguesia cafeeira predominantemente mercantil (Cf. SAES, 1989, p.30).

Entretanto, existem diferenças entre as interpretações de Sérgio Silva e J. M. Cardoso de Mello. Enquanto para Sergio Silva o desequilíbrio externo é decisivo para o nascimento da indústria, para J. M. Cardoso esse desequilíbrio faz parte do ciclo de acumulação da economia cafeeira.

Assim, segundo Sergio Silva, a reprodução do capital cafeeiro e as formas de subordinação da economia brasileira ao comércio internacional que levaram ao nascimento e ao desenvolvimento da indústria estavam em contradição com a própria reprodução do capital cafeeiro. Dessa forma, até certo ponto, o Governo foi levado a adotar uma política econômica que favorecesse a indústria. Porém, os efeitos dessa política econômica foram limitados pelos interesses dominantes da grande burguesia (Cf. SILVA, 1985, p.74-75).

De acordo Sergio Silva, a Guerra teve efeitos positivos no capital industrial. O recenseamento de 1920 demonstra parte desses efeitos positivos, dado que 24,2% do capital industrial recenseado em 1920 estavam empregados em empresas criadas entre 1915 e 1920. No antigo Distrito Federal, os estabelecimentos criados durante esse mesmo período empregavam (em percentagens sobre os totais): 13,4% do capital e 21,4% dos operários. Entre 1915 e 1917, pelo menos 323 empresas industriais novas

foram criadas em São Paulo. Nesse mesmo estado foram registradas, em 1915, 41 empresas têxteis com cerca de 18 mil operários contra 47 empresas têxteis e 23 mil operários em 1917 (Cf. SILVA, 1985, p.95-96).

J. M. Cardoso de Mello também parte da análise de que o próprio complexo exportador cafeeiro possibilitou o acúmulo de divisas necessárias para o surgimento do capital industrial, assim como as condições necessárias para o seu desenvolvimento: parcela de força de trabalho disponível, capacidade para importar meios de produção e de alimentos e bens manufaturados de consumo (Cf. MELLO, 1982, p.103-05).

Seguindo essa análise, o capital industrial depende do capital cafeeiro para sua expansão, pois necessita do acúmulo de divisas geradas pelas exportações de café, para repor e ampliar a sua capacidade produtiva, através de importações e também, para gerar um mercado interno consumidor.

Dessa forma, segundo J. M. Cardoso de Mello, a expansão dos preços na economia cafeeira gera acúmulo de capital financeiro superior ao capital real. Esse capital financeiro é transferido ao setor industrial, bastando que esse tenha retorno financeiro, mesmo que esse retorno seja menor que o gerado pelo café. Contudo, quando a taxa de acumulação real cafeeira acelera, há uma atração de recursos externos, gerando concorrência externa às indústrias instaladas. Assim o capital cafeeiro é, ao mesmo tempo, essencial e limitante para a expansão industrial (Cf. MELLO, 1982, p.106-107).

Ao analisar os efeitos da Primeira Guerra Mundial para o setor industrial brasileiro, J.M Cardoso de Mello considera que a Guerra teve efeitos positivos para esse setor. Devido à existência de capacidade ociosa e as dificuldades de importar, a demanda interna existente fez com que as indústrias usassem toda a sua capacidade instalada, aumentando, assim, a sua produção. Além disso, o autor estima que houve um aumento dos lucros no setor industrial, pois dificilmente os salários acompanharam o aumento dos preços de bens manufaturados que subiram mais que os preços de importação (Cf. MELLO, 1982, p.155-156).

Assim, conforme assinalado por Suzigan e Versiani, os efeitos causados pela Primeira Guerra na indústria e as diferentes interpretações das consequências do conflito, para a industrialização brasileira, podem ser vistos como uma questão de foco da análise que os diversos autores dão para a Guerra. Se, por um lado, a economia brasileira foi afetada

com a queda na receita das exportações de café e a impossibilidade de importar máquinas e insumos, para a expansão de seu parque industrial, por outro lado, ao se reparar na evolução do produto industrial, a Guerra teve efeito positivo ao provocar um deslocamento da demanda para os produtos produzidos localmente.

Dessa forma, nota-se que os efeitos da Primeira Guerra Mundial na economia brasileira geraram diferentes análises e interpretações sobre a evolução do desenvolvimento industrial. Contudo, antes de partir para uma análise dos dados que permita demonstrar alguns desses efeitos do conflito sobre a industrialização e, assim, buscar um esclarecimento para essa questão, faz-se necessário detalhar o que esses autores dizem sobre o investimento e a produção industrial durante a Guerra e após o seu término, ao longo da década de 1920. Contudo, como há uma grande divergência de opiniões em relação ao desenvolvimento econômico durante a Guerra, o período de 1914 a 1919 será analisado em duas etapas. Primeiro será exposto como os principais autores enxergam a evolução dos investimentos no período. Depois, será mostrado o ponto de vista desses mesmos autores acerca da produção industrial.

Investimento Industrial na Primeira Guerra

Uma das dificuldades no estudo da industrialização brasileira, no período anterior a 1930, é a falta de dados sobre investimentos na indústria. Geralmente os autores que trabalham com outros períodos usam indicadores de importação de máquinas e equipamentos, mas as estatísticas de importações no período são inexistentes ou demasiadamente agregadas. Outros autores – como F. R. Versiani e M. T. Versiani – estudam qualitativamente indústrias específicas, no caso mais comum, a indústria têxtil de algodão. Porém, usá-las para representar a indústria como um todo pode ser enganoso, pois indústrias distintas podem se desenvolver com diferentes padrões no mesmo período (Cf. VERSIANI & VERSIANI, 1978, p.128-129)

Com vistas a resolver esse problema e obter um indicador que melhor represente o investimento industrial no período, W. Suzigan buscou construir uma estimativa de indicadores de investimentos, com base nos principais componentes necessários para o crescimento da indústria: importações de máquinas e equipamento. W. Suzigan coletou

os dados de exportações de máquinas e equipamentos dos principais supridores para o Brasil, entre 1869-1939, Grã-Bretanha, EUA, Alemanha e França (Cf. SUZIGAN, 1986, p.51-52).

Os dados agregados mostram um declínio de 59,5% em 1914 e um novo declínio de 70,9% em 1915. Em 1915-1916 as exportações de maquinaria industrial para o Brasil representaram 12,6% em relação ao pico alcançado em 1913. (SUZIGAN, 1986, p. 51).

Como não havia uma produção interna razoável de máquinas, supõe-se que o investimento industrial declinou no período. Essa queda, segundo o autor, é explicada pela redução do comércio internacional, aumento dos preços e dificuldades de importar. O desenvolver da Guerra agravou essa redução, pois era cada vez mais difícil importar e a oferta cada vez mais escassa (Cf. SUZIGAN, 1986, p.51-52). W. Dean também destaca o declínio maior de bens de capital e de matérias-primas, com base em dados de importações do porto de Santos (Cf. DEAN, 1971, p.98-99). Os custos de máquinas, matérias-primas e combustíveis importados aumentaram quatro vezes, assim como algumas matérias-primas. Portanto, pode-se dizer que os custos dos fabricantes subiram (Cf. SUZIGAN, 1986, p.57).

Dessa forma A. V. Villela e W. Suzigan chegam à conclusão de ser pouco provável que tenha ocorrido um surto de industrialização, pois basicamente a única fonte de suprimento de maquinarias teve queda drástica, assim como houve queda na importação de matérias-primas e combustíveis (Cf. VILLELA & SUZIGAN, 1973, p.146).

No entanto, ocorreram investimentos externos e realocações de produção significativas nas indústrias de alimentos e na produção de algumas matérias-primas, cuja importação havia sido mais afetada. A maior parte desses produtos que o país passou a exportar se destinavam aos países com os quais o Brasil tinha se aliado na guerra e, em sua maioria, essas exportações eram produtos agrícolas que necessitavam de algum tratamento antes de embarcar (Cf. DEAN, 1971, p.104-105). Segundo C. Prado Jr., durante a Guerra se instalaram muitos frigoríficos para aproveitar a matéria-prima e exportar. A maioria era filial de empresas norte-americanas. Dessa forma, as exportações tiveram sua composição modificada e não houve decréscimos de valor das exportações do Brasil, mesmo com a queda das exportações no setor cafeeiro (Cf. PRADO Jr., 1980, p.267). A indústria de alimentos que recebeu investimentos no período anterior à Guerra, na produção de refino de açúcar e frigorificação de carnes, tinha no período pré-Guerra

exportações praticamente inexistentes. Essas indústrias tiveram forte aumento de exportações no período de Guerra e se mantiveram em nível elevado até 1920.

É significativo lembrar que as exportações desses quatro produtos, isto é, açúcar, carne congelada, banha e tecidos que, em conjunto em 1914, representavam menos de 2% do valor total das exportações brasileiras, em 1918 correspondiam a 16%. Em 1920, no entanto, já correspondiam a menos de 10%. (VILLELA & SUZIGAN, 1973, p. 148).

Entretanto, as exportações de industrializados e semi-industrializados praticamente cessaram no pós-Guerra e o país voltou a exportar uma pauta semelhante à de exportações pré-Guerra (Cf. VILLELA & SUZIGAN, 1973, p.150).

Os efeitos da Guerra foram negativos para a evolução do capital registrado na indústria de máquinas, oficinas mecânicas e fundições paulista. No período do conflito houve queda na importação de máquinas em São Paulo. Ainda em 1920, essas importações não haviam retornado aos patamares anteriores a 1914 (Cf. MARSON, 2012, p.80).

Assim, nota-se a dependência que o Brasil tinha do comércio exterior, principalmente em bens de capitais e insumos para a indústria. Dessa forma, a Guerra impediu que o país investisse na indústria e o parque industrial crescesse, fato esse demonstrado pelas análises de A. V. Villela, W. Dean e W. Suzigan, que comprovam a queda de importações desse gênero para o país. Entretanto, a situação do comércio externo brasileiro não foi tão ruim, pois a exportação de produtos semi-industrializados, destinados a suprir os países beligerantes, permitiu ao país manter o valor de suas exportações.

Produção Industrial durante a Guerra

Da mesma forma que os investimentos industriais foram afetados pelo choque externo, causado pelo conflito, a produção também foi impactada, afetando, assim, o desenvolvimento da indústria nacional. Assim como há uma divergência sobre os investimentos, os autores analisados divergem sobre a evolução da produção industrial, em função do conflito. Dessa forma, faz-se necessário analisar como esses autores enxergam a produção industrial desse período.

A controvérsia sobre a variação da produção industrial brasileira na Primeira Guerra Mundial baseia-se em diferentes tratamentos sobre os poucos índices disponíveis. Os autores A. Fishlow, C. Prado Jr., R. Simonsen e N. C. Luz, que veem a Guerra de forma benéfica para a indústria brasileira e a têm como um fator estimulante para o processo de substituição de importações, o fazem com base na teoria dos Choques Adversos. Conforme descrito neste mesmo capítulo, esses autores partem da análise de que o choque externo causado pela Primeira Guerra ocasionou uma quebra das importações, principalmente dos bens de consumo, que supriam as necessidades do mercado interno. Consequentemente, visando a atender a demanda interna que não foi muito afetada pela Guerra e, principalmente, a procura por bens de consumo não duráveis, a indústria nacional expandiu sua produção. Essa expansão de produção foi possível devido à capacidade ociosa instalada e à falta de concorrência dos produtos importados, dada as restrições externas. Portanto, a partir da interpretação apresentada acima, a Primeira Guerra foi importante para as fábricas já existentes e para o surgimento de novas fábricas, de modo a suprir a procura por artigos com importação interrompida.

R. Simonsen destaca que a principal influência positiva da Guerra deu-se na diversificação da indústria. As necessidades de consumo da época, sem a oferta estrangeira, estimularam o nascimento de várias pequenas indústrias e a fabricação de novos produtos que se desenvolveram principalmente em São Paulo (Cf. SIMONSEN, 1939, p.31).

Por outro lado, W. Dean, W. Suzigan e A. V. Villela analisam a Guerra como um choque exógeno que atrasou o desenvolvimento industrial brasileiro, e partem da análise de que a queda nas importações, em determinado momento, levou à falta de matérias-primas e insumos, estagnando a produção industrial brasileira. Em vários setores industriais a produção foi afetada pela falta de matérias-primas e insumos importados e, ao final da Guerra, pela falta de maquinaria. Finalmente, nota-se que durante a Guerra não houve desenvolvimento significativo da indústria de base ou bens de capital (Cf. SUZIGAN, 1986, p.55-56).

A. Fishlow estimou um índice de produção industrial com base nos dados sobre as estatísticas de impostos de consumo, devido à inexistência de dados sobre a produção industrial brasileira.

Um índice de quantidade calculado com base na produção registrada para fins de cobrança de imposto de consumo, e ponderada pelos valores adicionados de 1919, mostra uma tendência semelhante. De 1914 a 1918 este índice cresceu a uma taxa anual de 8,5%, e a uma taxa mais baixa, porém ainda assim apreciável 4,4%, quando pontos extremos foram alterados para bases mais favoráveis – 1911-1913 e 1919 [...] Comparada com toda a década dos anos 20 e sua taxa de crescimento de menos de 4%, a expansão verificada durante a guerra é nitidamente superior. (FISHLOW, 1972, pp. 18-19)

Já W. Suzigan partiu do índice de produção industrial estimado por Haddad em 1978 (segundo o próprio Suzigan, o mais completo e abrangente para o período) para dizer que apesar de a gama de produtos presentes no índice de 1907 ser menor que a gama de produtos de 1920, a produção industrial caiu:

O índice agregado mostra que a taxa anual de crescimento da produção industrial caiu de 9,1% em média nos cinco anos anteriores à guerra (1908-1913) para 4,4% durante a guerra. (SUZIGAN, 1986, p. 53)

Por fim, R. Simonsen se apoia em uma análise dos recenseamentos de 1907 e 1920 para demonstrar o desenvolvimento da indústria no período da Guerra, no estado de São Paulo, e sua participação no total da produção industrial do país (Cf. SIMONSEN, 1939, p.36).

Em 1907, orçava apenas por 16%, em 1914, por 20% e em 1920, por 33% [...] O valor da produção industrial paulista, que em 1914 era de 293 mil contos, subiu a 1073 mil contos em 1920. (SIMONSEN, 1939, pp. 36-38).

O autor analisa que a inflação no período, refletida no câmbio e no custo de vida, foi de cerca de 60%. Com base nesse índice pode-se dizer que a produção industrial em 1920 era 130% maior do que em 1914 (Cf. SIMONSEN, 1939, p.38). Para R. Simonsen, a Primeira Guerra deu um novo impulso à evolução industrial paulista, e as crescentes necessidades de consumo forçaram a industrialização brasileira (Cf. SIMONSEN, 1939, p.38).

Nesse contexto, W. Dean contesta R. Simonsen ao afirmar que o problema dos censos é incluir os períodos anteriores e posteriores à Primeira Guerra, e, além disso, o censo de 1907 é incompleto, se comparado ao de 1920, dando um viés de subestimar os dados de 1907 (Cf. DEAN, 1971, p.100-102).

Contudo, as indústrias que processavam matérias-primas domésticas nesse período aumentaram sua produção para suprir o mercado interno. Algumas delas – como as de açúcar, carne industrializada e óleo de caroço de algodão – também aumentaram sua produção para atender a demanda externa. Segundo C. Prado Jr., nesse ponto de desenvolvimento a indústria já era importante para a economia do país. Uma boa parcela de artigos manufaturados já era produzida aqui, o que ajudava a busca do equilíbrio das contas externas (Cf. PRADO Jr., 1980, p.261-262).

É nessa conjuntura, aliás, que repousará em grande parte a indústria: tornara-se um elemento indispensável ao funcionamento normal da economia brasileira que já não poderá mais dispensá-la sem um distúrbio profundo de todo seu equilíbrio. Isto dará à indústria uma grande segurança. (PRADO Jr., 1980, p. 262)

Para Stanley Stein, com base em dados das indústrias têxteis, a Guerra teve efeitos positivos para a produção de tecidos, uma vez que a proteção ocasionada pela desorganização do comércio mundial permitiu que as fábricas de tecidos brasileiras tivessem o monopólio do mercado interno. Aproximadamente metade dos equipamentos que a indústria têxtil algodoeira possuía em 1925 já haviam sido instalados e estavam em funcionamento desde 1915.

A expansão dos equipamentos antes da guerra e a capacidade ociosa que funcionaram as fábricas durante os anos de recessão (1913-1915) facilitaram, sem a menor dúvida, o seu desempenho durante a guerra. (STEIN, 1979, p.116)

Além disso, o autor corrobora seu argumento com base nas estatísticas sobre o número de fábricas e equipamentos na indústria têxtil algodoeira, entre 1905 e 1921. Segundo Stanley, em 1921 o Brasil possuía 242 fábricas de tecidos de algodão e, em 1905, apenas 110. Nesse mesmo período, o número de fusos saltou de 34.928 para 1.521.300; o de teares, de 24.420 para 57.208; e o número de empregados das fábricas de tecidos quase triplicou.

Por fim, para Eulália Lobo, mesmo com as incertezas contidas nos censos de 1907 e 1920, os dados mostram variações no ritmo de crescimento do setor industrial. Pode-se dizer que a maior expansão industrial, desde 1849, ocorreu de 1914 a 1919 graças à inflação, às facilidades de crédito e à conquista de mercado externo. Além do mercado interno preexistente, que deixou de ser suprido por importações. Contudo, a própria

autora ressalta que mesmo antes da Guerra esse mercado interno não era satisfeito pelas importações.

Da discussão apresentada acerca do investimento e da produção industrial no período da Primeira Guerra Mundial, nota-se que a falta de consenso dos autores estudados, na análise dos impactos do conflito sobre a indústria, partindo dos mesmos dados e índices disponíveis. Assim a partir destas informações em comum, esses autores aplicam diferentes tratamentos levando a análises e conclusões distintas, que inviabiliza um consenso entre eles. Apesar dessas divergências, pode-se auferir, através de dados e relatos disponíveis, se a Guerra foi benéfica ou não para o desenvolvimento industrial. Dessa forma, nos próximos capítulos será feita uma análise de dados com o intuito de contribuir para essa discussão e enriquecê-la.

A Indústria Brasileira no pós-guerra e a Década de 1920

Com o fim da Primeira Guerra, pode-se dizer que apesar de haver variações específicas em períodos de dois a três anos, o desenvolvimento industrial de 1919 até 1929 teve duas fases distintas. A primeira, de 1919 até 1924, foi de recuperação nos investimentos, com a expansão industrial e a consolidação das indústrias de bens de consumo não duráveis no mercado interno, com destaque para as indústrias têxteis e alimentícias. No segundo momento, de 1924 até 1929, a estabilização cambial decorrente da política de valorização do café implicou o barateamento das importações e o aumento da concorrência destas com a produção nacional. Além disso, houve uma queda no peso relativo das tarifas sobre os produtos importados, de forma que as tarifas perderam importância como mecanismo de proteção.

Versiani estima que devido a essa evolução dos preços relativos, a concorrência dos tecidos importados foi mais forte depois de 1924, quando se estima que a participação das importações no consumo interno tenha passado de aproximadamente 7% em 1921/23 para 17% em 1925/28 (Cf. VERSIANI, 1982, p.71).

As evidências apontadas por C. Prado Jr., S. Silber e A. Fishlow indicam que essa primeira fase de expansão e consolidação dos investimentos foi de 1919 até 1924, quando houve desvalorização do câmbio. A partir de 1924 os efeitos da política de

valorização do café resultaram em certa valorização cambial e estabilização do mesmo. Dessa forma, os produtos estrangeiros ficaram mais baratos de se importar, provocando um crescente aumento de sua concorrência com a indústria nacional até 1929.

Em 1919, de acordo com A. Fishlow, a indústria já possuía uma autonomia substancial na produção de bens de consumo. Os alimentos eram protegidos pela distância geográfica e pela necessidade de insumos agrícolas. Os têxteis dominavam o mercado nacional por causa da substituição de importação e o crescimento da renda interna, embora ainda restasse uma grande dependência de importação de bens de capitais e intermediários (Cf. FISHLOW, 1972, p.19-20).

J. M. Cardoso de Mello recorda que, durante a Primeira Guerra Mundial, o setor industrial foi atingido pelas dificuldades físicas de suprimento de bens de produção e pela restrição das importações. Se, por um lado, a Guerra reforçou a capacidade financeira das empresas, por outro lado, acumulou uma demanda por reposição dos equipamentos e bens de capital. Assim, com o término da Guerra, as empresas investiram em novos equipamentos e no aumento da capacidade produtiva (Cf. MELLO, 1982, p.163).

Segundo J. M. Cardoso de Mello, entre 1919 e 1921, a capacidade produtiva cresceu mais do que a demanda devido às dificuldades da economia cafeeira, fato que implicou a eliminação das empresas mais fracas do mercado. Esse enxugamento do mercado proporcionou que, em 1922-1923, a produção voltasse a crescer respaldada pelas margens de lucro das empresas sobreviventes (Cf. MELLO, 1982, p.163-164). O autor afirma que a alta capacidade de acumulação do setor cafeeiro, a partir de 1924, resultou em aumento do poder de compra e incremento da entrada de capitais externos, permitindo um aumento das importações e, conseqüentemente, uma maior concorrência de bens manufaturados frente à indústria nacional.

A. Villela e W. Suzigan afirmam que os efeitos da valorização do café foram sentidos e houve recuperação e manutenção dos preços elevados até 1928, o que tornou as relações de trocas favoráveis e permitiu a expansão das importações.

Assim, em média, no período 1920-1928, a taxa anual de crescimento do volume de produção das culturas de exportação (com forte preponderância do café) foi de 9%, enquanto que a produção agrícola como um todo foi de 4,5% e a da produção industrial, de apenas 3,9%. (VILLELA & SUZIGAN, 1973, p. 151)

Nota-se, segundo A. Villela e W. Suzigan, que a participação média das importações de bens de consumo não duráveis caiu fortemente, aumentando as importações de matérias-primas e bens de capital para a indústria.

Dentre as classes de indústria que mais sofreram declínio em sua participação nas importações, destacam-se justamente a têxtil, produtos alimentares e bebidas, cuja participação conjunta caiu de 40,5% na década de 1900-1910, para 23,1% em 1920-1929. (VILLELA & SUZIGAN, 1973, p. 170)

Tais fatos demonstram que a indústria de bens de consumo continuou a ganhar importância na década de 1920, se consolidando como o segmento industrial mais importante à época. Outros segmentos importantes, como as indústrias siderúrgicas e de cimentos, só começaram a ter expressão na segunda metade dessa mesma década (Cf. VILLELA & SUZIGAN, 1973, p.170-176).

Também, para C. Prado Jr., durante a década de 1920 seria possível observar dois períodos de desenvolvimento industrial: um de prosperidade e outro de estagnação. A situação de prosperidade duraria até 1924, graças à desvalorização da moeda e as emissões de papel moeda. Porém, a partir desse ano a situação se inverteu e a moeda se valorizou até 1927, quando se estabilizou. Por outro lado, o comércio externo se fortaleceu devido à política de valorização do café e intensificaram-se os fluxos de entrada de capital estrangeiro. Essa folga nas finanças externas, dado o aumento das exportações, permitiu uma crescente concorrência de produtos estrangeiros, pois as importações cresceram atingindo quase todos os setores da indústria nacional (Cf. PRADO Jr., 1980, p. 266).

S. Silber é outro autor com pensamento semelhante. Entre 1919 e 1923, a taxa cambial se desvalorizou protegendo o setor cafeeiro. Já entre 1924 e 1929, a política de controle da oferta de café foi bem-sucedida, valorizando e mantendo em patamares altos os preços do café, aumentando consequentemente o valor de sua exportação. Porém, o Governo manteve o câmbio artificialmente estável quando deveria se esperar uma valorização cambial, dado o sucesso da política de defesa do café (Cf. SILBER, 1978, p.178-179).

Segundo Eulália M. Lobo, mesmo através de indicadores indiretos sobre a produção e investimentos da indústria, pode-se inferir, a partir das importações de bens de capital,

que houve um aumento da capacidade produtiva entre 1920 a 1929 e certa estagnação na produção (Cf. LOBO, 1978, p.537-538).

A taxa média do crescimento industrial caíra de 4,6% (1911-19) para 3,9% (1920-29). O ramo considerado mais responsável por esse declínio foi o da indústria de tecidos, pioneira da transformação industrial nos anos do encilhamento e as fábricas tradicionais de fumo e bebidas. (LOBO, 1978, p.534)

De modo geral, entre 1923 e 1928, o comércio exterior se expandiu e os preços do café se mantiveram altos, o que possibilitou uma elevada capacidade de importar bens de capital e de consumo. Em 1924 iniciou-se um período difícil para a indústria devido aos efeitos da valorização do café que resultaram em uma política deflacionária favorável à importação. Além disso, as tarifas alfandegárias não compensavam os prejuízos causados pela valorização cambial (Cf. LOBO, 1978, p.535).

No que se refere aos investimentos nesse período, houve aumento em praticamente todos os setores da indústria e também uma maior diversificação. Foram criadas fábricas de cimentos e usinas siderúrgicas, aumentou-se o investimento na indústria mecânica com o início da fabricação de máquinas agrícolas, máquinas e equipamentos industriais, além de equipamentos de construção.

No imediato pós-Guerra, segundo W. Suzigan, o investimento recuperou-se rapidamente e manteve-se elevado durante a década de 1920. A rápida recuperação dos investimentos em 1919-1920 pode ser explicada pelas grandes encomendas, destinadas a repor os maquinários que se tornaram obsoletos ou estavam depreciados, após os anos da Guerra. Além disso, verificou-se um processo de diversificação industrial. Entre os produtos que passaram a ser fabricados localmente, podem ser citados: ferro-gusa, cimento, ferramentas elétricas, motores elétricos, máquinas têxteis, equipamentos para o refino do açúcar, implementos agrícolas, aparelhos de gás, relógios e instrumentos de medição (Cf. SUZIGAN, 1986, p.86).

Com a crise de 1921-22 as encomendas foram reduzidas e houve uma depreciação cambial, elevando os custos das importações. Porém, o programa de defesa do café e as políticas de 1922-23 elevaram a renda interna e o câmbio valorizou-se. Assim, o investimento na indústria de transformações voltou a aumentar e permaneceu elevado até 1929 (Cf. SUZIGAN, 1986, p. 86). Isso só foi possível dada a forte entrada de divisas das exportações de café e o câmbio valorizado, que barateava o preço dos

importados. W. Dean estende essa análise ao relatar que os anos de maiores aumentos nas importações ocorreram entre 1923-1925 e depois em 1926. Esses foram anos muito bons para a indústria (Cf. DEAN, 1971, p.117).

Nota-se uma relação entre investimentos industriais e receita das exportações até o fim da década de 1920. Tomando como base a importação de máquinas e equipamentos, o comportamento do investimento industrial foi determinado, de modo geral, pelo comportamento da receita das exportações e do estoque real de moeda. As políticas comerciais forneceram alternadamente proteção tarifária ou cambial em certos períodos, mas em longo prazo essa proteção serviu apenas para que os preços das importações não caíssem ainda mais, exceto em algumas indústrias específicas.

Segundo Michel D. Marson, na década de 1920 houve crescimento e diversificação da produção de máquinas, oficinas mecânicas e fundições no Estado de São Paulo. Em 1919 havia 54 empresas produtoras de máquinas e equipamentos, já em 1929 a Estatística Industrial do Estado de São Paulo registrou 130 empresas produtoras de máquinas para a lavoura e a indústria e 159 oficinas mecânicas para reparo de máquinas. Apesar da pequena quantidade de empresas na indústria de máquinas e equipamentos, com as informações sobre o ano de fundação delas, o autor indica que existiu uma renovação das mesmas nesse período. Houve uma diversificação dessa indústria com a produção de máquinas para tecelagem, cerâmica, maquinismos para padaria, para calçados, para olarias, estamparias, para fabricação de macarrão e pão, máquinas para metalurgia, indústria têxtil em geral, fábricas de vidros, motores, caldeiras a vapor. Dessa forma, o autor sugere que a maioria das empresas fundadas na década de 1920 produzia para atender a demanda industrial, ao contrário das empresas fundadas antes de 1919 que, em sua maioria, visavam a atender a agricultura (Cf. MARSON, 2012, p.99-100).

Já a produção industrial na década 1920 teve um comportamento inverso ao do investimento. De modo geral, a década de 1920 não foi boa para a produção industrial. Para S. Silber, a política de sustentação do setor cafeeiro foi bem-sucedida, elevou os preços externos e, com o câmbio estável, transferiu esse aumento de preços em ganhos para os cafeicultores. Essa mudança de preços relativos beneficiou a indústria entre 1920/1923, devido à desvalorização cambial, mas foi ruim para a indústria no restante da década de 1920 (Cf. SILBER, 1978, p.180-181).

De acordo com Versiani, nos anos de 1920, a indústria têxtil, principal setor industrial da época, passou por uma fase oposta à da Primeira Guerra, pois experimentou um baixo crescimento da produção. A indústria têxtil sofreu uma queda de produção após 1922/23 e não mais atingiu esse nível de produção até o final da década. Porém, com relação aos investimentos, houve uma expansão significativa. Como resultado, no final da década de 1920 havia uma importante capacidade produtiva ociosa que possibilitou o rápido crescimento da produção no início da década de 1930 (Cf. VERSIANI, 1982, p.63-67).

Em São Paulo, por exemplo, o número de cotonifícios aumentou de 64 para 81, entre 1925 e 1927, ao mesmo tempo em que o número médio de operários, teares e fusos por estabelecimento diminuiu, sugerindo um tamanho médio inferior para as novas fábricas. Segundo o autor, as vantagens das novas fábricas na concorrência com as já estabelecidas eram de duas ordens. Uma de superioridade locacional, propiciada em boa parte pelo aumento da disponibilidade de energia elétrica fora dos grandes centros. E outra de ordem tecnológica, pois os equipamentos têxteis instalados na década de 1920, mais novos, tinham vantagens de produtividade e custo de manutenção sobre as máquinas mais antigas (Cf. VERSIANI, 1982, p.78-79).

Entretanto, o padrão de investimentos no setor têxtil, foi diferente dos demais. O autor compara a importação de máquinas e equipamentos têxteis à de outras máquinas e equipamentos. No setor têxtil houve declínio de importações após 1925, ao contrário da importação de máquinas não têxteis que aumentaram na segunda parte da década de 1920 (Cf. VERSIANI, 1982, p.66).

Para A. Fishlow, a produção têxtil continuou sua expansão até 1923, com a participação estrangeira crescendo ao longo da década a ponto de, em 1928, as importações voltarem ao nível anterior ao da Primeira Guerra Mundial. Surgiu, assim, a necessidade de uma nova tarifa protecionista, pois a tarifa de 1900 tinha sido reduzida pelo aumento dos preços internos. A situação ficou ainda pior devido aos pesados investimentos para expandir e modernizar a capacidade da indústria após a Guerra. Entre 1923 e 1926 o índice de produção cresceu com dificuldade, com uma melhora em 1927 atribuída à indústria têxtil e, em 1928, às novas indústrias de cimento, ferro, aço e papel (Cf. FISHLOW, 1972, p.24-25).

Stanley Stein também baseia sua análise na indústria têxtil e afirma que após a I Guerra surgiram várias pequenas fábricas no interior dos Estados, em virtude da proteção regional decorrente dos custos de transporte (Cf. STEIN, 1979, p.119).

A vigorosa demanda de produtos de algodão, reflexo da prosperidade geral promovida pelo política de valorização do café, explica, em parte, o aumento do numero de fábricas têxteis de algodão, que, de 242 em 1921, passou para 354 em 1927. (STEIN, 1979, p.119)

O autor também destaca os investimentos na adoção de equipamentos mais modernos, visando a aumentar a produtividade. Entre 1922 a 1927, o ingresso de máquinas têxteis no país, medido em peso, foi três vezes maior que nos sete anos anteriores. Contudo, a concentração dessas indústrias pouco se modificou. Do total de 354 fábricas distribuídas ao longo da costa brasileira, em 1927, 29 detinham 62% dos fusos e 53% dos teares, fabricando 50% de todo o tecido produzido no país (Cf. STEIN, 1979, p.121).

De forma mais detalhada, A. V. Villela e W. Suzigan relatam que os anos de 1922-1923 foram de aumento nos meios de pagamentos, déficits orçamentários, desvalorização cambial e alta de preços, constituindo o único período em que a produção industrial atingiu níveis elevados em toda a década. A estagnação de 1924-1926 coincidiu com a contenção fiscal, monetária e cambial, e a recuperação de 1927-1928 coincidiu com a expansão dos meios de pagamentos. Com relação à política cambial, destaca-se que a forte desvalorização de 1920 a 1923 favoreceu o aumento da produção industrial no período, já que os importados concorrentes ficaram mais caros. Já com a valorização de 1924-1926, caiu a produção industrial e aumentaram as importações de bens de capital. A recuperação da produção ocorreu com a desvalorização de 1927 e a estabilização até 1929 (Cf. VILLELA & SUZIGAN, 1973, p.173).

Por fim, os autores concluem que essa diversificação do investimento foi promovida e subsidiada pelo Governo. Mesmo durante a Guerra, foram expedidos atos concedendo incentivos e subsídios para indústrias de ferro e aço, artigos de borracha, soda cáustica, óleo de caroço de algodão e processamento de carnes. A partir da década de 1920 essa ajuda aumentou e passou a cobrir mais indústrias como as de cimento, papel e celulose, fertilizantes e artigos de seda. Contudo, é importante ressaltar que o Governo ajudava determinadas indústrias, mas sem um programa ou plano geral de desenvolvimento para a indústria (Cf. VILLELA & SUZIGAN, 1973, p.175-178).

É importante também ressaltar que parte importante do acúmulo de capital no período, veio através de reinvestimentos dos lucros. Os altos lucros obtidos até 1924, associados à valorização cambial, teriam fornecido as condições necessárias para a expansão dos investimentos.

C. Prado Jr. ressalta a importância do setor de subsidiárias de grandes empresas estrangeiras que se instalaram no país, setor que ganhou impulso na Primeira Guerra. Segundo o autor, em um primeiro momento, essas empresas se aproveitavam da mão de obra barata existente no Brasil, das facilidades de transportes para vender no mercado interno e da isenção de algumas tarifas, principalmente as de importação, para realizar o acabamento ou montagem de seus produtos no Brasil. Em segundo momento, após instalarem suas fábricas no país, à medida do possível ou por conveniência, essas empresas transferiram toda a sua linha de montagem para o território brasileiro. De acordo com C. Prado Jr., muitos frigoríficos se instalaram no país durante a Guerra, para aproveitar a matéria-prima e exportar. Porém, foi após a Guerra que esse tipo de indústria se multiplicou no Brasil (Cf. PRADO Jr., 1980, p.266-267).

Gustavo Franco e Luiz Lago avaliam que mesmo com números fracos para o crescimento industrial em seu conjunto, o país experimentou uma diversificação tanto regional quanto setorial na década de 1920, ainda que, em 1930, a agricultura ainda respondesse por 35,8% do PIB contra 14,8% da indústria. Entretanto houve alterações na participação regional da produção industrial com São Paulo, passando a responder por 33,1% do valor da produção e 30,6% do emprego em 1919 (contra 15,9% e 16,0% em 1907) e a cidade e o estado do Rio de Janeiro recuando respectivamente de 37,8% e 32,3%, dos mesmos totais em 1907, para 28,5% e 26,4% em 1919 (Cf. FRANCO & LAGO, 2011, p.51-52).

Com relação à diversificação da produção industrial, Gustavo Franco e Luiz Lago destacam as indústrias de ferro, aço e cimento, que receberam incentivos do governo sob a forma de isenções fiscais e fretes favorecidos em estradas de ferro públicas. Isso permitiu um aumento de produção desses artigos. A produção de ferro gusa aumentou de 12 mil toneladas em 1918 para 33,7 mil em 1929. Em 1924, a Companhia Belgo Mineira passou a produzir lingotes de aço, beneficiando-se inclusive de empréstimos governamentais, e, em 1929, a companhia já supria 75% das necessidades internas de lingotes. Para o estabelecimento da indústria de cimento, o governo concedeu isenções

de tarifas de importação sobre equipamentos e de imposto de consumo, exigindo que metade dos empregos criados fosse preenchida por brasileiros e que 30% da produção fosse vendida ao governo. Dessa forma, uma primeira fábrica foi estabelecida em 1926, com capital canadense, e a produção interna alcançou 96,2 mil toneladas em 1929 (Cf. FRANCO & LAGO, 2011, p.53).

Portanto, o período que se estende da Primeira Guerra às vésperas da crise de 1929, foi importante para a diversificação do desenvolvimento industrial e o crescimento de algumas indústrias já instaladas. Porém, apesar do crescimento do mercado interno, a formação do capital industrial ainda dependia do desempenho da economia de exportação.

As indústrias que começaram a se desenvolver a partir da Primeira Guerra apresentaram diversificação nos investimentos. Sendo assim, os investimentos não se concentravam mais em setores complementares da economia de exportação, também passando para a produção de bens intermediários como cimento, ferro e aço, produtos químicos, fertilizantes, papel e celulose etc., além de alguns bens de capital. Já o Governo teve um papel limitado e inconsistente face aos compromissos com a cafeicultura.

Contudo, a indústria ainda mantinha uma relação muito próxima com a econômica cafeeira, pois a mesma originou-se de setores complementares à economia de exportação. Além disso, conforme a interpretação do capitalismo tardio, o setor agrário-exportador era parte fundamental do desenvolvimento industrial, tanto estimulando seu desenvolvimento quanto impondo limites. A partir dessa relação tem-se uma desigualdade na evolução industrial dentro do território nacional, com concentração industrial junto das principais regiões produtoras de café. Como São Paulo e Rio de Janeiro eram os principais estados produtores e exportadores de café, a produção e o investimento industrial também estavam concentrados nesses estados.

O desenvolvimento industrial no Rio de Janeiro e São Paulo

Ao longo dos anos a indústria se desenvolveu de forma desigual nas diferentes regiões do Brasil. Desde o começo ela tendeu a se concentrar nas regiões cafeeiras.

Em princípio, conforme destacado com Eulália Maria L. Lobo, a localização das indústrias obedecia aos seguintes critérios:

- proximidade do mercado consumidor;
- proximidade da fonte de matérias-primas;
- proximidade do mercado de capitais.

Entre 1890 e 1900, o Distrito Federal preenchia essas condições melhor do que qualquer outro lugar desse país. Era o principal mercado consumidor, principalmente em virtude da existência do aparelho administrativo. O acesso às matérias-primas e máquinas era facilitado por ser uma cidade portuária. Além disso, era o maior centro financeiro do país, sede do Banco do Brasil, da maioria dos grandes bancos e da maior bolsa de valores do país. Era também a maior cidade brasileira, quase três vezes maior do que São Paulo (Cf. LOBO, 1978, p.463-464).

M. A. Leopoldi descreve que entre 1880-1895 o Distrito Federal viveu um período de expansão, conforme demonstrado pelo censo de 1907, em que sua produção era superior a das outras regiões. Eram no antigo Distrito Federal e no estado de São Paulo que estavam à maioria das indústrias nascentes. Essas duas unidades da federação eram responsáveis por 49% do valor da produção industrial em 1907 (Cf. LEOPOLDI, 2000, p.53-54).

Em 1907, segundo M. A. Leopoldi, já era possível notar um processo de concentração industrial nos setores têxtil, de calçados, chapéus, cerveja e moinhos de trigo no Sudeste. Àquela época, a cidade do Rio de Janeiro era o principal centro de indústria têxtil, de construção naval e moagem de trigo. Assim, entre 1900 e 1913 acentuou-se o processo de concentração regional da indústria no Sudeste brasileiro (Cf. LEOPOLDI, 2000, p.53-54)

Também no Sudeste se formaram grandes empresas com altos investimentos, mão de obra numerosa, máquinas importadas, força motriz significativa e valor de produção elevado. Segundo M. A. Leopoldi, essa concentração industrial em empresas de grande

porte vinha ocorrendo no Rio de Janeiro desde a década de 1870, tendo se acentuado com o Encilhamento e, posteriormente, com o surto industrial de 1903-1913. Já em São Paulo, o processo de concentração ganhou impulso na década que precedeu a Primeira Guerra Mundial de 1902 até 1913. Nesse período, segundo os cálculos de Warren Dean, a indústria paulista teria crescido a uma taxa da ordem de 9,5% anuais.

O intenso crescimento da indústria paulista desde os primeiros anos deste século, em lugar de esvaziar de imediato a indústria carioca, como num jogo de soma zero, causou um descompasso no ritmo de crescimento industrial dos Estados do Sudeste. A indústria do Distrito Federal continuou a crescer durante as três primeiras décadas do século XX, mas de forma lenta, enquanto o parque industrial se expandia rapidamente na cidade e no interior de São Paulo. (LEOPOLDI, 2000, p.57)

Eulália Lobo também ressalta ter havido maior investimento no estado de São Paulo ao se analisar os empréstimos concedidos e o capital de reserva para as indústrias de tecidos, entre 1905 e 1915. Esse fato também é evidenciado pelo aumento do número de teares e fusos superior ao aumento da mão de obra, ao passo de que no Rio de Janeiro o aumento de operários foi proporcionalmente maior que o de teares e fusos (Cf. LOBO, 1978, p.492-501).

Enquanto São Paulo contava com um mercado em expansão, graças à rápida urbanização e ao aumento da produção cafeeira, o Rio de Janeiro já não contava mais com um setor produtivo local capaz de alimentar a sua população e de fornecer a matéria-prima de suas indústrias, devido ao declínio de sua produção cafeeira. Por outro lado, em São Paulo, a economia cafeeira, além da fonte de divisas para o país, garantia a capacidade aquisitiva da população e proporcionava capitais para serem aplicados em diversas indústrias importantes. Além disso, o estado também se beneficiou da plantação de algodão e do desenvolvimento da pecuária no interior paulista, pois ambos forneceram às indústrias têxteis e de calçados a matéria-prima e o alimento para a população local (Cf. DEAN, 1970).

Nas duas primeiras décadas do século XX, portanto, o núcleo industrial deslocou-se do Rio de Janeiro para São Paulo. Até a Primeira Guerra Mundial houve maior concentração de investimentos em São Paulo e no período da Guerra a produção paulista se distanciou das demais.

De acordo com Versiani, a supremacia da indústria paulista foi uma decorrência indireta da expansão cafeeira, em virtude, principalmente, da política de imigração. O fluxo de trabalhadores imigrantes assalariados superou as necessidades da cafeicultura, expandindo, assim, a oferta urbana de trabalho e abaixando o custo da mão de obra em São Paulo.

Versiani ressalta que essa oferta de mão de obra imigrante foi um fator importante de superioridade dos empresários industriais de São Paulo em relação a seus concorrentes do Rio de Janeiro. O autor estima que o diferencial de remuneração urbano-rural era da ordem de 30% em São Paulo, e que essa relação era muito superior no Rio de Janeiro. Além disso, a diferença de remuneração dos operários qualificados na indústria, em relação à mão de obra não qualificada, era superior no Rio de Janeiro, resultando em um menor valor absoluto de remuneração da mão de obra qualificada em São Paulo e uma menor média de salário industrial nesse estado. Dessa forma, a maior oferta de mão de obra imigrante em São Paulo proporcionava um custo menor para os industriais paulistas, sendo um importante fator de superioridade para a indústria paulista (Cf. VERSIANI, 1993, p.89-90).

Portanto, apesar de o Rio de Janeiro reunir as melhores condições socioeconômicas para o desenvolvimento industrial, no início do século XX, despontando como principal produtor de bens manufaturados, o mesmo foi ultrapassado por São Paulo. O forte crescimento da renda, no estado de São Paulo, proporcionado pela acelerada expansão do setor cafeeiro agrário-exportador, proporcionou vantagens, principalmente acúmulo de capital, disponibilidade de mão de obra e mercado consumidor, para que o setor industrial paulista se desenvolvesse em um ritmo superior aos demais.

Por fim, parte do debate e da controvérsia a respeito do desenvolvimento industrial brasileiro durante e após a Primeira Guerra Mundial diz respeito à substituição de importações. Conforme descrito nos parágrafos anteriores, há uma divergência de interpretação dos efeitos provocados pela Guerra na produção e no investimento industrial. Dependendo da linha interpretativa e do autor, há avanço ou estagnação no processo de substituição de importações. Dessa forma, antes da análise dos dados referentes ao período de 1910 até 1929, cabe um resumo das principais características que constituem um processo de substituição de importações.

O Processo de substituição de importação

De forma resumida, a substituição de importações pode ser encarada como uma consequência de um choque adverso, geralmente causado por crises internacionais ou guerras. Esse choque adverso afeta o comércio internacional e gera desequilíbrio no comércio externo dos países. A partir desse ponto os países passam a ter dificuldades em exportar e importar, aumentando, assim, os preços relativos das importações e gerando queda nas divisas, com a falta de exportações. Como consequência, a demanda interna passa a ser suprida pelas indústrias.

Segundo W. Suzigan, muitos autores interpretam a evolução da industrialização brasileira como decorrente dos choques externos e estendem esse racional para todo o período de 1900 em diante (Cf. SUZIGAN, 1986, p.23-25). Autores como R. Simonsen e A. Fishlow partem dessa versão extrema para explicar a industrialização brasileira e o processo de substituição de importações.

Apoiada pela doutrina da CEPAL, essa versão releva, contudo, os momentos de crescimento industrial ocorridos durante os ciclos de expansão do setor exportador. Além disso, algumas análises empíricas não comprovam a versão de que não houve desenvolvimento industrial nos ciclos de expansão cafeeira. Os choques externos parecem ter um efeito mais complexo sobre a produção e o investimento industrial do que o sugerido.

Por outro lado, autores como C. Furtado e M. da C. Tavares fazem uma distinção entre o desenvolvimento industrial antes e depois da crise de 1929. Apesar de subestimarem o desenvolvimento industrial anterior à crise de 1929, é de certa forma, um consenso entre ambos, que o desenvolvimento anterior à crise de 1929 foi induzido pelo crescimento da renda interna resultante da expansão das exportações de café. Já a análise de ambos para a economia brasileira a partir da crise de 1929 é condizente com a versão dos choques adversos (Cf. SUZIGAN, 1986, p.25).

M. da C. Tavares também faz uma análise detalhada do processo de substituição de importações, explicando seu desenvolvimento e descrevendo seu mecanismo de funcionamento. A autora analisa as principais características do processo em face de uma série de desafios dados pelo estrangulamento externo, de modo que a economia

torna-se gradativamente menos dependente do exterior e muda a natureza de sua dependência (Cf. TAVARES, 1977, p.41-42).

Para fins analíticos poder-se-ia considerar como ponto de partida qualquer situação de desequilíbrio externo duradouro que rompesse o ajuste entre demanda e produção internas descrito no modelo tradicional exportador. (TAVARES, 1977, p. 42)

Segundo a autora, o primeiro passo dado pela economia, no caso de um estrangulamento externo, é satisfazer a demanda interna existente não afetada pela crise do setor agrário exportador. Nessa fase há três meios de expandir a oferta interna:

- 1 - aumento de produção da capacidade já instalada,
- 2 - produção de bens e serviços independentes ao setor exportador e,
- 3 - instalar unidades que substituam bens importados.

O processo de substituição tem início pela produção de bens de consumo não duráveis, por serem mais fáceis de produzir, menos complexos e requererem menor capacidade de capital. Além disso, a demanda por esses produtos é maior e mais inelástica. É com a expansão dessas atividades que se faz necessário desenvolver o processo de substituição. Como externalidade positiva, a instalação de fábricas para substituir esses bens tende a expandir o mercado interno pelo crescimento da renda, em virtude dos investimentos e do aumento de trabalhadores na indústria. Entretanto, o aumento da produção destes bens faz com que cresça a demanda por matérias-primas e insumos usados nessas indústrias. A composição das importações refletirá esse processo com diminuição da participação dos bens de consumo e aumento dos bens intermediários.

De acordo com M. da C. Tavares, isso caracteriza uma das contradições do processo, pois o aumento de sua produção leva a um aumento de importações, as quais podem esbarrar em limitações da capacidade de importar. Para superar essa limitação segue-se uma nova onda de substituições, tornando-se necessário comprimir algumas importações para liberar divisas essenciais à continuidade do processo. Porém, com mais crescimento da renda e do produto, repete-se o fenômeno acima e a dinâmica do processo de substituição de importações reside na contínua superação desses desafios. Além disso, externamente, as limitações do setor não podem ser absolutas, pelo contrário, pois a capacidade de importar reduzida não permite um ritmo de crescimento elevado. Como foi visto anteriormente, é necessária certa diversificação das importações.

Capítulo 2 – Análise do desenvolvimento industrial nas décadas de 1910 e 1920

Produção industrial e comércio exterior do Brasil no período da Primeira Guerra até 1929

Nesse capítulo serão analisados os dados referentes à produção industrial brasileira na Primeira Guerra Mundial e nos anos subsequentes, terminando no ano de 1929, que marca o início da crise mundial. O propósito é verificar se houve início de um processo de substituição de importação frente ao estrangulamento externo imposto pela Guerra e quais as consequências dessa restrição, na produção industrial e no comércio exterior, também no pós-guerra. Dessa forma, sempre que possível optou-se por utilizar os dados e tabelas em sua formatação original, tal qual foram coletadas em suas respectivas origens, sem alterações nas unidades de medida e valor.

O primeiro passo é analisar o comportamento geral da economia brasileira no período. Dada a escassez de dados sobre o crescimento da economia brasileira, diversos autores² estimaram índices de crescimento do produto brasileiro com base em impostos sobre consumo e nos dados recenseados. Desses, o mais completo é o índice estimado por C. Haddad para o período de 1900 a 1947 e, portanto, será o ponto de partidas das análises desse trabalho. Contudo, na tabela a seguir, apresentamos somente as décadas de 1910 e 1920, que abrangem o período de nossas análises. A partir da tabela 1, foram calculadas as variações percentuais, ano-a-ano, para a produção total, agrícola e industrial, a fim de auxiliar a análise do índice estimado por C. Haddad.

Para os fins propostos, destacam-se os dados referentes à produção agrícola, industrial e a produção total entre o início da Primeira Guerra e 1929. Nesse período, a produção brasileira cresceu em média de 5% ao ano. Já a agricultura, que era o carro chefe da economia brasileira, cresceu a média de 4,5% ao ano, um pouco abaixo do crescimento econômico do país. Por fim, a indústria, que começava a se desenvolver, cresceu a uma taxa média de 6,3% ao ano, visivelmente superior ao produto nacional e à produção agrícola. É importante ressaltar que a produção industrial estimada por C. Haddad no período considera a produção de têxteis, chapéus, calçados, couros e peles, fumo,

² Villela-Suzigan, Fishlow e Haddad.

bebidas, química, papel, mobiliário e alimentos. Também considera cimentos a partir de 1927 e siderurgia a partir do período de 1921-25 (Cf. HADDAD, 1978, p.10).

Tabela 1 – PIB e Produção por setores
Índices setoriais do produto real, 1910 – 29 (1939 = 100).

Ano	Agricultura	Indústria	Transportes e comunicações	Comércio	Setor governamntal	Produção Total
1910	40,3	18,8	16,7	25,9	31,1	28,1
11	37,3	20,5	18,3	27	32	28,2
12	41,4	22,7	20,8	30,2	34,2	31,2
13	40,5	22,9	22,2	30,1	38,7	31,7
14	43,2	20,9	23	27,3	43,3	32,1
15	42,8	23,6	23	28,3	35,3	31,7
16	44,6	26,3	25,7	30,8	29,4	33,1
17	46,2	28,6	29,3	31,8	30,6	34,9
18	47,6	28,3	32,3	31,9	30,6	35,6
19	47	32,5	32,3	36,5	30,9	37,7
1920	53,3	34,2	34,8	40,6	33,2	41,5
21	55,5	33,6	33,6	38,9	39,1	42,3
22	55,8	39,9	37,9	42,7	42,4	45,6
23	58	45,2	44,6	51	37,7	49,5
24	58,6	44,7	49,6	53,3	35,3	50,2
25	56,7	45,2	56,9	54,5	34,7	50,2
26	58,5	46,3	55,7	55,5	46,1	52,8
27	64,8	51,3	62,6	60,6	52,4	58,5
28	76,7	54,9	64,6	67,9	52,4	65,2
29	76,9	53,7	67	67,3	59	65,9

Fonte: HADDAD, 1978, pp. 7-8.

Tabela 2 – Taxa de variação da produção total, agrícola e industrial.

Ano	Produção Total	Produção Agrícola	Produção Industrial
1910			
11	0,4%	-7,4%	9,0%
12	10,6%	11,0%	10,7%
13	1,6%	-2,2%	0,9%
14	1,3%	6,7%	-8,7%
15	-1,2%	-0,9%	12,9%
16	4,4%	4,2%	11,4%
17	5,4%	3,6%	8,7%
18	2,0%	3,0%	-1,0%
19	5,9%	-1,3%	14,8%
1920	10,1%	13,4%	5,2%
21	1,9%	4,1%	-1,8%
22	7,8%	0,5%	18,8%
23	8,6%	3,9%	13,3%
24	1,4%	1,0%	-1,1%
25	0,0%	-3,2%	1,1%
26	5,2%	3,2%	2,4%
27	10,8%	10,8%	10,8%
28	11,5%	18,4%	7,0%
29	1,1%	0,3%	-2,2%

É interessante analisar alguns anos específicos. Nos anos de guerra entre 1914 e 1918, o produto brasileiro cresceu a taxa média de 2,4% ao ano, e a produção agrícola a taxa média de 3,3%. Nesse mesmo período a produção industrial cresceu a média de 4,7% ao ano. Nota-se que no ano de deflagração da guerra, 1914, a produção industrial sofreu uma queda de 8,7% em relação ao ano anterior, queda que pode ser explicada pela recessão de 1913 e 1914 e pelas incertezas com o início da Guerra. Entretanto, nos três anos seguintes a indústria se recuperou e manteve um crescimento acima da média dos anos anteriores, chegando a quase 13% em 1915, 11,4% no ano seguinte e 8,7% em 1917.

Esses dados reforçam as análises de A. Fishlow, C. Prado Jr., R. Simonsen e N. C. Luz, que veem a Primeira Guerra Mundial como positiva para a produção nacional. O forte crescimento verificado a partir de 1915, com média de 11% ao ano nesses três anos de guerra, reforça a tese de que no período da Guerra a indústria cresceu com base na melhor utilização da sua capacidade instalada para suprir o mercado interno face às restrições externas. Além disso, as empresas brasileiras também se beneficiaram da falta de concorrência externa.

Se entre 1915 e 1917 a indústria obteve taxas de crescimento maiores do que a produção total e agrícola, em 1918 ficou abaixo de ambas. Conforme assinalado por alguns autores, vistos no capítulo anterior, as restrições externas impossibilitavam a importação de bens de capital e insumos vitais para a expansão industrial. Esses fatores limitavam os investimentos e consequente aumento da produção, assim como observou W. Dean. Esse argumento pode explicar a queda de 1% na produção industrial em 1918, pois nos anos subsequentes a produção industrial já havia atingido sua capacidade máxima. Assim, com a falta de investimentos durante a guerra tornou-se impossível expandir sua capacidade produtiva, fortalecendo com a linha de interpretação defendida com W. Dean, W. Suzigan e A. V. Villela.

A partir dos dados acima, é possível observar que, se por um lado, ao final da Guerra, as restrições impostas pelo conflito prejudicavam a produção, por outro lado, entre 1915 e 1917, a produção industrial cresceu de forma considerável. Dessa forma, olhando somente os anos da Guerra, o desenvolvimento da indústria nacional foi pautado pelo aumento da produção, com base na capacidade instalada, sem que houvesse expansão da capacidade produtiva. Portanto, é possível encontrar elementos que corroboram tanto

com os autores adeptos da teoria dos choques adversos quanto com os autores que defendem a industrialização liderada pela expansão das exportações.

Com o término da guerra e o fim das restrições no comércio internacional, a indústria voltou a importar bens de capital e insumos, aumentando seus investimentos e seu crescimento. Entre 1919 e 1923, a produção industrial cresceu a uma média anual de 10,0%, superior ao 6,85% do PIB e aos 4,1% da agricultura no mesmo período. Essa volta do comércio internacional proporcionou um crescimento industrial de 14,8% em 1919, confirmando que no ano anterior, o crescimento da indústria estava limitado pelo estrangulamento externo. Alguns autores defendem, dentre eles J.M. Cardoso de Mello, que ao término da Guerra as empresas aproveitaram para investir em novos equipamentos e aumento da capacidade produtiva em função do reforço financeiro obtido durante a Guerra. Esse período de bom desempenho industrial foi até 1924, quando as condições eram favoráveis.

Conforme as observações de alguns autores, até 1923 a taxa de câmbio manteve-se estável, porém, o sucesso do programa de defesa permanente do café gerou uma forte entrada de recursos no país. Esse aumento de divisas provocou uma valorização cambial, tornando os produtos estrangeiros mais competitivos a partir de 1924, fato que teria gerado um aumento na importação de bens de consumo, os quais concorriam com a produção nacional. Praticamente todos os autores analisados no capítulo anterior apontam que o ano de 1924 foi marcado pelo início dos efeitos da política de valorização do café, com valorização cambial, e os bens importados ficam mais baratos. Essa tese pode ser confrontada a partir dos dados referentes ao período de 1924 a 1928. Nesses anos, o ritmo de crescimento industrial caiu para 4,0% ao ano, ficando abaixo dos 5,8% do PIB, contrastando com o bom momento da agricultura graças ao programa de defesa do café. A produção agrícola no período cresceu para 6,0% ao ano, chegando a 18,4% em 1928.

Tabela 3 – Produção industrial por setor em 1920.

Tipo de indústria	Valor	Representatividade
Indústrias alimentícias	1.200.118:000\$	40,2
Indústrias têxteis	825.400:650\$	27,6
Indústrias de vestimentas e higiene	246.201:560\$	8,2
Indústrias de produtos químicos	237.315:001\$	7,9
Outros grupos industriais	480.141:070\$	16,1

Fonte: Censo 1920

No período analisado, conforme a tabela 3 com os dados censitários de 1920, os setores que mais contribuíram para a produção industrial brasileira foram às indústrias têxteis e alimentícias, com uma representatividade conjunta de 67,8% de toda a produção industrial. Dessa forma, uma análise da produção industrial desses respectivos setores é representativa para o entendimento do comportamento da produção industrial brasileira como um todo.

Tabela 4 - Produção têxtil

Índice de produção têxtil, 1910-29 (1939 = 100).

Ano	Índice	Ano	Índice
1910	13,6	1920	25
11	15,2	21	25,5
12	16	22	28,8
13	15,1	23	41,2
14	12,9	1924	36,7
15	18,4	25	33,6
16	18,9	26	33,7
17	22,1	27	40,8
18	20,2	28	42,4
19	23,2	29	33,9

Fonte: *HADDAD, 1978, p. 86.*

Tabela 5 – Produção alimentícia

Índice de produção e valor adicionado em alimento, 1910-29.

(Índice igual a 100, 0 em 1939, valores em Cr\$ mil).

Ano	Índice de produto	Ano	Índice de produto
1910	33,9	1920	52,3
11	35	21	52,4
12	37,9	22	64,9
13	35,9	23	63,1
14	34,8	24	62,2
15	35,3	25	61,8
16	38,8	26	65,7
17	41,8	27	67,4
18	43,7	28	70,8
19	50,9	29	74

Fonte: *HADDAD, 1978, p. 124.*

Tabela 6 – Taxa de variação da produção total, agrícola e industrial.

Ano	Alimentos	Têxtil	Ano	Alimentos	Têxtil
1910			1920	2,8%	7,8%
11	3,2%	11,8%	21	0,2%	2,0%
12	8,3%	5,3%	22	23,9%	12,9%
13	-5,3%	-5,6%	23	-2,8%	43,1%
14	-3,1%	-14,6%	24	-1,4%	-10,9%
15	1,4%	42,6%	25	-0,6%	-8,4%
16	9,9%	2,7%	26	6,3%	0,3%
17	7,7%	16,9%	27	2,6%	21,1%
18	4,5%	-8,6%	28	5,0%	3,9%
19	16,5%	14,9%	29	4,5%	-20,0%

As tabelas 4 e 5 contêm as produções têxteis e alimentícias, respectivamente, e a tabela 6 as respectivas variações anuais, da produção desses dois setores. Como essas eram as principais indústrias da época, elas apresentam comportamento parecido ao da produção industrial total. Ambas tiveram quedas de produção em 1914, na ordem de 5% e 3%, respectivamente. Entre 1915 e 1917 a indústria têxtil cresceu a uma taxa média anual de 21%, e a indústria alimentícia, 6,4%. Porém, em 1918, somente a indústria têxtil passou por uma recessão com queda de 8,6% de sua produção. Esses dados contradizem a análise de W. Dean, de que em praticamente todos os setores industriais a produção foi afetada pela falta de matérias-primas e insumos importados, devido à falta de importações.

Entretanto, os dados reforçam as observações de C. Prado Jr. de que as indústrias aumentaram sua produção para suprir o mercado interno durante a Guerra, assim como as observações de Stanley de que a Guerra teve efeitos positivos para a produção de tecidos e as observações de Eulália Lobo, ao dizer que a maior expansão da produção industrial, desde 1849, ocorreu entre 1914 e 1919.

No geral, a produção industrial cresceu mesmo com as restrições impostas pela Primeira Guerra devido à necessidade de suprir o mercado interno. Esse crescimento impulsionou a produção nacional e, com o fim da guerra, aumentou-se tanto a produção quanto o investimento, gerando um excepcional crescimento entre 1919 e 1923. No período seguinte, de 1919 a 1923, com a retomada do comércio exterior, a indústria têxtil cresceu à média de 16% ao ano e a indústria alimentícia 8% ao ano. Porém, com o aumento das importações a partir de 1924, o ritmo de crescimento de ambas caiu para a

média de 1,2% e 1,7% ao ano, respectivamente, até 1928, assim como assinalado por alguns autores anteriormente citados. Essa ocorrência é explicada pelo funcionamento do programa de defesa do café da década de 1920 que propiciou queda da taxa de câmbio e aumento da concorrência dos produtos importados de 1924 até o final da década.

Porém, além da produção industrial, é necessário olhar o comportamento dos investimentos, que também foram afetados pela Guerra. Uma forma de analisar o impacto da Guerra sobre os investimentos é analisar a indústria de máquinas e equipamentos.

Tabela 7 – Dados gerais sobre a indústria de máquinas, oficinas mecânicas, fundições e importações de máquinas, Estado de São Paulo, 1911-1920.
(em mil-réis constantes de 1920 e porcentagem)

Ano	Capital de máquinas, oficinas mecânicas e fundições	Importação de máquinas	Empresas fundadas
1911	1.406.371	39.199.846	6
1912	1.666.337	48.793.910	8
1913	869.188	49.701.450	8
1914	75.455	21.909.461	4
1915	163.754	9.457.152	9
1916	769.175	12.947.641	11
1917	551.316	17.661.062	16
1918	1.043.095	18.183.260	12
1919	1.904.270	31.528.891	23
1920	1.056.000	62.724.509	10

Fonte: DEIC/SACOP/SP. *Boletim da Diretoria de indústria e comércio, 1911-1921. REAE/SP*

A partir da tabela 7 é possível analisar como a Guerra afetou a indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo. Já em 1913, antes do início do conflito, houve uma queda no capital registrado na indústria de máquinas. Essa queda foi acentuada nos dois primeiros anos do conflito com uma ligeira recuperação nos últimos anos. Porém, somente em 1919, após o término da Guerra, o capital registrado voltou ao nível pré-Guerra, evidenciando que o conflito foi negativo para o capital aplicado na indústria de máquinas e oficinas. A importação de máquinas foi drasticamente afetada pelas restrições do comércio exterior, com uma queda de 56% em 1914, em relação ao ano anterior, e mais 57% em 1915. Com o término do conflito e a volta do comércio exterior, as importações subiram 73% em 1919, para dobrar em 1920 e finalmente superar os níveis pré-Guerra. Esses dados são importantes para corroborar o com os

argumentos de W. Dean, W. Suzigan e A. V. Villela, pois a queda das importações de máquinas e equipamentos inviabilizava o investimento industrial e, conseqüentemente, a expansão do parque industrial.

Contudo, durante o conflito, foram fundadas 52 empresas, sendo que mais da metade delas foram constituídas nos últimos dois anos do conflito. É interessante avaliar essa evolução do número de empresas e oficinas fundadas junto dos dados do parágrafo anterior. As restrições de importações, associadas ao aumento de produção para atender a demanda interna reforçam a tese de que a indústria nacional trabalhou com base na utilização plena de sua capacidade instalada. Essa plena utilização da capacidade produtiva forçou o surgimento de novas fábricas e oficinas de máquinas e equipamentos para a reposição de peças e manutenção do maquinário instalado. Esses dados estão em linha com as análises de A. Fishlow, C. Prado Jr., R. Simonsen e N. C. Luz, de que a expansão de produção foi possível devido à capacidade ociosa instalada e à falta de concorrência dos produtos importados. Assim, além de a Primeira Guerra ser importante para as fábricas já existentes, as restrições do comércio internacional também proporcionaram o surgimento de novas fábricas para suprir a procura por artigos com importação limitada.

O comportamento da produção e do investimento industrial durante e após a Primeira Guerra foi diretamente influenciado pelas mudanças do comércio internacional. Em virtude dessas mudanças, principalmente das restrições de comércio ocasionadas pela Primeira Guerra, é importante analisar a evolução do comércio brasileiro com os outros países nas décadas de 1910 e 1920.

Para melhor compreender os efeitos gerados pela Guerra e pelo programa de defesa do café é interessante analisar o comportamento das importações e das exportações no período. Assim, inicia-se uma análise do comércio exterior brasileiro com base no total de mercadorias importadas e exportadas nos anos anteriores e posteriores à Guerra.

Tabela 8 – Importações e exportações de mercadorias em quantidade
Peso Bruto

Anos	Quantidade (Mil toneladas)		Índice	
	Importações	Exportações	Importações	Exportações
1910	3.965	1.286	100	100
1911	4.255	1.280	107	99
1912	5.207	1.301	131	101
1913	5.922	1.382	149	107
1914	3.478	1.310	88	102
1915	2.799	1.809	71	141
1916	2.642	1.871	67	146
1917	1.986	2.017	50	157
1918	1.738	1.772	44	138
1919	2.770	1.908	70	148
1920	3.276	2.101	83	163
1921	2.578	1.919	65	149
1922	3.264	2.122	82	165
1923	3.576	2.230	90	173
1924	4.428	1.835	112	143
1925	4.972	1.925	125	152
1926	4.946	1.858	125	144

Fonte: *Economical data about Brazil, 1927, p. 30.*

A tabela 8, presente no relatório econômico sobre o Brasil, do Ministério das Finanças da Inglaterra, retrata o comportamento global do comércio exterior brasileiro de 1910 a 1926. Com esses dados observa-se que a Guerra impôs uma restrição às importações, pois a quantidade de mercadorias importadas cai pela metade entre o início e o fim da Guerra. Isso sugere que a produção nacional deve ter aumentado para atender a demanda interna. Por outro lado, nesse mesmo período, as exportações cresceram cerca de 35%, comprovando que o Brasil também se beneficiou da guerra ao exportar parte de sua produção, conforme sugerido por W. Dean ao ressaltar o aumento das exportações de produtos alimentícios semi-industrializados para os países em Guerra. C. Prado Jr. também destaca a importância dessa mudança na composição das exportações com o aumento das exportações de alimentos como carnes congeladas e produtos agrícolas tratados, tais como o açúcar refinado.

Com o término da Guerra houve uma retomada das importações, sinalizando que as empresas voltaram a investir e comprar os insumos necessários para aumentar sua produção. Apesar da queda sofrida em 1921, as importações se mantiveram estáveis entre 1920 e 1923. Porém, de 1924 até 1926, as importações cresceram quase 40% em

relação a 1923, confirmando o argumento de que o aumento de divisas, provocado pelo programa de valorização do café, favoreceu o aumento da compra de produtos importados. É importante notar que, mesmo com esse aumento das importações, estas ainda eram menores do que os níveis registrados em 1912 e 1913.

Com relação às exportações, entre 1915 e 1926 seu crescimento foi baixo e relativamente estável. Mesmo com o aumento das exportações de café, após o término da Guerra, essa estabilidade sugere que algumas exportações, que se beneficiaram nesse período ao suprirem os países bélicos, perderam fôlego. Assim também analisaram A.V. Villela e W. Suzigan ao destacarem a queda das exportações dos produtos semi-industrializados, destinados a atender às necessidades dos países em Guerra, fazendo com que o país voltasse a exportar uma pauta semelhante à pauta pré-Guerra.

Além da quantidade total de mercadorias importadas e exportadas, é interessante fazer essa mesma análise em termos de valores, pois dessa forma é possível compreender parte dos efeitos do programa de valorização do café na balança comercial brasileira.

Tabela 9 – Importações e exportações de mercadorias em Libras esterlinas

Valor em Libras esterlinas

Anos	Valor £ 1.000		Índice	
	Importações	Exportações	Importações	Exportações
1910	47.872	63.092	100	100
1911	52.822	66.839	110	106
1912	63.425	74.649	133	118
1913	67.166	65.451	140	104
1914	35.473	46.803	74	74
1915	30.088	53.951	63	86
1916	40.369	56.462	84	89
1917	44.510	63.031	93	100
1918	52.817	61.168	110	97
1919	78.177	130.085	163	206
1920	125.005	107.521	261	170
1921	60.468	58.587	126	93
1922	48.641	68.578	102	109
1923	50.543	73.184	106	116
1924	68.337	95.103	143	151
1925	84.443	102.875	176	163
1926	79.876	94.254	167	149

Fonte: *Economical data about Brazil, 1927, p. 30.*

Com base nos dados da tabela 9, é possível notar que com o término da guerra e a retomada do comércio internacional houve um *boom* no valor das exportações. As exportações dobraram de valor entre 1918 e 1919 e continuaram com valor alto em

1920. Isso gerou um grande estímulo à produção de café, aumentando sua oferta e implicando queda no valor das exportações nos anos seguintes. Essa queda reforçou o programa de defesa do café, pois havia a necessidade de manter os lucros dos cafeicultores. O sucesso desse programa pode ser verificado analisando a tabela 6. Essa tabela, com o valor das exportações em Libras esterlinas, permite verificar que houve um salto no valor das exportações a partir de 1923. Praticamente não há discordância entre os autores que estudaram esse período com relação aos efeitos do programa de defesa do café para o comércio exterior. Dentre eles, afirma J.M. Cardoso de Mello que a partir de 1924, a alta capacidade de acumulação do setor cafeeiro resultou em aumento do poder de compra, permitindo um aumento das importações e, consequentemente, uma maior concorrência de bens manufaturados importados.

Uma análise semelhante pode ser feita a partir dos dados presentes nas mensagens dos Ministros da Fazenda de 1919 e 1925, representados nas tabelas 10 e 11. Ambas possuem dados referentes às quantidades de valores exportados e importados.

Tabela 10 – Exportações e importações entre 1916 e 1919

Exportação			
Anos	Toneladas	Contos	Libras
1916	1.871.000	1.136.886	56,462,000
1917	2.017.000	1.192.175	63,031,000
1918	1.772.000	1.137.100	61,168,000
1919	1.908.000	2.178.719	130,085,000
Importação			
Anos	Toneladas	Contos	Libras
1916	2.642.000	810.759	40,369,000
1917	1.986.000	837.738	44,510,00
1918	1.738.000	989.405	52,817,000
1919	2.780.000	1.334.259	78,177,000

Fonte: *Mensagem do ministro da fazenda de 1919, p. 20*

Entre 1916, em plena guerra, até 1919, ano de recuperação do comércio internacional, a quantidade exportada pouco se alterou, porém seus valores, tanto em libras como em contos de réis, dobraram. Por outro lado, as importações sofreram queda significativa nos três anos de guerra, sendo que em 1919 as importações não só recuperaram essa perda como aumentaram significativamente.

Tabela 11 – Exportações e importações entre 1920 e 1925

Exportação			
Anos	Toneladas	Contos	Libras
1920	2.101.389	1.752.411	107,521
1921	1.919.421	1.709.722	58,587
1922	2.121.602	2.332.084	68,578
1923	2.229.003	3.307.033	73,184
1924	1.834.859	3.863.554	95,103
1925	1.924.700	4.021.965	102,873

Importação			
Anos	Toneladas	Contos	Libras
1920	3.275.854	2.090.633	125,005
1921	2.578.210	1.689.839	60,468
1922	3.263.513	1.652.630	48,641
1923	3.575.872	2.267.158	50,513
1924	4.427.560	2.789.557	68,337
1925	5.012.774	3.371.831	84,443

Fonte: *Mensagem do ministro da fazenda de 1925*, p. 5

A tabela 11 permite notar os efeitos do programa de valorização do café no valor das exportações. O total de toneladas exportadas no triênio 1923-1925 foi um pouco menor do que no triênio anterior, contudo, seus valores em contos de réis dobraram e em libras tiveram um aumento de 50%. Pelo lado das importações, o valor em contos de réis cresceu pouco mais de 50% no segundo triênio, ao passo que a quantidade importada cresceu 42% e o seu valor em libra recuou cerca de 12%. Foi esse aumento no valor que gerou uma forte entrada de divisas e a consequente valorização cambial.

Tabela 12 – Importações, 1923-1927
(Brasil, periodicidade Trimestral)

Período	Importação de Mercadorias				
	Toneladas metricas				
	1923	1924	1925	1926	1927
1º Trimestre.....	868.004	1.020.283	1.197.210	1.365.223	1.456.500
2º Trimestre.....	794.200	1.061.136	1.265.826	1.357.246	1.344.596
3º Trimestre.....	937.208	1.184.166	1.182.518	1.040.090	1.339.690
4º Trimestre.....	976.282	1.161.975	1.326.850	1.183.292	1.380.821
Janeiro a Dezembro...	3.575.694	4.427.560	4.972.404	4.945.851	5.521.607
	Contos de réis				
1º Trimestre.....	547.132	550.802	858.157	672.020	842.886
2º Trimestre.....	519.279	615.970	1.038.162	650.788	793.638
3º Trimestre.....	539.710	768.776	769.517	624.603	770.721
4º Trimestre.....	661.038	854.099	710.996	758.117	866.200
Janeiro a Dezembro...	2.267.159	2.789.647	3.376.832	2.705.528	3.273.445
	Equivalente em £ 1.000				
1º Trimestre.....	13,220	14,465	20,323	20,291	23,107
2º Trimestre.....	11,776	15,555	23,102	19,729	19,273
3º Trimestre.....	11,800	17,181	19,541	19,755	18,715
4º Trimestre.....	13,747	21,136	21,387	20,101	21,186
Janeiro a Dezembro...	50,543	68,337	84,353	79,876	82,281

Fonte: *Mensagem do presidente Washington Luis de 1928, p. 72*

Os dados contidos na tabela 12, presente na mensagem do presidente Washington Luís em 1928, reforçam as tendências observadas anteriormente. De modo geral, as exportações brasileiras caíram entre 1923 e 1927 e, mesmo com a recuperação de 1927 em relação ao ano anterior, o volume de exportações caiu 10% no período. Entretanto, apesar dessas oscilações, o valor das exportações em contos de réis cresceu 10% e 20% em libras.

O câmbio sofreu forte queda em 1924, atingindo seu menor valor em 1926 e subindo em 1927, embora em um nível ainda menor do que o câmbio de 1923. O valor em libras caiu 10% em 1924, chegando a 75% do valor de 1923 e, em 1927, uma queda de 9% em relação a 1923. Em dólares, os valores são: queda de 7% no primeiro ano, 29% em 1926 e 14% em 1927, em relação a 1923. Assim, os produtos estrangeiros ficaram mais baratos, favorecendo as importações. Também, conforme a tabela 9, tem-se que o volume em toneladas, de importações, subiu constantemente entre 1923 e 1927. Em 1927 as importações eram 54% maiores em relação a 1923 e seu valor em libras 60%

maior. Porém, os efeitos do câmbio são sentidos na evolução do valor, em contos de réis, das importações que tiveram acréscimo de 44% no período, tendo seu menor valor, após 1923, em 1926, quando o câmbio também atingiu seu menor valor.

Alguns dos produtos que mais se beneficiaram com a eclosão da guerra, foram as exportações de carne congelada e em conserva para suprir os países beligerantes, dado que essas exportações praticamente inexistiam antes da Guerra.

Tabela 13 – Exportação da carne congelada e conservada, 1910-1926.

Anos	Quantidade em toneladas	Valor em contos de réis	Equivalente em £ 1.000
1910	-	-	-
1911	-	-	-
1912	-	-	-
1913	-	-	-
1914	-	-	-
1915	8.514	6.122	310
1916	33.661	28.193	1.415
1917	66.452	60.233	3.184
1918	60.509	60.755	3.246
1919	54.094	59.183	3.592
1920	63.600	67.213	4.299
1921	61.934	65.305	2.376
1922	32.308	33.300	983
1923	76.829	86.491	1.933
1924	75.312	88.575	2.250
1925	57.077	70.334	1.716
1926	6.994	9.283	281

Fonte: *Economical data about Brazil, 1927, p. 48*

Conforme consta no relatório do Ministério das Finanças da Inglaterra, na tabela 13, o volume das exportações de carne em conserva e congelada aumentou sete vezes entre 1915 e o término da guerra; já seu valor em libras teve um aumento de 10 vezes. Esses dados atestam W. Dean, A. Villela e W. Suzigan, que ressaltam a importância das exportações de alimentos para os países em guerra como um forte estímulo à industrialização nacional. Porém, essas exportações perderam força com o fim da Guerra e, principalmente, a partir de 1924. Dessa forma, pode-se dizer que as chamadas novas exportações contribuíram para o crescimento da indústria, no período da Guerra, com aumento da produção de bens de consumo para os países beligerantes.

Contudo cabe ressaltar, conforme os dados censitários de 1907 e 1920, que antes da guerra já havia uma produção existente de carne em conserva. Porém, devido ao impulso dado com as novas exportações o número de estabelecimentos quase quintuplica e o valor da produção aumenta em mais de seis vezes. Por outro lado, não há dados para a produção de carne congelada em 1907, entretanto nota-se que em 1920 sua produção já era nove vezes superior a de carne em conserva e apesar do menor número de estabelecimentos, era mais intensiva em capital e operário. Esses dados ressaltam que a produção industrial de carne não se restringiu ao período da Guerra, mas foi beneficiada pela mesma.

Tabela 14 – Indústrias alimentícias listadas nos inquéritos censitários de 1907 e 1920

Indústrias	Números de estabelecimentos		Capital	
	1907	1920	1907	1920
Anos				
Conservas de carne e peixe	20	91	1.768:000\$	7.766:204\$
Congelação de Carne		8		101.111:799\$
	Número de operários		Valor da produção	
	1907	1920	1907	1920
Anos				
Conservas de carne e peixe	543	1096	2.614:500\$	16.333:899\$
Congelação de Carne		4264		143.602:201\$

Fonte: Censo 1920

A partir das importações também é possível fazer uma análise sobre o comportamento dos investimentos industriais, visando ao aumento da capacidade produtiva e à reposição do maquinário depreciado. A tabela 15, com os dados sobre importações de máquinas para a indústria têxtil, possibilita uma análise dos investimentos nesse setor durante a Primeira Guerra Mundial e a década de 1920.

Tabela 15 – Máquinas Têxteis Importadas pelo Brasil, 1915-1929 (Quilo).

Ano	Fiação-tecelagem	Rolos de estampar morim	Teares	Acessórios	Total
1915	1.199.981	7.138	296.920	690.222	2.194.261
1916	1.356.291		295.494	797.853	2.449.638
1917	1.016.925		323.140	662.249	2.002.314
1918	1.498.746	1.110	670.589	761.125	2.931.570
1919	1.410.096	9	530.234	812.585	2.752.924
1920	2.444.557	12.980	736.890	1.077.824	4.272.251
1921	3.934.220	711	1.223.313	1.133.340	6.291.584
1922	3.852.666	16.304	1.107.672	1.657.893	6.634.535
1923	4.211.940	1.753	2.454.936	2.169.605	8.838.234
1924	6.565.364	4.164	2.045.650	1.577.035	10.192.213
1925	12.264.623	71	3.374.682	2.219.361	17.858.737
1926	6.632.029	2.854	1.789.583	1.905.316	10.329.782
1927	3.584.536	91	1.442.606	1.716.440	6.743.673
1928	3.507.184	27.241	1.227.143	1.482.186	6.243.754
1929	2.736.453	2.154	625.044	1.283.350	4.647.001

Fonte: *Ministério da Fazenda. Diretoria de estatística Comercial, Comércio Exterior do Brasil*

Nos anos da Guerra, o total importado, em quilos, ficou abaixo de 2,5 milhões. As importações começaram a aumentar em 1918, principalmente de teares. Porém, somente em 1920 é que houve um salto significativo dessas importações, 55% em relação ao ano anterior, aumentando gradativamente até 1925, com queda do total de importações a partir de 1926. Os anos de 1924 até 1926 foram os de maiores volumes de importações. Esse elevado volume de investimentos, em três anos, quando comparado ao resto do período, pode ser visto como um reflexo dos bons resultados da indústria têxtil nos anos anteriores, associados à valorização cambial. Já a queda nas importações em 1927 e 1928 seria um resultado do aumento da concorrência de produtos manufaturados estrangeiros. Essa concorrência freou o ritmo de expansão da indústria têxtil, resultando em queda dos investimentos.

Essa evolução das importações de máquinas e equipamentos no setor têxtil, com diminuição no ritmo de investimentos a partir de 1925, é destacada por Versiani como sendo contrária ao restante das indústrias, as quais aumentaram suas importações após 1925 (Cf. VERSIANI, 1982, p.66). A. Fishlow ressalta que essa crescente concorrência no setor têxtil, com queda de investimentos, gerou pressões para uma nova tarifa protecionista (Cf. FISHLOW, 1972, p.24-25). Por fim, também com base nesses dados sobre o setor têxtil, Stanley Stein afirma que esse aumento das importações não modificou a concentração industrial do setor (Cf. STEIN, 1979, p.121).

Tabela 16 – Participação relativa da importação de máquinas e equipamentos no total da importação de produto manufaturados, Estado de São Paulo 1920-1930
(em mil-réis).

Ano	Máquinas e equipamentos	%	Manufaturados	%
1920	62.724.509	18,3	343.671.572	100
1929	89.676.698	10,4	858.984.192	100
1930	39.199.404	10,4	378.130.844	100

Fonte: REAE/SP. Anuário estatístico de São Paulo, 1920, São Paulo:

Tipografia Espindola & Comp; vol. V(primeira parte): indústria, Rio de Janeiro.DEIC/SAIC/SP.

Estatística do comércio do Porto de Santos com países estrangeiros, 1929-1933.

Os dados da tabela 16 ajudam a esclarecer as análises do parágrafo anterior. De 1920 até 1929 houve um aumento de 43% nas importações de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo. Contudo, se em 1920 as importações de máquinas e equipamentos representavam 18% da pauta em importações, em 1929 essa participação caiu para 10%. Já o total de manufaturados importados teve um aumento de 2,5 vezes no mesmo período, evidenciando o *boom* de importações na segunda metade da década de 1920, reforçando que houve um aumento da concorrência superior à expansão da capacidade produtiva.

Por fim, tem-se que no período em análise, décadas de 1910 e 1920, a produção industrial brasileira estava concentrada na região sudeste, principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, reflexo da produção cafeeira. Ambos ofereciam as melhores condições para a produção industrial, com os maiores mercados consumidores e proximidade a fontes de matérias-primas e mercado de capitais. Dessa forma, uma análise específica de ambos os estados é representativa para entender a produção industrial brasileira.

Análise da produção e comércio exterior em São Paulo e no Rio de Janeiro no período da Primeira Guerra até 1929

No início do século XX, até a Primeira Guerra Mundial, o Rio de Janeiro ainda era o principal centro industrial do país conforme os dados das tabelas 17 e 18. A tabela 17 mostra que, para o ano de 1907, o Distrito Federal e o estado do Rio de Janeiro detinham quase 38% do valor da produção industrial brasileira e 32% do emprego industrial. Na tabela 18, observa-se que para o ano de 1905 o Distrito Federal e o estado

do Rio de Janeiro possuíam domínio semelhante nas indústrias têxteis, com pouco mais de 40% dos fusos e teares e 36% dos trabalhadores do setor têxtil. Nessa época, ainda que o estado de São Paulo já fosse o principal produtor de café, o Rio de Janeiro ainda possuía as melhores condições para o fomento da indústria, conforme apontado por Eulália M. Lob. A capital federal era a maior cidade brasileira e, consequentemente, o maior mercado consumidor, além das facilidades ao acesso de matérias-primas, por ser uma cidade portuária e também o principal centro financeiro do país.

Podemos concluir, com base no que já foi dito, que as condições de crédito, de câmbio, de política alfandegária, de transporte, de crescimento da população, e de abastecimento da cidade favoreceram a expansão do setor secundário da economia urbana e a transição da manufatura para a indústria (LOBO, 1978, p. 471).

Contudo, no início da Primeira Guerra Mundial, São Paulo já superava a indústria do Rio de Janeiro em muitos setores. A forte expansão cafeeira no estado de São Paulo gerou acúmulo de capital e mão de obra, sendo aproveitados pelo setor industrial e possibilitando que entre 1905 e 1907 a indústria de São Paulo desse um salto quantitativo, iniciando uma fase de crescimento acelerado que colocou a produção industrial paulista à frente das demais. Essa posição da indústria paulista foi consolidada nos anos de guerra, conforme também foi destacado por M. A. Leopoldi.

Tabela 17 – Brasil - Localização da produção industrial, 1907-1919.

Estados	1907		1919	
	Valor da Produção%	Emprego %	Valor da Produção%	Emprego %
Distrito federal	30,3	23,4	22,4	20,3
Rio de Janeiro	7,5	8,9	6,1	6,1
São Paulo	15,9	16	33,1	30,6
Rio Grande do Sul	13,5	10,1	11,8	9
Demais	32,8	41,6	26,6	34

Fonte: Villela & Suzigan, 1973, p.171

Tabela 18 – Crescimento das indústrias têxteis de algodão do Brasil, 1905-1921.

Ano	Área	Fábricas	Fusos	Teares	Trabalhadores
1905	Brasil	110	734.928	26.420	39.159
	Distrito Federal	10	209.200	7.360	8.216
	Estado do Rio	11	115.560	3.776	6.024
	Estado de São Paulo	18	110.996	3.907	6.269
	Estado de Minas	30	45.382	2.295	3.098
1915	Brasil	240	1.512.626	51.134	82.257
	Distrito Federal	23	338.326	11.562	16.045
	Estado do Rio	23	176.610	5.405	8.280
	Estado de São Paulo	51	378.138	12.743	18.338
	Estado de Minas	53	131.486	4.321	9.028
1921	Brasil	242	1.521.300	59.208	108.960
	Distrito Federal	14	411.000	13.000	19.000
	Estado do Rio	23	180.000	6.000	12.500
	Estado de São Paulo	55	415.900	14.700	25.000
	Estado de Minas	60	130.000	5.800	18.000

Fonte: Garry, *Textile Markets of Brazil*, pp.22-23; Centro Industrial de Fiação e tecelagem do Algodão do Rio de Janeiro, *Relatório, 1921-1922*, p.39

O crescimento industrial do estado de São Paulo é evidenciado na tabela 17. Tem-se entre 1907 e 1919 a participação sobre o total da produção industrial paulista e o emprego gerado pelo setor saltaram cerca de 200%, ultrapassando a participação de todos os demais estados, inclusive do Distrito Federal. Dessa forma, em 1919, a participação da produção e dos empregos na indústria do estado de São Paulo era 16% superior às participações do Rio de Janeiro em conjunto com o Distrito Federal.

Especificamente no setor têxtil, conforme tabela 18, São Paulo superou o Rio de Janeiro e o Distrito Federal no número de fábricas. Em 1915, o número de fábricas em São Paulo saltou de 18 (em 1905) para 51, chegando a 55 em 1921, ao passo que no estado do Rio de Janeiro passou de 21 fábricas, em 1907, para 46 em 1915, e caiu para 37 em 1921. Até os primeiros anos da Guerra, 1915, o número de trabalhadores na indústria têxtil paulista triplicou e o número de fusos e teares cresceu mais de quatro vezes, nos anos seguintes, até 1921, o número de trabalhadores cresceu 36% e o de fusos e teares 10% e 15% respectivamente. No estado do Rio de Janeiro, entre 1905 e 1921, o número de trabalhadores teve um crescimento superior a pouco mais que 100% e o de fusos e teares 82% e 71%, respectivamente, de forma que em 1921 o número de trabalhadores na indústria têxtil carioca era 26% superior ao número de trabalhadores na indústria

têxtil paulista, assim como o de fusos era 42% superior e o de teares 29%. É interessante notar que o maior número de fábricas em São Paulo não representava superioridade em fusos, teares e trabalhadores na indústria têxtil quando comparado com Estado do Rio de Janeiro. Essa relação pode ser explicada pelo fato da indústria têxtil paulista ser mais nova, possuindo máquinas e equipamentos de ordem tecnológica superior e, conseqüentemente, mais produtiva. Assim, a produção têxtil paulista necessitava de um menor número de trabalhadores, fusos e teares para produzir a mesma quantidade que a indústria têxtil carioca. Essa análise é condizente com a análise de F.R. Versiani, que notou um aumento no número de cotonifícios em São Paulo, ao mesmo tempo em que o número médio de operários, teares e fusos por estabelecimento diminuía, sugerindo um tamanho médio inferior para as novas fábricas. F.R. Versiani, explica que essas novas fábricas tinham equipamentos superiores tecnologicamente, obtendo vantagens de produtividade e de custo.

Tabela 19 – Produção Industrial - indústrias sujeitas ao imposto de consumo
Valor da produção Segundo as Unidades Políticas

Unidades Políticas	Valor da Produção (Contos de réis)				
	1925	1926	1927	1928	1929
Distrito Federal	790.260	772.196	942.145	1.133.986	954.934
Rio de Janeiro	246.372	223.031	243.535	293.798	255.417
São Paulo	1.382.722	1.271.714	1.467.455	1.663.101	1.537.347
Total geral	3.775.833	3.664.748	4.095.472	4.685.917	4.393.777

Fonte: Lobo, 1978, p.745

Na tabela 19 pode-se comparar o valor da produção industrial dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, da metade da década de 1920 até às vésperas da crise de 1929. Nesses cinco anos, o valor da produção em São Paulo, com exceção do ano de 1928, foi 25% superior ao valor da produção no Rio de Janeiro. Contudo, o valor da produção no estado do Rio de Janeiro teve um ritmo de crescimento superior, 17% contra 11%. Por fim, na segunda metade da década de 1920, o valor da produção industrial paulista e carioca representava em média 64% de toda a produção industrial do período. Comparando esses dados com os números da tabela 17, observa-se um aumento de concentração da produção industrial nesses dois estados, pois em 1907 o valor da produção industrial de ambos representava 54% do total. Essa concentração ocorreu porque o Rio de Janeiro continuava sendo um dos principais centros comerciais, financeiros e portuários do país, ao passo que a economia cafeeira gerava divisas, mão

de obra e mercado consumidor para o estado de São Paulo. M. A. Leopoldi destaca que essa concentração industrial, que chegou a 67% em 1939, foi fruto do intenso crescimento da indústria paulista e do crescimento moderado do parque industrial do Rio de Janeiro, que apesar de perder espaço para a produção paulista, não deixou de crescer. Além disso, foi nesse período e nesses estados que se formaram grandes empresas com alto investimento, mão de obra numerosa, máquinas importadas, força motriz significativa e valor de produção elevado (Leopoldi, M. A.).

O período ao qual este trabalho se refere foi de acelerado crescimento para o parque industrial do estado de São Paulo, que ao final da década de 1920 passou a ser o principal centro industrial brasileiro. Documentos da época que estimam o valor de produção com base na arrecadação de impostos de consumo também indicam o crescimento da produção paulista. Portanto, apesar dos problemas de se estimar a produção com base na arrecadação de impostos de consumo, apontados por W. Dean, esses podem dar uma ideia da ordem de crescimento da produção ao focarem a análise em suas variações.

Tabela 20 – Produção industrial do Estado de São Paulo de 1900 a 1921

Valor arrecadado pelo imposto de consumo

1900	67.752
1905	110.290
1910	189.370
1915	274.147
1920	795.915
1921	804.378

Fonte: *Condições econômicas e financeiras do Brasil*, 1924, p. 26

De acordo com os dados do relatório de 1924, da embaixada inglesa no Brasil, contidos na tabela 20, a produção industrial entre 1910 e 1920 quadruplicou, ao passo que nos dez anos anteriores, 1900 e 1910, cresceu pouco mais de duas vezes e meia. O aumento da produção industrial no estado no período que compreende mais da metade da Guerra e os dois anos de crescimento do pós-Guerra, 1915-1920, chegaram a 190%. Esse crescimento em arrecadação não tem comparativo com os demais períodos de cinco anos. O índice estimado por C. Haddad, na tabela 1, em contraste, indica que nesse período a produção industrial cresceu 45%, pois o mesmo não considera a inflação do período.

Também, com base nos impostos de consumo, a mensagem do presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís, em 1923, tabela 21, passa uma ideia do crescimento industrial entre 1917 e 1921.

Tabela 21 – Produção industrial do Estado de São Paulo de 1917 a 1921

Valor arrecadado pelo imposto de consumo

1917	569.381
1918	556.801
1919	712.662
1920	795.715
1921	804.378

Fonte: *Mensagem do presidente do Estado de São Paulo de 1923*, p. 22

Os anos de 1919 e 1920 foram de elevado crescimento – 28% e 11,6%, respectivamente – com a volta do comércio internacional. Assim, o crescimento da indústria paulista foi superior ao crescimento do total da indústria no país, que, de acordo com o índice de C. Haddad, foi de 15% e 5%, respectivamente.

A análise desses dados permite concluir que, mesmo com diferenças de estimativas e dados, a produção industrial no estado de São Paulo teve um crescimento acima da média da produção industrial nacional. Autores como A. Fishlow, C. Prado Jr., R. Simonsen e N. C. Luz estão corretos ao afirmar que as restrições de comércio impostas pela Guerra foram importantes para o aumento da produção nacional, visando a atender as necessidades do mercado interno por bens de consumo. Além disso, esse aumento da produção do estado de São Paulo, superior aos demais, também é condizente com a análise de R. Simonsen de que em São Paulo esse desenvolvimento foi mais acentuado com o surgimento de pequenas indústrias e a fabricação de novo produtos.

Tabela 22 – Importação e exportação do estado de São Paulo

Anos	Importação		Exportação	
	Mil réis	Libra esterlina	Mil réis	Libra esterlina
1920..	613.456	36.838.795	860.476	53.270.301
1921..	508.567	18.323.737	841.016	28.771.553
1922..	471.141	13.876.123	1.150.575	33.862.887
1923..	763.549	16.982.706	1.640.347	36.442.258

Fonte: *Mensagem do presidente do Estado de São Paulo de 1924*, p. 23

A tabela 22 demonstra que no estado de São Paulo, conforme mensagem do presidente do Estado Washington Luís em 1923, após dois anos de crescimento no pós-guerra as

importações declinaram e só voltaram a crescer em 1923. Por outro lado, na tabela 22 tem-se que as exportações iniciaram seu crescimento em 1922.

Ainda no estado de São Paulo, a produção de carne congelada, como carro chefe das novas exportações, pode ser analisada através da tabela 23, abaixo:

Tabela 23 – Exportação de carne congelada e conservada no estado de São Paulo

Anos	Carne Congelada		Carne Conservada	
	Quilos	Valor	Quilos	Valor
1913	7.946.745	5.739	93.325	132
1916	18.688.846	15.716	362.173	612
1917	29.134.755	26.388	1.097.127	1.735
1918	32.654.838	32.754	2.791.181	5.222
1919	32.033.736	35.606	2.877.745	6.683
1920	32.710.000	36.532	570.172	1.425
1921	24.673.330	29.943	734.568	1.303

Fonte: *Mensagem do presidente do Estado de São Paulo de 1922*, p. 92

Essa tabela demonstra os efeitos da guerra sobre as exportações de carne congelada e em conserva. Os principais mercados para a carne congelada eram a Itália, Grã Bretanha e França. Já a carne conservada em lata era vendida principalmente para Estados Unidos, Bélgica e Grã Bretanha. Entre 1913 e 1918, a exportação de carne congelada pouco mais que triplicou e de carne conservada aumentou quase trinta vezes, ambas impulsionadas pela forte demanda externa dos países em guerra. Entretanto, com o fim da guerra e a volta da produção industrial nos países beligerantes, a exportação de carne congelada parou de crescer e caiu em 1921. Pior foi a situação da carne conservada, que se manteve elevadas exportações até 1919, mas com o fim do conflito caiu a níveis pouco maiores do que em 1916, principalmente devido à perda do mercado norte americano. Esse fato demonstra que, se por um lado autores como W. Dean justificam o aumento da produção industrial na guerra como causa das novas exportações, esses autores têm razões quanto ao estímulo. Por outro lado, nota-se que mesmo esse aumento de exportações foi um estímulo restrito ao período bélico. Porém, conforme visto na tabela 14, houve um aumento no valor da produção e dos estabelecimentos de carne conservada e congelada que se manteve ao término do conflito para atender o mercado interno.

A mensagem de Washington Luís em 1928 (ver tabela A.1 do apêndice) ajuda a esclarecer os efeitos do programa de defesa do café para a economia. Entre 1926 e

1927, mesmo com o declínio do valor em Libras das exportações de café, seu valor em contos de réis aumentou. Outro item que voltou a crescer, nessas circunstâncias, foi a exportação de carne congelada. Por outro lado, o programa de defesa do café gerou efeitos no câmbio que resultaram em aumento das importações.

Na pauta apresentada na tabela A.1 do apêndice quase todos os itens tiveram aumento de importação, o que gerou aumento da concorrência de produtos estrangeiros no mercado nacional. Contudo, chama a atenção um item que não teve aumento, mas queda: a importação de máquinas para a indústria, por ser um item importante para o crescimento das fábricas e indústrias. Esse fato é importante, pois fortalece o argumento de que o aumento da entrada de produtos estrangeiros, concorrendo com a indústria nacional, reduziu a expectativa de ganhos dos empresários e, consequentemente, a diminuição dos investimentos. Como os investimentos para expansão da produção industrial eram dependentes das importações de bens capitais, uma queda no nível de investimentos refletia em queda na importação de máquinas e equipamentos.

Por fim, na tabela 24, tem-se a evolução do comércio exterior do Rio de Janeiro e do Brasil. No período de 1910 até 1929, as importações e exportações do Rio de Janeiro conseguiram manter uma importância relativa estável em relação ao total do Brasil. Na média, as importações do Rio de Janeiro correspondiam a 43% do total, e as exportações a 17%. Com o advento da Guerra, as importações do Rio de Janeiro e do Brasil como um todo caíram cerca de 40%, de 1913 para 1914, voltando a se recuperar a partir de 1916. Porém, as mesmas só voltaram ao nível pré-Guerra em 1918. Já as exportações caíram menos: no primeiro ano houve queda de quase 20% e já em 1915 se recuperaram, superando os valores de antes da Guerra, 1913. Esses dois movimentos condizem com os fatos de que, durante a Guerra, as dificuldades de importar implicaram aumento da produção interna e redução dos investimentos na capacidade produtiva, assim como ao fato de que durante a Guerra houve um aumento das exportações, principalmente de alimentos, para suprir os países em guerra.

Ao término da Guerra, as importações cresceram substancialmente até 1920, assim como as exportações, para atender a demanda reprimida nos anos de conflito. Além disso, pode-se observar que a partir de 1924, devido ao programa de defesa do café, as importações cresceram em ritmo mais acelerado que as exportações. Entre 1924 e 1928, o saldo da balança comercial do Brasil caiu 74%; nesse período houve um acréscimo de

32% das importações perante 3% das exportações, sendo que esses efeitos foram mais fortes no Rio de Janeiro, com aumento do saldo negativo da balança comercial, queda de 20% nas exportações e aumento de 21% nas importações.

Tabela 24 – Comércio Exterior Do Porto do Rio de Janeiro e Brasil
(Contos de réis papel)

Ano	Importação		Exportação	
	Rio de Janeiro	Total Brasil	Rio de Janeiro	Total Brasil
1910	264.415	713.863	115.360	939.413
1911	289.384		121.819	
1912	371.294		158.918	
1913	392.329	1.007.495	118.508	972.731
1914	227.175	561.853	95.011	750.980
1915	244.193	582.996	176.355	1.042.290
1916	358.009	810.759	196.676	1.136.888
1917	365.126	837.738	267.155	1.192.175
1918	460.426	989.404	251.490	1.137.100
1919	581.217	1.334.258	348.172	2.178.719
1920	966.765	2.090.633		
1921	739.955	1.689.839		
1922	779.358	1.652.630	429.191	2.332.084
1923	1.022.720	2.267.159	627.170	3.297.033
1924	1.219.493	2.789.557	729.506	3.863.554
1925	1.385.760	3.376.832	635.254	4.021.965
1926	1.095.850	2.705.553	537.404	3.190.559
1927	1.305.620	3.273.163	546.134	3.644.117

Fonte: Lobo, 1978, p.556-557

Ao se analisar o comportamento do comércio exterior brasileiro e dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nota-se um padrão de comportamento com aumento e declínio nas importações e exportações em determinados períodos. Somente após 1924, com o início do programa de defesa do café, ocorreu um descasamento entre o valor das exportações do Rio de Janeiro e de São Paulo. A partir de 1925 houve um declínio no valor das exportações do Rio de Janeiro até 1928; contudo, conforme a tabela A.1 do apêndice, entre 1926 e 1927 o valor das exportações de São Paulo aumentou, graças principalmente ao aumento das exportações de café, couro e carne congelada. Assim, o aumento das exportações totais no Brasil, de 1924 até 1928, conforme a tabela 24 está correlacionado ao aumento das exportações do estado de São Paulo. Esse cenário reflete os efeitos do programa de defesa do café que beneficiou as exportações de café. Como

era o estado de São Paulo que concentrava a produção cafeeira da época, a queda das exportações no Rio de Janeiro foi maior, ainda mais porque foram as exportações de café de São Paulo que ajudaram a manter o total de exportações no patamar de 1924. Contudo, o barateamento dos produtos estrangeiros proporcionado pela valorização cambial não ficou restrito a um setor ou estado e, por isso, houve aumento das importações tanto no Rio de Janeiro quanto no Brasil.

Dessa discussão sobre a produção brasileira e paulista, e o comércio exterior entre o início da Primeira Guerra e a crise de 1929, pode-se verificar que a produção industrial aumentou no período da guerra graças às restrições das importações. Foi necessário aumentar a produção para suprir a falta de alguns produtos, além de haver novas exportações destinadas a abastecer os países em guerra.

Não obstante, o principal aumento da produção industrial ocorreu após o término da Guerra, com o fim das restrições do comércio internacional. Em 1919 a indústria voltou importar os insumos necessários para aumentar sua produção e importar bens de capital para sua expansão. Apesar do aumento das importações, elas ficaram relativamente estáveis, em um nível menor do que as quantidades importadas nos anos anteriores à Guerra.

Com o final do conflito o Brasil voltou a exportar café, compensando a queda das novas exportações e mantendo o volume total de exportações praticamente estável entre 1919 e 1928. Nota-se que a produção industrial perdeu fôlego a partir de 1924, com queda no ritmo de crescimento. Analisando o aumento das importações após 1924 e o aumento do valor das exportações, pode-se inferir que a queda da taxa de câmbio decorrente do programa de defesa do café barateou as importações, aumentando a concorrência de produtos importados e ocasionando uma queda no ritmo de crescimento da indústria.

As análises do comércio exterior na década de 1920 refletem as análises feitas pelos autores estudados no capítulo anterior, tendo em vista que, apesar das oscilações verificadas em alguns anos, fica evidente que há um novo padrão no comércio exterior brasileiro após 1924, reflexo do programa de defesa do café.

Também, com base nos dados analisados acima, observa-se que foi no período estudado, entre o início do século XX e o final de década de 1920, que a produção industrial do estado de São Paulo superou a produção industrial do Rio de Janeiro,

principalmente durante a Primeira Guerra Mundial. Até o início do século XX o Rio de Janeiro reunia as melhores condições para o desenvolvimento industrial, conforme apontado por M. E. Lobo, por exemplo. Porém, graças ao rápido desenvolvimento da cultura cafeeira no estado de São Paulo, a industrialização avançou de forma acelerada com o acúmulo de capital financeiro superior ao real, que passou a ser investido no setor industrial. Além disso, o desenvolvimento da economia também proporcionou uma rápida urbanização em São Paulo, e o surgimento de um amplo mercado consumidor, assim como visto nas análises de J. M. Cardoso de Mello e M. A. Leopoldi.

A rápida expansão da economia cafeeira no estado de São Paulo também proveu um aumento da oferta de mão de obra assalariada com o fluxo de imigrantes atraídos pela cafeicultura. Esse influxo de imigrantes superava as necessidades da agricultura, de forma que muitos deles foram para as cidades, aumentando a oferta de mão de obra. Esse aumento da oferta de trabalhadores em São Paulo foi importante para a industrialização, pois além de suprir as necessidades da indústria, permitia um gasto menor com salários, reduzindo os custos das fábricas. Além disso, o alto número de assalariados também resultava em um mercado consumidor maior. Segundo F. R. Versiani, essa disponibilidade de mão de obra imigrante sugere que a supremacia da indústria paulista não seria uma decorrência direta da expansão cafeeira, mas indireta. (Cf. VERSIANI, 1993, p.91-92)

Impactos da guerra e a substituição de importações

Com base nos dados apresentados e nas respectivas análises, é possível notar se os impactos causados pela guerra sobre a produção industrial brasileira trouxeram o início de um processo de substituição de importação ou não.

Nos primeiros anos da Guerra, as quedas das importações de bens que supriam o mercado interno estimularam o aumento da produção industrial com base na capacidade instalada. Entretanto, para expandir a capacidade instalada, era necessário importar bens de capital, o que constituía uma das dificuldades impostas pela Guerra. Essa dificuldade de importar insumos e bens de capital é bem observada no último ano de guerra, resultando em um impacto negativo para a indústria, com queda de produção. Contudo, ao final da guerra, a produção industrial voltou a crescer, devido ao crescimento da

importação de insumos, assim como os investimentos industriais, com a importação de bens de capital. Esse aumento da produção e do investimento possibilitou a substituição de importações dos bens de consumo não duráveis, que por requerem uma menor intensidade de capital e são mais fáceis de produzir.

Essa relação pode ser constatada ao notar-se que grande parte do crescimento industrial ocorreu com base na produção de têxteis e alimentos, as duas principais indústrias da época. O período que compreende o término da guerra até 1923 foi o de maior crescimento da indústria, comparado com todo o período do início da guerra até a crise de 1929. Nesse intervalo de excelente crescimento industrial, entre 1919 e 1923, as importações ficaram em um nível abaixo do verificado nos anos anteriores à guerra, indicando que parte das importações feitas antes da guerra cessou ou diminuiu por causa do aumento da produção nacional. Esse aumento da produção, favorecido pelo câmbio elevado, diminuiu a concorrência das importações e encareceu, também, os bens de capital e bens intermediários. Após o término da Guerra esses bens tiveram elevação de suas importações, dada a expansão da produção. Assim, alcançou-se a primeira parte do processo de substituição de importação, na qual a expansão da produção de bens de consumo levou à redução da importação dos mesmos e ao aumento da importação de bens intermediários e matérias-primas.

Na tabela 25 pode-se notar um aumento da produção interna a partir da arrecadação de impostos. Esta tabela contém a receita tributária federal total e os impostos arrecadados com importações e consumo. Entre o início e o fim da Primeira Guerra Mundial houve uma alteração na importância sobre o total arrecadado de impostos, com a importância dos impostos de importação caindo de 71%, em 1913, para 46% ao término da Guerra. Por outro lado, os impostos de consumo ganharam importância, passando de 13% do total arrecadado para 32% no mesmo período. Além disso, entre 1913 e 1918, os impostos com importação despencaram 50%. Porém, o total arrecadado caiu somente 23%, graças ao aumento de 84% dos impostos de consumo.

Essa evolução da arrecadação tributária federal condiz com as análises e dados apresentados anteriormente, de que a Guerra impôs restrições ao comércio internacional e prejudicou as importações. Contudo, houve um aumento da produção interna para suprir essa queda, refletindo no aumento da arrecadação de impostos com consumo.

Assim, esse ganho de importância dos impostos de consumo representou um ganho de importância da produção nacional.

Tabela 25 - Arrecadação dos impostos de importação e de consumo, 1912-1918.
(Contos de réis).

Ano	A-Receita tributária Federal	B-Imposto de importação	B/A	C-Imposto de consumo	C/A
1912	487.632	348.242	71%	62.639	13%
1913	483.899	344.327	71%	65.091	13%
1914	303.001	195.115	64%	52.223	17%
1915	295.217	152.609	52%	67.936	23%
1916	349.909	184.264	53%	83.828	24%
1917	365.339	158.361	43%	117.720	32%
1918	372.585	171.431	46%	119.719	32%

Fonte: Villela & Suzigan, 1973, p.141

Os dados, extraídos do relatório econômico do Ministério das Finanças inglês³, permitem constatar que entre 1913 e 1921 houve aumento na produção dos principais produtos industriais da época, com destaque para a produção têxtil, comprovando o impacto positivo do choque externo para a produção de bens de consumo. Outro fato que se destaca, analisando essa tabela, é a diversificação da produção industrial. Muitos artigos que não eram produzidos no Brasil antes da Guerra passaram a ser produzidos durante ou após o seu término. Na tabela 26, os dados da indústria têxtil, extraídos da tabela A.2, permitem constatar esses dois fenômenos, tanto a produção existente em 1913 aumentou, como novos artigos passaram a ser produzidos em 1916 e 1921. Confirmando que a indústria nacional, com o estrangulamento externo, passou a suprir parte da demanda interna.

Tabela 26 – Principais produções têxteis em 1913, 1916 e 1919.
Quantidade produzida

Produto	Unidade	Anos		
		1913	1916	1921
Artigode de Algodão	Metros	384.988.943	491.0.18.086	555.396.348
Juta	Metros	38.746.691	43.076.369	53.973.066
Lã	Metros	2.548.571	2.761.498	13.109.472
Linho	Metros	-	285.607	514.101
Seda	Kilos	-	68.694	96.405
Rendas de Algodão	Kilos	-	39.570	41.217
Rendas de Seda	Kilos	-	31.994	37.629
Fitas de algodão	Kilos	-	-	47.041

Fonte: *Economical data about Brazil, 1927, p. 23*

³ Os dados completos extraídos do relatório econômico estão na tabela A.2 do apêndice.

Por fim, os dados apresentados nas mensagens do Ministério da Fazenda em 1911 e 1925⁴, comprovam a diversificação da produção industrial brasileira após a Guerra.

Com relação aos bens de consumo não duráveis, nota-se que as importações de têxteis e alimentos caíram. As importações de algodão, de uma média de 10 toneladas, excluindo o pico de 1910, caíram para uma média de 6,7 toneladas em 1924-1925. Além disso, as importações de lã e linho também caíram. Já as importações de alimentos caíram 32% entre os dois períodos. Em ambos os casos, pode-se dizer que o aumento da produção nacional possibilitou essa queda nas importações.

Outro fator importante para determinar se houve o início do processo de substituição de importações é analisar o aumento da importação de matérias-primas e bens de capital, em decorrência do aumento da produção industrial. Dessa forma, a pauta de importações tende a ser mais rígida. As tabelas A.3 e A.4 do apêndice contribuem para essa análise. Dessas tabelas, destacam-se alguns dados a serem explorados, que estão resumidos na tabela 27.

Tabela 27 – Quantidade de mercadorias importadas, por classes em 1909, 1910, 1911, 1924 e 1925.

Mercadorias	Unidades	1909	1910	1911	1924	1925
Classe II - Matérias primas						
Ferro e aço.....	Toneladas	37.425	49.428	53.277	96.456	87.790
Classe III - Artigos Manufaturados						
Algodão.....	Toneladas	9.309	14.392	10.916	6.042	7.328
Cobre e sua ligas.....	"	1.127	2.915	3.553	5.194	4.296
Lã.....	"	1.083	1.564	1.856	818	1.118
Linho.....	"	1.062	1.972	2.228	719	1.250
Gasolina.....					89.303	143.318
Querosene.....					89.030	103.342
Óleo combustível.....					248.355	261.108
Classe IV - Artigos de alimentação e forragem						
Total da classe IV	Toneladas	1.335.897	1.562.804	1.562.303	960.736	1.060.716

Fonte: Mensagem do ministro da fazenda de 1911, p. 184

Nesse caso, dois fatos chamam a atenção: as quantidades de algumas matérias-primas, que aumentaram entre os períodos analisados, isto é, as importações de ferro e aço subiram de 53.276 toneladas em 1911 para 87.790 em 1925. Na classe III, o cobre subiu de três toneladas e meia em 1913, para cinco e quatro toneladas em 1924 e 1925. Por fim, entre 1924 e 1925 houve um significativo crescimento das importações de

⁴ Os dados completos estão presentes nas Tabelas A.3 e A.4 do apêndice.

combustíveis. Segundo a pauta de importações, verifica-se que o número de artigos importados no período 1924-1925 foi menor do que entre 1909 e 1911, e nota-se que entre 1924-1925 os artigos presentes na pauta foram mais seletivos: bens de capital, bens intermediários e bens de consumo duráveis. Tanto em 1924 quanto em 1925, ao somar-se óleo combustível, querosene e gasolina, tem-se que as importações de combustíveis corresponderam a cerca de 40% das importações, pois o aumento da produção industrial demandava mais energia.

Essa evolução da pauta de importações pode ser vista na tabela 28, que contempla dados agregados por tipo de bens entre 1901 e 1929. Nesse período observa-se que os bens de consumo correspondiam a 30% das importações brasileiras antes da Primeira Guerra Mundial e na década de 1920 caíram para 20%, demonstrando que o país necessitava importar menos bens de consumo. Essa necessidade era menor devido ao aumento da produção local.

Os insumos para a indústria, combustíveis e matérias-primas, que antes da Guerra tinham uma participação conjunta 55% das importações, durante a Guerra e na década de 1920 passaram a representar em média 66% das importações. Esses aumentos são condizentes com o aumento da produção nacional, visto que as fábricas aqui instaladas, ao aumentarem sua produção, demandavam mais energia e matéria-prima.

Observa-se que os bens de capital que ganharam importância antes da Guerra, entre 1908 e 1913, sofreram queda brusca e esperada nos anos do conflito. Porém, com o término do mesmo, as fábricas voltaram a importar bens de capital visando a expandir sua capacidade produtiva, já próxima de seu limite. Na segunda metade da década de 1920 a diversificação da produção nacional, constatada anteriormente, assim como o barateamento das importações após 1924, permitiu um ligeiro aumento dessas importações.

Tabela 28 – Importação segundo os tipos de bens, 1901-1929.
(Em Percentagens).

Períodos	Bens de Consumo	Combustíveis e Lubrificantes	Matérias-primas	Bens de Capital
1901-1907	36,9	8,2	46,9	7,2
1908-1913	30,8	8,6	46,7	13,9
1914-1918	26,2	14,6	52,3	6,9
1919-1923	19,9	12,9	55,7	11,5
1924-1929	21,3	11,1	52,8	14,8

Fonte: Villela & Suzigan, 1973, p.132 e 170.

Essa mudança na pauta de importações, com ganhos de importância de bens e insumos necessários para a produção industrial e queda nos bens de consumo, indica que houve uma substituição de parte dos produtos importados pelos nacionais decorrente do aumento da produção nacional e do aumento dos investimentos.

Essa análise é reforçada com os dados da tabela 29. Pode-se notar que entre 1920 e 1928, no estado de São Paulo, houve um aumento no valor da produção de máquinas em 63%, assim como aumentaram os valores de produção de oficinas, peças e mecânica. Esses aumentos foram reflexos do crescimento da produção industrial, pois, mesmo com a elevação das importações de bens de capital, a demanda por máquinas e equipamentos era maior. Além disso, o crescimento do número de fábricas e indústrias demandava peças de reposição e reparos dos equipamentos instalados.

Tabela 29 - Valor da produção industrial de máquinas e equipamentos, estado de São Paulo 1920-1930.

(em mil-réis constantes de 1928)

Ano	Máquinas	Oficinas e Peças	Mecânica
1920	20.184.149	492.310	20.676.459
1928	32.954.155	10.654.811	43.608.966
1929	36.107.718	4.844.725	40.952.442
1930	28.817.211	4.388.220	33.205.195

Fonte: DGE/MAIC. *Recenseamento do Brasil 1920*, vol. V (primeira parte): indústria, Rio de Janeiro.

Conclui-se, das análises e dados presentes, que o impulso adquirido pela indústria com a Primeira Guerra Mundial foi importante para a consolidação da produção interna de bens de consumo não duráveis. Apesar das restrições externas, geradas pelo conflito, impedirem a expansão da indústria através dos investimentos, houve crescimento da produção com base na capacidade já instalada para atender a demanda interna e, em alguns setores, como o de alimentos industrializados, a produção nacional passou a também atender o mercado externo, principalmente os países em Guerra. Foi nesse período que a produção industrial do estado de São Paulo ultrapassou a produção industrial do estado do Rio de Janeiro, consolidando São Paulo como o principal estado produtor do país e aumentando a concentração da produção industrial no Sudeste. Nesse contexto, os ganhos do setor industrial, associados a um período de câmbio elevado, entre o fim da Guerra e 1923, permitiram a diversificação da produção nacional e a

expansão do parque industrial, quando muitas fábricas voltaram a investir em máquinas e equipamentos.

Após 1924, os efeitos colaterais do programa de defesa do café criaram obstáculos para o aumento da produção interna por aumentar a concorrência dos produtos estrangeiros, afetando, principalmente, a indústria têxtil. Além disso, as tarifas alfandegárias vigentes não compensavam a valorização cambial. Entretanto, o câmbio valorizado e a elevada entrada de divisas das exportações de café permitiram que os investimentos, em algumas indústrias de transformação, voltassem a crescer e permanecessem elevados até 1929. Assim, na década de 1920 houve aumento dos investimentos em praticamente todos os setores industriais, além de uma maior diversificação. Também foram criadas fábricas de cimentos e usinas siderúrgicas, aumentou-se o investimento na indústria mecânica com o início da fabricação de máquinas agrícolas, máquinas e equipamentos industriais, além de equipamentos de construção.

Esse contexto, associado às mudanças na pauta de importações ao longo do período analisado, corrobora com a fase inicial do processo de substituição de importações descrita por M. da C. Tavares. Houve um aumento na produção de bens de consumo não duráveis, que são menos complexos de se produzir e possuem uma demanda interna maior e mais inelástica. Esse aumento gerou expansão dos trabalhadores no setor secundário e nas cidades, expandindo o mercado interno através do crescimento da renda. Por fim, esse aumento de produção industrial implicou uma maior demanda por matérias-primas e insumos, gerando um reflexo direto na composição da pauta de importações, com diminuição da participação dos bens de consumo e aumento dos bens intermediários, fato esse verificado nos dados analisados. Portanto, iniciou-se uma substituição de importações no país, a partir dos bens de consumo não duráveis e expansão da produção de bens intermediários, em decorrência da Primeira Guerra Mundial.

Capítulo 3 – A política e a indústria

Alguns autores, dentre eles W. Dean e W. Suzigan, defendem que a Primeira Guerra Mundial mudou a mentalidade industrial do país, dando força política para os industriais e alertando o governo para a importância da indústria nacional. Dessa forma, é importante analisar a política econômica de 1900 até o início da crise de 1929. Essa análise decorre da constatação de que, com o aumento da produção nacional, a indústria ganhou importância econômica, assim como os industriais. É necessário ressaltar, porém, alguns aspectos da política econômica brasileira anteriores a 1900, para compreender o contexto político em que os industriais se encontravam no início do século XX.

Durante o período Imperial e os primeiros anos da República, prevaleceram os interesses dos produtores rurais. Todas as ações e medidas adotadas à época, do ponto de vista da infraestrutura até as tarifas alfandegárias, visavam a apoiar a produção agroexportadora. Somente em 1844, com a tarifa Alves Branco, que estipulava taxas de 30% para a maioria dos produtos manufaturados importados, inclusive os tecidos de algodão, passou a existir uma proteção tarifária à produção nacional. Contudo, apesar de funcionar como uma proteção à incipiente indústria nacional, essa não era a real intenção de tarifa. A tarifa Alves Branco foi, inicialmente, uma retaliação às taxas de importação impostas pela Inglaterra ao açúcar brasileiro. Assim, até o final do Império foram implantadas outras reformas alfandegárias, sempre com objetivos fiscais em primeiro lugar, motivação que nunca deixou de ser salientada pelos governantes da época.

Entretanto, essa pequena proteção oferecida contribuiu para o aumento da produção nacional, principalmente no setor têxtil. De acordo com F. R. Versiani e W. Suzigan, um levantamento efetuado em 1905 mostrou que metade da capacidade produtiva de tecidos de algodão naquele ano pertencia a cotonifícios estabelecidos antes de 1889, sendo que mais de 20% correspondia a firmas fundadas na década de 1870 (Cf. VERSIANI & SUZIGAN, 1990, p.4).

Entre o início do século XX e o começo da Primeira Guerra Mundial, a produção industrial manteve um ritmo de crescimento constante. Porém, foi com a Guerra – que, a princípio, acentuara as dificuldades econômicas e financeiras do país – que as fábricas

existentes se firmaram e novas fábricas surgiram para suprir a procura por artigos cuja importação foi interrompida. Nesse período, conforme destacado por N.C. Luz, São Paulo foi particularmente beneficiado pelo aumento da produção industrial. Nesse contexto, a indústria paulista passou a ganhar destaque na imprensa, revelando um aumento de prestígio da mesma. Outro efeito da Guerra que influenciou a posição política da indústria brasileira foi o papel cada vez maior da produção na receita pública. A contribuição dos impostos de consumo foi particularmente importante durante do conflito devido à diminuição das importações que reduziam a renda proveniente dos direitos aduaneiros. Por fim, essa aceleração do desenvolvimento industrial também gerou aumento da população operária, que passou de 150.841, em 1907, para 275.512 em 1920 (Cf. LUZ, 1975, p.152-153).

Assim, ao aumentar sua participação no consumo, na balança comercial, na receita pública e no emprego, a indústria nacional ganhou destaque no cenário econômico. A mesma situação ocorreu na política. As decisões tomadas pelo governo com relação às políticas trabalhistas, aduaneiras e tarifárias, tanto para a indústria quanto para outros setores, passaram a afetar diretamente a produção nacional.

Além disso, às restrições impostas pela Guerra mostraram aos governantes o quão ruim a excessiva dependência do setor externo poderia ser, aumentando o prestígio da indústria nacional. Contudo, mesmo cientes de tal fato, os governantes do país não adotaram nenhuma política de desenvolvimento industrial para o país, na década de 1920. Nesse período, a produção agrária exportadora ainda era a principal responsável pelo desenvolvimento econômico da nação e os cafeicultores ainda detinham uma elevada influência política. O principal impacto dessa influência política dos cafeicultores, para os industriais, eram seus interesses opostos em relação às políticas tarifárias e aduaneiras.

Contra os interesses dos industriais também estavam os importadores e consumidores que eram contrários ao aumento dos impostos aduaneiros, visto que iriam encarecer os produtos importados. Segundo N. C. Luz, a população urbana, particularmente das grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, reagiu contra a indústria nacional por considerarem-na como responsável pela elevação do custo de vida. A autora ressalta que essa inquietação social aumentou na década de 1920, pois o encarecimento do custo

de vida provocou a redução da capacidade aquisitiva da população (Cf. LUZ, 1975, p.159-161).

Todavia, em 1925, a elevação do câmbio reduziu os custos dos produtos estrangeiros e estes voltaram a ganhar participação do mercado, competindo com os produtos nacionais. Esse aumento de competição levou o presidente do Centro Industrial do Brasil a solicitar, ao presidente da república, medidas favoráveis à indústria, como facilidade de crédito pelo Banco do Brasil, estabilização cambial e elevação das tarifas aduaneiras (Cf. LUZ, 1975, p.159-160). Entretanto, a oposição por parte dos agricultores, importadores e da população urbana inviabilizou a adoção dessas medidas.

Assim, mesmo com o ganho de prestígio obtido pela indústria ao longo das décadas de 1910 e 1920 e, principalmente, após a Primeira Guerra Mundial, os interesses dos cafeicultores ainda prevaleciam nas decisões político-econômicas. No entanto, se os industriais não conseguiam aprovar propostas que beneficiassem a produção nacional, os mesmo já eram capazes de se organizar para defender seus interesses e impedir o avanço de propostas contrárias à produção nacional.

A Política industrial e os empresários

Conforme citado anteriormente, o principal propósito das tarifas de importação, à época, era fornecer receita ao governo. A determinação de uma tarifa e seu respectivo aumento era efetuada de acordo com as necessidades do Governo. Assim, por questões orçamentárias, sempre que necessário o Governo utilizava as tarifas aduaneiras para aumentar sua receita. O efeito colateral do aumento desse imposto era o protecionismo. Contudo, entre o fim do século XIX e início do século XX, uma nova conjuntura socioeconômica despertou um conflito de interesses entre os industriais e os demais setores produtivos, suscitando a discussão e o embate entre diferentes setores da sociedade a respeito das tentativas de revisões tarifárias.

Segundo M.A. Leopoldi, foi a partir da tarifa de 1900 que se intensificaram os debates políticos em relação à política tarifária do Governo, trazendo à tona o equilíbrio e a disputa entre os industrialistas e os anti-industrialistas. Esse equilíbrio de forças, com poder de veto dos dois setores, inviabilizou mudanças na tarifa de 1900. (Cf. LEOPOLDI, 2000, p.104-105). De acordo com Eulália Lobo, os livre-cambistas, através de organizações compostas de representantes da agricultura de exportação,

consideravam como indústria legítima somente a que usava matéria-prima nacional, e ilegítima a que empregava insumos importados. A proteção à indústria, segundo essa corrente de pensamento, era um fator de encarecimento da vida em detrimento dos consumidores e em benefício de uma pequena parcela de empresários (Cf. LOBO, 1978, p.542).

Dessa forma, mesmo as iniciativas de revisão da pauta aduaneira feitas pelo Ministério da Fazenda ou pelo Congresso não eram aprovadas. De acordo com M. A. Leopoldi, houve três tentativas de reforma com origem livre-cambista da tarifa de 1900, em 1909, 1913 e 1919, todas barradas pelos industrialistas no Congresso, apoiados pelo CIB (Cf. LEOPOLDI, 2000, p.107). Assim, a tarifa de 1900 perdurou por mais de duas décadas como o principal mecanismo de proteção aduaneira, oferecendo proteção limitada a algumas indústrias como, por exemplo, as indústrias dos setores têxteis, de chapéus, vestuário, alimentos e bebidas.

Após a Primeira Guerra Mundial, os industriais ganharam força política e aumentaram suas entidades de classe à medida que o parque industrial crescia. Esse aumento de prestígio político decorreu do aumento da produção nacional, em função das restrições do mercado externo, e fez com que o setor industrial ganhasse importância na renda nacional devido aos ganhos gerados pelo aumento da produção e pelo aumento do emprego assalariado no setor. Além disso, a essa época, uma parte considerável da população brasileira já trabalhava nas indústrias, portanto, uma queda na produção geraria sérias perdas na renda nacional. Nesse novo contexto econômico, o interesse das indústrias ganhou relevância na discussão tarifária.

Conscientes de sua situação, os industriais passaram a manifestar seus interesses de forma mais organizada. Eles visavam a influenciar o governo em favor de políticas de investimentos que reduzissem os custos e protegessem a indústria nacional. Um dos principais meios de manifestação de seus interesses era a Associação Comercial de São Paulo, haja vista que a maioria das indústrias estava no estado de São Paulo.

Os relatórios de época, da Associação Comercial de São Paulo, apontam que a principal luta dos empresários deu-se por causa das tarifas aduaneiras, sendo que as principais discussões decorriam da política governista desfavorável à indústria nacional. Os principais interesses dos industriais residiam em manter os impostos altos sobre produtos importados, que também tinham produção nacional, e manter alíquotas baixas

para os produtos usados como matérias-primas. Esses interesses visavam a proteger a produção nacional da concorrência estrangeira e baratear os custos de produção. Contudo, existiam divergências entre os empresários e o Governo devido à classificação aduaneira que o Estado fazia dos produtos e do valor das alíquotas. No que diz respeito ao valor da tarifa aduaneira, a principal reivindicação dos industriais consistia na mudança de seu formato de cobrança: as tarifas possuíam valores fixos, porém dada a variação cambial e o aumento da inflação, essas tarifas foram perdendo eficácia e importância ao longo dos anos. A proposta, de acordo com o relatório da Associação Comercial, era de uma tarifa *ad valorem* em torno de 50%.

Ao término da Primeira Guerra Mundial, a Associação Comercial de São Paulo reivindicou medidas de proteção à indústria e, em 1919, opôs-se ao projeto do Governo Federal de sobretaxar certos produtos de importação. Esse projeto terminou suspenso pelo Congresso Nacional.

Ainda na década de 1920 não havia uma solução para esse impasse tarifário entre empresários e governistas. Assim, pode-se dizer que essa falta de protecionismo, por parte do Governo brasileiro, é uma das causas do aumento da concorrência que os produtos nacionais passaram a sofrer, a partir de 1924, devido ao aumento da quantidade de produtos estrangeiros no mercado brasileiro, o que estava diretamente relacionado à desvalorização cambial resultante do programa de defesa do café.

Essa questão da tarifa alfandegária foi decisiva dentro da Associação Comercial de São Paulo, já que a luta pelo protecionismo empreendida pela indústria ia contra os interesses do comércio. O agravamento das divergências, no interior da associação, acompanhou a crise econômica de 1924-1925, a qual trouxe grandes dificuldades para a indústria. A facilidade de importação dos produtos estrangeiros inundou o mercado brasileiro de produtos importados. Sentindo-se prejudicados, os fabricantes nacionais fizeram constantes apelos para que o Governo aumentasse as tarifas. Essa tensão interna culminou na cisão entre indústria e comércio, em 1928, com a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP).

Além da Associação Comercial de São Paulo, entre o início do século XX e 1929, o Centro Industrial do Brasil (CIB) também representou os interesses políticos dos industriais, assim como defendeu seus interesses nas tentativas de reformas tarifárias. Constituído com o objetivo de promover o desenvolvimento e a prosperidade dos

diversos ramos da indústria nacional, o Centro Industrial do Brasil se propunha a divulgar projetos e leis, em discussão no país, que dissessem respeito à indústria. Na prática, o CIB atuava como órgão de pressão dos industriais junto à administração pública e, embora pretendesse falar pelo conjunto de industriais do Brasil, seu foco de atuação concentrava-se no Rio de Janeiro e no setor têxtil. Nesse período, o Centro Industrial do Brasil também se posicionou favoravelmente a projetos de reformulação das taxas alfandegárias, num sentido protecionista, visando a aumentar a taxa incidente sobre a entrada de produtos agropecuários e matérias-primas de origem estrangeira que tivessem similares no país.

No imediato pós-Guerra, em 1919, diante de um difícil quadro econômico, verificou-se uma nova tentativa de reforma alfandegária, num sentido liberal e contrário às indústrias. O Centro Industrial do Brasil opôs forte resistência ao projeto que terminou não sendo aprovado.

Grande parte da atuação do Centro Industrial também se deu na década de 1920, nas tentativas de aumentar a proteção tarifária aduaneira. O principal argumento dos industriais para uma revisão da tarifa aduaneira era de que, ainda na década de 1920, a principal tarifa vigente, a única que proporcionava alguma proteção para a produção nacional, era a tarifa de 1900. A proteção fiscal oferecida pela tarifa de 1900, na prática, não funcionava mais, pois a desvalorização cambial e o barateamento das mercadorias estrangeiras reduzira essa proteção a apenas 20% do valor das mercadorias, de acordo com as estimativas da época.

Esse conflito de interesses e a pressão dos industriais por um maior protecionismo se intensificaram a partir de 1926. Segundo M.A. Leopoldi, a queda no preço do café impactou o salário dos trabalhadores agrícolas e seu padrão de consumo. Com isso, a indústria começou a sentir os efeitos de uma queda no consumo dos produtos manufaturados e um aumento das importações (Cf. LEOPOLDI, 2000, p.108), combinação de fatores que ameaçava a produção e a expansão do setor industrial. Nesse cenário, a indústria têxtil foi o principal setor atingido, levando os industriais a pressionarem ainda mais o Governo por reajustes nas barreiras alfandegárias. Essa pressão era realizada principalmente por industriais de São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, somente no final de 1928, com o aumento cambial e tarifário, a indústria obteve certo aumento de proteção.

Além disso, na ausência de uma política industrial desenvolvimentista no pós-Guerra, alguns setores industriais específicos faziam lobby perante o governo por subsídios e impostos que lhes favorecessem. O Governo, ciente da importância econômica de algumas indústrias e da necessidade de ser menos dependente do mercado externo, concedeu favores para determinados setores visando a empréstimos e subsídios. Dessa forma, a década de 1920 ficou marcada pela equilibrada disputa entre os industriais e os agroexportadores, impedindo um avanço na reforma das tarifas alfandegárias. Assim como, pelas concessões de benefícios pontuais para alguns setores da indústria.

A Política industrial e os Estadistas

Conforme visto anteriormente, no período estudado não havia uma política governamental de proteção e desenvolvimento para a indústria, e nessa ausência de políticas foram concedidos favores pontuais a determinados setores e a determinadas indústrias. Além disso, o pouco protecionismo tarifário existente era um efeito colateral, gerado pela necessidade de o Governo aumentar sua receita. O setor que ainda detinha de maior influência política e demandava maior atenção e preocupação por parte do Governo continuava sendo a agricultura de exportação, principalmente a cafeeira, dada a origem ruralista da maioria dos políticos que dominavam o país e também em função da importância da economia cafeeira para a renda nacional.

De acordo com N. C. Luz, antes das décadas de 1910 e 1920, mesmo os governos exercendo administrações favoráveis à indústria nacional, não conseguiram estabelecer uma tarifa protecionista que isentasse de direitos aduaneiros as matérias-primas e maquinarias e taxasse os produtos manufaturados, tamanha a influência do setor agroexportador. Além do mais, o Governo considerava também o interesse dos consumidores, que, com essa taxaçoão protecionista, acabariam por comprar produtos a preços altos e de baixa qualidade, ao invés de comprar artigos importados, melhores e mais baratos. Desse jogo de interesses antagônicos resultou uma tarifa aduaneira anárquica que não trazia a proteção necessária à indústria e que também não agradava os demais setores da sociedade (Cf. LUZ, 1975, p. 207-208).

Nesse contexto, segundo N. C. Luz, os industriais não obtiveram uma tarifa verdadeiramente protecionista e o governo recorreu a outras medidas para satisfazer a

indústria brasileira. A maioria dessas medidas tratava-se de concessões pontuais tais como isenções de impostos, empréstimos, prêmios e, para algumas, proteção alfandegária. Porém, de modo geral, foram duas as medidas que favoreciam tanto as indústrias quanto os outros setores: a quota-ouro sobre os direitos de importação e a estabilização da moeda a câmbio relativamente baixo, solução pleiteada pelas indústrias e pela agricultura, particularmente pelo setor cafeeiro. Contudo, ambas as medidas contribuíram para a elevação do custo de vida, resultando em aumento da rejeição popular em relação à indústria nacional (Cf. LUZ, 1975, p.208).

A postura do Governo com relação à indústria só começou a mudar a partir da Primeira Guerra Mundial. No período entre a Primeira Guerra e a Crise de 1929, a indústria ganhou relevância para a economia nacional e, conseqüentemente, para o cenário político. Com a Guerra, as reformas aduaneiras liberais que estavam em pauta foram adiadas; devido à crise nas importações de manufaturados, o crédito foi aberto às indústrias e a produção foi favorecida pelas necessidades do mercado interno e pelas novas exportações de semi-industrializados. Um indicador da importância adquirida pela indústria, na economia nacional, era a participação do imposto de consumo na arrecadação federal, o qual passou de 10% para cerca de 20%. O setor industrial também passou a empregar mais trabalhadores, contribuindo cada vez mais para a renda nacional. Esses fatos contribuíram para a crescente influência política dos industriais. Assim, apesar do discurso liberal e da influência da economia cafeeira nas ações governamentais, a indústria se transformou em um setor relevante com o qual o governo tinha que trabalhar. A economia industrial não poderia continuar relegada a um segundo plano, e mesmo sem uma política industrial claramente definida, medidas de estímulo e mesmo de proteção passaram a ser gradualmente adotadas.

Ao término da Guerra, apesar de se intensificarem as pressões contra e a favor do protecionismo, a política governamental não foi alterada e algumas indústrias como, por exemplo, as carboníferas e siderúrgicas, passaram a ter um grau de favorecimento com isenção de impostos, redução de fretes, empréstimos e outras concessões, mantendo a política de concessão de favores pontuais. Diante desse contexto, é interessante analisar como os políticos e governantes da época enxergavam a produção industrial e como eles avaliavam sua importância para a econômica brasileira.

As análises a seguir são baseadas em um conjunto substancial de relatórios e discursos, presentes nas mensagens dos presidentes dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, do ministério da Fazenda e dos presidentes da república, entre os anos de 1915 e 1928. Através desse conjunto de mensagens e relatórios é possível captar a opinião e o entendimento que os políticos e governantes, tinham a cerca do desenvolvimento do setor industrial.

Nas mensagens do presidente do estado de São Paulo dessa época, nota-se um crescimento da produção industrial a partir da Guerra. O presidente do estado de São Paulo, em 1918 e 1919, destaca que não só a produção industrial aumentou para atender a demanda nacional como novas fábricas foram fundadas com o intuito de explorar novos ramos industriais. Em sua mensagem, ele afirma que entre 1915 e 1917 criaram-se 325 novos estabelecimentos industriais no estado. Além disso, ele destaca o desenvolvimento da indústria de tecidos com crescimento acima da média que, em 1915, produziu 121.589.728 metros, 134.448.470 metros em 1916 e 191.200.000 metros em 1917, assim como o sensível aumento da produção de artigos para a exportação. Porém, cabe ressaltar que, com o fim de Guerra, alguns desses produtos exportados sofreram uma grande desvalorização, a ponto de quase levar à falência algumas dessas novas fábricas. Em 1919 foi destacada a expansão industrial do estado durante a Guerra. O valor da produção saltou de 212.231:730\$000, em 1914, para 562.381:651\$000, em 1917, um aumento de 165% no período.

Já nas mensagens dos presidentes do estado de São Paulo em 1923 e 1924, dois fatos são importantes: primeiro, na mensagem de 1923, a indústria continuava crescendo, com base em dados fechados até 1921, e a indústria têxtil começava a se constituir em um dos principais ramos de riqueza do estado. Essa ênfase dada à indústria têxtil revela o ganho de importância que a produção manufatureira começava a adquirir. Por outro lado, alguns alimentos exportados que ganharam mercado externo com a Guerra, como arroz e feijão, cessaram suas exportações. O segundo fato importante, de acordo com a mensagem do presidente do estado, em 1924, é que a crescente produção industrial no estado de São Paulo levou à necessidade de aumento da importação de máquinas, aparelhos, ferro, aço e outros insumos usados para a produção industrial. Com base nessas mensagens, percebe-se que havia um processo de substituição de importações em curso, pois, ao aumentar a produção de bens de consumo duráveis, o país passou a importar mais bens de capitais e bens intermediários.

Por fim, na mensagem do presidente do estado de São Paulo de 1928 nota-se que, mesmo com o avanço da produção industrial, há uma preocupação com relação a essa produção, pois o país ainda importava artigos que poderiam ser produzidos internamente. Segundo a mensagem, esse quadro tinha um custo elevado, pois em 1926 gastou-se 512.548:696\$000 com a importação de trigo, peixe e frutas, sem contar petróleo e seus derivados, assim como madeira, matéria-prima e derivados.

Essas mensagens dos presidentes do estado de São Paulo revelam que cada vez mais a indústria crescia e começava a ganhar destaque no cenário político-econômico brasileiro.

As mensagens do Ministério da Fazenda, em 1918 e 1919, também ressaltavam o aumento da produção industrial na Guerra e sua crescente importância para a economia. Valorizavam, assim, a manutenção do valor exportado pelo país graças ao aumento da exportação de “novos produtos”, principalmente alimentos semi-industrializados, e produtos que antes tinham pouca importância na pauta de exportações, implicando uma maior diversificação no leque de produtos exportados. Um exemplo citado é o café, que era responsável por 62% do valor das exportações antes da Guerra e, ao término da guerra sua importância para o valor das exportações caiu para 31%.

Para o Ministério da Fazenda, ao se olhar para os dados do comércio exterior, a Guerra foi vantajosa, pois houve uma melhora da situação econômica brasileira, que no começo da guerra havia sofrido com uma crise financeira. Fora isso, houve um acentuado ritmo de crescimento no período da Guerra, pois, mesmo com a escassez de recursos e transportes, o país conseguiu desenvolver sua produção e incrementar suas exportações. Essa informação foi divulgada na mensagem de 1919, em que o Ministério da Fazenda relata que, com a Guerra, o Brasil saiu da apatia dos 14 anos anteriores.

Na mesma mensagem de 1919, discute-se a tentativa de reforma da tarifa alfandegária de 1900. Segundo o Ministério da Fazenda, havia várias reclamações contra essa tarifa aduaneira, evidenciando as incongruências, as discordâncias, os exageros de taxaço e as lacunas dessa tarifa. Além disso, as intervenções e alterações feitas ao longo dos anos, ao invés de melhoras, aumentaram os defeitos desta tarifa.

Dessa forma, de acordo com o Ministério da Fazenda, o regime tarifário deveria ser cuidadosamente modificado para estabelecer uma situação fiscal que não prejudicasse a

produção, lhe assegurasse reciprocidade comercial e também facilitasse o alargamento das importações, o que contribuiria para o crescimento das rendas federais. Em Agosto de 1919 iniciaram-se os estudos para revisão da tarifa, ao mesmo tempo em que se publicavam, as classes revistas e editais convidavam interessados para apresentar sugestões e reclamações. Isso resultou em 208 memorandos ou representações apresentados à comissão, totalizando 591 emendas, sendo que a maioria não foi aceita até o projeto ser encaminhado para o congresso em Dezembro de 1919.

Segundo a mensagem, a comissão se esforçou para aprimorar a tarifa alfandegária, no sentido de melhorar o comércio exterior e baratear o custo de vida. A motivação era essencialmente favorável ao livre comércio. De acordo com o Ministério, a política aduaneira não poderia ficar confinada ao campo do incipiente industrialismo, para servir de interesse a uma classe. Ela deveria ampliar seu domínio e compreender todas as necessidades da nação.

De forma resumida, a reforma visava a reduzir as tarifas de mercadorias que não eram produzidas localmente ou que eram produzidas de modo imperfeito e sem viabilidade de abastecimento regular, com o intento de facilitar ao consumidor a aquisição delas e de conseguir aumento de renda através das importações. Já para as indústrias que utilizavam matéria-prima nacional, tidas como as indústrias que contribuía de modo eficaz para a fortuna, o desenvolvimento econômico da nação e empregavam milhares de operários, a proteção tarifária vigente seria mantida.

O projeto enviado ao Congresso solicitava autorização para aplicar a tarifa revista, a título de experiência, durante determinado período, sendo que sugestões de melhorias e modificações seriam aceitas nesse período de teste. Contudo, a Câmara travou o projeto, principalmente em função dos industriais que demandavam aumento da proteção tarifária e da pressão exercida pela Associação Comercial de São Paulo e pelo CIB.

A partir das mensagens relatadas acima, observa-se que apesar do crescente aumento da produção industrial, da importância da Guerra para a produção industrial e da diversificação da pauta de exportações, não havia uma política desenvolvimentista ou protecionista para a indústria. Nessas mensagens nota-se que, de certa forma, a Guerra foi bem vista pelos políticos para a produção industrial nacional. Segundo o relatório do Ministério da Fazenda de 1925, mesmo o Brasil só voltando a aumentar o valor de suas

exportações devido à depreciação do Mil Réis, a Guerra também teve efeitos positivos para o comércio exterior brasileiro.

Por outro lado, no Governo Federal, apesar de também não existir essa preocupação em promover um amplo desenvolvimento industrial, havia uma preocupação em desenvolver algumas indústrias de forma a tornar o país menos dependente do comércio exterior. Ainda que àquela época houvesse um conflito entre os princípios do livre comércio e o apoio às indústrias através da intervenção do Estado, a importância adquirida pela indústria forçava o Governo a atender algumas de suas demandas. Essa situação transparece na fala do Presidente Arthur Bernardes ao afirmar que “desde que o Estado patrocinou e estimulou o estabelecimento de certas indústrias, embora não representem estas o emprego mais conveniente da atividade nacional, é seu dever defender-lhes a existência”.

Em 1919, a mensagem do Presidente da República ressalta o déficit incorrido nos anos de 1915, 1916 e 1917. Apesar de ainda não ter o resultado final apurado para 1918, já se estimava mais um déficit para a União. Assim, para compensar esse déficit, propôs-se um aperfeiçoamento do sistema tributário, diminuição das despesas e melhor fiscalização. O Presidente ressaltou que, com o fim da Guerra, o momento era propício para os estudos sobre a reforma das tarifas alfandegárias. Contudo, em virtude dos conflitos ideológicos, entre os agricultores que defendiam o livre comércio e os industriais que defendiam um aumento do protecionismo, não houve consenso para que avançassem as reformas tarifárias.

Nas mensagens dos Presidentes da República entre 1924 e 1926, é possível notar a preocupação do Governo com a siderurgia brasileira e com a indústria de cimentos. Em 1924, segundo a mensagem, os números do comércio internacional mostravam um país mais habituado a uma produção mais variada e barata, embora a baixa do câmbio ainda mantivesse um alto preço para alguns produtos. O caso da borracha – que era o segundo produto na pauta de exportações e depois sofreu uma queda brusca – foi uma lição compreendida pelo país de que era muito arriscado depender de poucos produtos para exportar. Assim, um dos consensos da época, no Governo Federal, consistia na necessidade de se aumentar a produção industrial e sua variedade, além de melhorar sua qualidade de modo que esses produtos fossem bem cotados no mercado internacional.

Dentro dessa perspectiva de melhorar o comércio exterior do país, exportando mais e com maior variedade, o Governo passou a adotar várias medidas de incentivo a determinados setores industriais. A principal preocupação residia em estimular a produção de cimento, ferro e aço para que o país deixasse de importar esses bens tidos como essenciais à economia. À época, apesar do estado quase embrionário da siderurgia nacional, as expectativas relacionadas a ela eram grandes, dado o potencial das jazidas descobertas em território nacional. O Governo, ciente da importância da siderurgia para o país, formou uma comissão com representantes do poder legislativo, industriais e técnicos para trabalhar em prol do desenvolvimento da siderurgia e estimular o investimento. Contudo, apesar dessas disposições favoráveis à indústria nacional, as administrações da República Velha não conseguiram organizar uma tarifa alfandegária que trouxesse a proteção necessária para o desenvolvimento da indústria nacional.

Ainda em 1924, esta comissão realizou estudos para a instalação de usinas hidroelétricas capazes de gerar a energia necessária para a produção siderúrgica, além de estudos sobre os minérios presentes no solo brasileiro. Assumiram, assim, nos anos subsequentes, que o desenvolvimento da siderurgia era uma das preocupações do Governo Federal. Outra preocupação do Governo era com a produção de cimento, de modo que nesse período foram concedidos favores às empresas que fossem produzir cimento, buscando estimular a produção com subsídios e isenções de impostos.

Com relação às tarifas aduaneiras, a mensagem de 1926 ressalta que o Governo não julgava oportuno apressar a alteração das mesmas, inclinado, por princípio, a deixar o livre curso das forças econômicas. Porém, segundo o Presidente, o Estado deveria proteger o desenvolvimento das indústrias que tinham elementos de vida própria. Proteger uma indústria que dependia permanentemente da barreira alfandegária seria lançar sobre o consumidor interno um imposto em benefício de particulares, sem vantagem para a economia nacional. O capital e o trabalho aplicados na produção de um artigo que possa ser adquirido mais economicamente no exterior representava um desperdício de trabalho e de capital que deveriam ser encaminhados a outras aplicações mais produtivas. Contudo, o Presidente salienta que essa orientação doutrinária, na prática, deveria se acomodar às condições existentes: uma vez que o Estado já havia patrocinado a produção de certas indústrias, era seu dever manter a ajuda dada a elas,

pois o fechamento dessas empresas ocasionaria desemprego e queda no nível de renda, o que traria um impacto negativo muito maior para a economia brasileira.

Já na mensagem de 1927, o Presidente da República, ao falar sobre as tarifas alfandegárias, afirma que as principais causas dos déficits da União estariam na isenção e na redução de impostos de importação sobre mercadorias destinadas a serviços industriais. A soma dos impostos que deixaram de ser pagos chegou a 229.270:939\$ em 1925. Segundo ele, esse era um dado relevante, levando-se em conta que 42% da receita total era proveniente da arrecadação dos impostos de importação, os quais constituíam uma importante fonte de renda para o custeio dos serviços públicos.

Assim, a mensagem ressalta que as tarifas alfandegárias deveriam servir para tributar, de forma protecionista, os produtos com similares aqui, e isentar as mercadorias que não possuíssem similares. Porém, o presidente afirmava que permitir a livre taxaço de alguns produtos implicaria uma queda de arrecadação do fisco, demonstrando sua preocupação com a receita do Governo Federal. Com a insuficiência de receita e falta de controle financeiro da União, os Estados não poderiam contar com a prosperidade econômica e com os serviços federais. Dessa forma, em face de um orçamento federal sobrecarregado, era hora de dar um prazo para terminar com essas subvenções e auxílios, caso contrário, em 1927, a União iria sentir os efeitos dessas isenções e reduções de tarifas, levando à queda na receita federal e contribuindo para o déficit orçamentário.

Portanto, entre o início do século XX e a crise em 1929, pode-se resumir que a política econômico-financeira do Governo baseou-se nos interesses agrícolas, os quais pleiteavam a diminuição das tarifas de importação em prol do livre comércio. Entretanto, a pressão dos industriais, principalmente através da Associação Comercial de São Paulo e do Centro Industrial do Brasil, forçava o Governo Federal a ouvir os interesses do setor, que possuíam como principal reivindicação, maior protecionismo, através da tarifa aduaneira, para o setor. Nesse período, a política tarifária adotada pelo governo era essencialmente fiscal, em razão de serem os impostos sua principal fonte de receita. Assim, por questões de ordem fiscal, foi possível estabelecer certo nível de protecionismo que permitisse a sobrevivência de uma incipiente atividade industrial, cuja relevância econômica e política aumentara consideravelmente após a Primeira Guerra Mundial.

Conclusão

Conforme visto no primeiro capítulo, cada autor estudado tem uma visão diferente do desenvolvimento industrial na Primeira Guerra Mundial e durante a década de 1920. As conclusões apresentadas por esses autores são, muitas vezes, divergentes, resultando em um impasse sobre os efeitos da Guerra para a indústria brasileira. Essas divergências surgem porque cada autor parte de uma linha interpretativa diferente para estudar o período.

No cenário de transição em que a economia capitalista se encontrava, a economia brasileira viveu um bom momento entre o início do século XX e a Primeira Guerra Mundial, quando os países do centro capitalista mundial passavam por um momento de expansão material e financeira e o comércio mundial demandava grandes quantidades de matérias-primas e suprimentos. Esse cenário proporcionou ao Brasil expandir suas exportações de café, acumular capital a partir dessas exportações e se beneficiar da grande oferta de produtos industrializados no mercado internacional. Foi esse acúmulo de capital, gerado pelas exportações de café, que permitiu a instalação das primeiras fábricas no país.

Além disso, ao investir em sua expansão financeira e na expansão material de outras nações, a Grã-Bretanha possibilitou que outros países também pudessem produzir bens industriais. Nesse contexto, o Brasil teve espaço para produzir parte de suas necessidades, de bens manufaturados, em seu território.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial o comércio internacional sofreu uma queda brusca, afetando toda a economia mundial. No caso brasileiro o principal efeito desse estrangulamento do comércio internacional foi a queda das exportações de café, principal produto da pauta de exportações e responsável pelo acúmulo de divisas. Além da impossibilidade de continuar a acumular divisas, a economia brasileira não pode importar uma quantidade significativa de bens de consumo, pois os principais países fornecedores da economia brasileira estavam em Guerra.

Com essa mudança significativa em sua balança comercial, o Brasil foi forçado a produzir internamente parte das suas necessidades de consumo. Porém, dada à impossibilidade de expandir suas fábricas – já que não era possível comprar máquinas,

equipamentos e demais insumos no exterior –, essa expansão da produção ocorreu com base na máxima utilização da capacidade instalada.

Contudo, a economia brasileira ainda não tinha autonomia e capital para se sustentar. A economia do país ainda dependia da exportação de café e, conseqüentemente, do bom funcionamento do comércio internacional. Dessa forma, não foi possível expandir sua produção industrial a ponto de substituir grande parte das importações de bens de consumo, pois o prolongamento da guerra impossibilitava o acúmulo de divisas e a importação de máquinas e matérias-primas. Faltava à economia brasileira capital para mudar sua capacidade produtiva, capital que só era obtido, até então, através das exportações de café.

Com o término da Primeira Guerra, a demanda dos países europeus, em reconstrução, e a expansão dos Estados Unidos impulsionaram a economia brasileira. O país voltou a exportar café e a acumular divisas, o que possibilitou o aumento dos investimentos industriais e da capacidade instalada. Entretanto, a recuperação da econômica britânica e a tentativa de volta ao padrão ouro, associados à rápida acumulação de capital dos Estados Unidos, geraram fortes pressões especulativas no mercado financeiro internacional. Nesse cenário, como principal fornecedor de café no mercado internacional, o Brasil adotou uma política de proteção ao café para manter o valor de suas exportações. Uma das conseqüências dessa política de defesa do café foi o aumento das importações de bens de consumo. Devido a esse aumento das importações, a indústria nacional sofreu com a concorrência externa na segunda metade de década de 1920, gerando uma queda no ritmo de crescimento da produção interna até a crise de 1929.

A análise dos dados de produção e comércio exterior do país, no período da Guerra, revelam indícios de que houve um aumento da produção industrial como um todo e, também, que houve dificuldades de se importar bens de consumo e equipamentos. Dessa forma, esse crescimento da produção industrial, associado às restrições de importações, reforça que o aumento da produção ocorreu com base na plena utilização da capacidade instalada. Além disso, os dados do comércio exterior brasileiro mostram que a queda das importações durante a Guerra só voltaram aos patamares pré-Guerra na segunda metade da década de 1920.

Por outro lado, o valor total das exportações não teve uma queda tão grande durante a Guerra graças ao crescimento das exportações de produtos industrializados ou semi-industrializados para os países em guerra.

Porem, com o término da Primeira Guerra, as exportações de produtos industrializados e semi-industrializados quase cessaram, mas o valor total das exportações cresceu impulsionado pelo café e pelo sucesso do programa de defesa do café. No entanto, com a liberação do comércio internacional, as importações de bens de capital e bens intermediários cresceram em resposta à demanda reprimida durante o conflito, à renovação dos bens depreciados e também, devido ao investimento na expansão do parque industrial. Nesse cenário, o desenvolvimento industrial durante a década de 1920 passou por duas fases. A primeira, de 1919 a 1923, com crescimento e expansão das indústrias devido à volta do comércio internacional, e a segunda, de queda no ritmo de crescimento devido ao aumento da concorrência estrangeira, ocasionado pelo aumento das importações em virtude da valorização cambial resultante do programa de defesa do café.

No fim do capítulo dois foi feita uma análise com base nos principais requisitos de um processo de substituição de importação. Assim, independentemente das controvérsias acerca da produção, investimento e lucro industrial, durante a Guerra, iniciou-se no país um processo de substituição de importações como consequência do estrangulamento externo. Porém, esse processo ocorreu apenas no estágio da substituição de bens de consumo não duráveis, principalmente têxteis e alimentos. Não foi possível avançar com esse processo de substituição para os bens intermediários e primários devido às dificuldades de importar e exportar.

No último capítulo nota-se que mesmo com o aumento de importância da indústria para o país, os industriais ainda não tinham forças políticas para influenciar o governo a criar uma política de incentivo ao desenvolvimento industrial. Dessa forma, ao término da Guerra, a política governamental não foi alterada, mesmo o governo demonstrando interesse em desenvolver a indústria nacional e ser menos dependente do exterior. Nesse contexto, não houve esforço em desenvolver o setor industrial amplamente, concedendo incentivos apenas para determinadas indústrias, como a siderúrgica e de cimento. Nessa época, os industriais lutavam, principalmente, por uma maior proteção tarifária. Havia, contudo, forte resistência dos demais setores da sociedade, principalmente do

setor agroexportador. Devido a esse conflito de interesses, não foi possível colocar em prática uma tarifa protecionista eficaz que isentasse máquinas e matérias-primas e que também tributasse fortemente os produtos manufaturados, resultando em tarifas alfandegárias aleatórias. Assim, em virtude da falta de um programa de desenvolvimento industrial, a década de 1920 ficou marcada pelos favores e isenção tributários pontuais concedidos pelo Estado.

Por conseguinte, com base no segundo e terceiro capítulo, considera-se que a Primeira Guerra Mundial foi benéfica para o setor industrial com um todo, pois mesmo sem uma grande expansão e desenvolvimento tecnológico do parque industrial, houve aumento na produção, com base na capacidade já instalada, gerando consequências para o setor nos anos seguintes. Esse aumento da produção, associado às restrições do comércio internacional, permitiu que a indústria nacional ganhasse o mercado interno e iniciasse um processo de substituição de importações dos bens de consumo. Além disso, houve um acúmulo de capital que foi convertido em investimentos no pós-Guerra, desenvolvendo o parque industrial. Consequentemente, o setor ganhou importância econômica e política, passando a receber mais atenção do Governo. Mesmo sem uma política industrial desenvolvimentista, houve concessões pontuais e os industriais passaram a ter força política para lutar por melhores condições.

Fontes Primárias

Ministério da Fazenda

Ministério da Fazenda. Ministro Francisco Sales. Relatório dos anos de 1910 e 1911, apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil, no ano de 1912. Publicado em 1912. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1762/>

Ministério da Fazenda. Ministro Homero Batista. Relatório do ano de 1919, apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil, no ano de 1920. Publicado em 1921. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1768/>

Ministério da Fazenda. Ministro R. A. Sampaio Vidal. Relatório do ano de 1922, apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil, no ano de 1923. Publicado em 1925. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1772/>

Ministério da Fazenda. Ministro Annibal Freire da Fonseca. Relatório do ano de 1925, apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil, no ano de 1926. Publicado em 1926. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1773/>

Relatórios da Presidência do Estado de São Paulo

São Paulo (Estado) Presidente (Altino Arantes). Mensagem 14 de julho de 1918. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1175/>

São Paulo (Estado) Presidente (Washington Luis Pereira de Sousa). Mensagem 14 de julho de 1922. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1179/>

São Paulo (Estado) Presidente (Washington Luis Pereira de Sousa). Mensagem 14 de julho de 1923. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1180/>

São Paulo (Estado) Presidente (Carlos de Campos). Mensagem 1º de maio de 1924. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1181/>

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, 14 de julho de 1928, pelo Dr. Julio Prestes de Albuquerque, presidente do Estado de São Paulo. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1185/>

Relatórios da Presidência da República

Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da décima terceira legislatura pelo presidente da república Washington Luis P. de Sousa. Rio de Janeiro 1928. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1320/>

Relatórios do Ministério das Finanças Inglês

Ministry of Finance. Economical data about Brazil. Department of commercial statistics. Rio de Janeiro: Impresa Nacional, 1927.

Tradução do relatório sobre As condições economicas e financeiras do Brasil. Organizado por Mr. Ernest Hambloch, secretário comercial de embaixada inglesa no Rio de Janeiro. Publicado em Londres pelo departamento de negócios ultramar, 1924.

Relatórios da Directoria da Associação Comercial de São Paulo

Associação Comercial de São Paulo. Relatório da directoria. São Paulo: Oligario Ribeiro, 1919

Associação Comercial de São Paulo. Relatório da directoria. São Paulo: Casa Duprat, 1920

Associação Comercial de São Paulo. Relatório da directoria. São Paulo: Graphico J. Rothschild & Co., 1923

Associação Comercial de São Paulo. Relatório da directoria. São Paulo: Rothschild & Co., 1924 e 1925

Associação Comercial de São Paulo. Relatório da directoria. São Paulo: Rothschild & Co., 1927

Bibliografia

- ARRIGHI, G. (1996). *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo*. São Paulo: Unesp.
- BRAUDEL, F. (1996). *'O Tempo do Mundo', Civilização Material, Economia e Capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- CAMARGO, J. F. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*, 3 volumes. São Paulo, 1952.
- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo, 1880-1945* (3 ed.). (O. M. Cajado, Trad.) São Paulo: Difusão Européia do Livro / Editôra da Universidade de São Paulo, 1971.
- FRANCO, G. H. B. & LAGO, L. A. C. *A Econômica na República Velha, 1889-1930. Versão preliminar de capítulo a ser incluído no projeto História Contemporânea do Brasil Volume 3*. Rio de Janeiro: PUC, 2011.
- FISHLOW, A. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. *Estudos Econômicos*, 2, n. 6, 7-75, Dezembro de 1972.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil* (24 ed.). São Paulo: Nacional, 1991.
- GRAHAM, R. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- HADDAD, C. L. *Crescimento do Produto Real no Brasil, 1900 - 1947* (1 ed.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- HESS, F. A industrialização brasileira em perspectiva histórica (1808-1956). *Em Tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília*, nº. 18. Brasília, jan/jul. 2011
- IGLESIAS, F. Industrialização Brasileira no Século XIX. *Revista de história da América*, 70, 393-420, 1970.
- LEOPOLDI, M. A. P. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LOBO, E. M. L. *História do rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LUZ, N. V. *A Luta pela industrialização do Brasil : 1808-1930* (2 ed.). São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- MANTOUX, P. *A Revolução Industrial no Século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra*. São Paulo: UNESP, 1985.

- MARSON, M. D. *Origens e Evolução da Indústria de Máquinas e Equipamentos em São Paulo, 1870-1960*. Tese de Doutorado. Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. São Paulo. 2012
- MELLO, J. M. C. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, Z. M. C. & SILVA, 1985, F. A. M. *Características dos núcleos urbanos em São Paulo*. São Paulo: Estudos Econômicos, 1995.
- NOZOE, N. H. *São Paulo: economia cafeeira e urbanização – estudo tributário e das atividades econômicas na capital paulista (1889-1933)*. São Paulo: IPE, 1984.
- OLIVEIRA, R. C. *Agricultura e mercado interno (São Paulo: 1850-1930)*. Dissertação Mestrado Departamento História USP.
- PRADO Jr., C. *História Econômica do Brasil* (24 ed.). São Paulo: Brasiliense, 1980.
- REISS, G. D. O crescimento da empresa industrial na economia cafeeira. *Revista de Economia Política*, Vol.3, nº2, Abril-Junho/1983.
- SAES, FLÁVIO A. M. DE . *A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República*. Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 3, p. 20-39, 1989
- SAES, F. A. M. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira: um estudo sobre o desenvolvimento do grande capital em São Paulo: 1850-1930*. São Paulo: Hucitex, 1986.
- SAES, F. A. M. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista: 1850-1930*. São Paulo: IPE, 1986.
- SCATINBURGO, J. *O café e o desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1981.
- SILBER, S. D. Análise da Política Econômica e do comportamento da Economia brasileira 1929-1939. In: F. R. Barros, *Formação econômica do Brasil. A experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1978
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. (6ªed.) São Paulo: Alfa-Omega, 1985.
- SIMONSEN, R. C. *A Evolução Industrial do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.
- SIMONSEN, R. C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1937.
- SINGER, P. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol.36, nº3, Jul-Sep.,1974
- STEIN, S. J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus,1979.

- SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira: Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAVARES, M. d. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: M. d. Tavares, *Da Substituição de importações ao capitalismo financeiro* (5 ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- VERSIANI, F. R. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século. *Revista de Economia Política*, Vol.13, nº4(54), Outubro-Dezembro/1993.
- VERSIANI, F. R. Industrialização: a década de 20 e a depressão. *Artigo X Encontro Nacional de Economia*, Águas de São Pedro, Dezembro/1982.
- VERSIANI, F. R., & SUZIGAN, W. O Processo Brasileiro de Industrialização: Uma Visão Geral, *Artigo X Congresso Internacional de História Econômica*, Louvain, Agosto/1990.
- VERSIANI, F. R., & VERSIANI, M. T. A industrialização brasileira antes de 1930: Uma contribuição. In: F. R. VERSIANI, & J. R. MENDONÇA de Barros, *Formação Econômica do Brasil. A experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1978.
- VILLELA, A. V., & SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.
- VILHENA, L. S. *Recopilação de notícias da capitania de São Paulo* (2 Ed.). Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1935.

Apêndice

Tabela A.1 – Balança comercial do Estado de São Paulo em 1926 e 1927

Importação e exportação nos anos de 1926 e 1927

Importação	Valor em mil réis		Valor em libras esterlinas	
Classificação das mercadorias importadas	1926	1927	1926	1927
Algodão em bruto e em manufacturas diversas..	69.336	85.382	2.016.229	2.077.348
Aço e ferro em bruto e em manufacturs diversas.	81.452	136.369	2.393.557	3.317.751
Machinas para industria.....	21.793	19.564	644.509	476.00
Machinas para lavoura.....	1.746	1.672	51.717	40.698
Outras machians, aparelhos e utensílios diversos.	93.366	120.227	2.796.168	3.460.272
Productos chimicos, drogas e especialidades...				
Pharmaceuticas	18.906	25.310	561.600	615.792
Pelles e couros preparados e curtidos e suas...				
Manufacturas.....	13.490	15.528	403.997	377.795
Juta e cahamo em bruto.....	25.306	33.192	750.237	807.554
Juta e cahamo em fio para tecelagem	7.397	4.983	220.145	121.238
Carvão em Pedra.....	23.669	32.132	731.175	781.759
Kerozene.....	7.576	10.950	221.642	266.413
Bacalhão.....	12.573	14.380	366.058	349.861
Farinha de trigo.....	57.730	41.977	1.703.688	1.021.278
Trigo em grão.....	89.078	114.827	2.627.176	2.793.661
Vinhos comuns e finos.....	28.909	31.100	845.272	756.642
Generos alimenticios diversos.....	48.617	60.847	1.420.816	1.480.371
Outras mercadorias de menos valor.....	<u>399.184</u>	<u>533.834</u>	<u>11.833.147</u>	<u>12.453.129</u>
Total da importação.....	1.003.136	1.282.285	29.587.133	30.721.562

Exportação	Valor em mil réis		Valor em libras esterlinas	
Classificação das mercadorias importadas	1926	1927	1926	1927
Algodão em rama.....	1.172	2.426	36.029	59.058
Couros.....	2.069	14.595	60.503	355.380
Fructos para óleos.....	4.225	2.628	119.803	63.959
Café.....	1.656.934	1.865.670	49.066.416	45.400.064
Carne resfriada e congelada.....	7.360	31.745	222.135	772.505
Bananas.....	11.637	12.332	345.765	300.103
Resíduos de caroço de algodão.....	5.625	2.440	169.173	59.384
Outras mercadorias de menor valor.....	<u>8.235</u>	<u>12.073</u>	<u>243.096</u>	<u>293.797</u>
Total da exportação.....	1.697.259	1.943.912	50.262.920	47.304.250

Fonte: Mensagem do presidente do Estado de São Paulo de 1928

Tabela A.2 – Principais produções industriais em 1913, 1916 e 1919
Quantidade produzida

Products	Unit	Years		
		1913	1916	1921
Textiles				
Cotton piece goods	Meter	384.988.943	491.018.086	555.396.348
Jutte " "	"	38.746.691	43.076.369	53.973.066
Wool " "	"	2.548.571	2.761.498	13.109.472
Linen " "	"	-	285.607	514.101
Silk	Kilog	-	68.694	96.405
Cotton lace	"	-	39.570	41.217
Slik Lace	"	-	31.994	37.629
Cotton ribbons	"	-	-	47.041
Silk ribbons	"	-	30.274	31.960
Silk, worsted or cotton stocking	Pair	-	13.623.959	21.192.210
Silk, linen or cotton shirts	One	-	-	7.142.580
" " " " drawers	"	-	-	1.090.694
" " " " collars	"	-	-	4.007.249
" " " " cufis	Pair	-	-	114.011
" " " " handkerchieves	One	-	-	5.138.507
Silk, worsted or cotton ties	"	-	-	1.402.107
Bed-covers, blankets, etc	"	-	-	2.945.858
Table-clothes, napkins, etc	"	-	-	2.135.711
Tobacoo, leaf	Kilog	738.980	2.989.997	2.928.263
Cigars	One	119.343.482	91.479.573	78.377.527
Cigarettes	Packet	220.280.648	257.619.994	315.251.714
Matches	Box	520.612.522	605.051.303	571.964.582
Beer	Litre	93.534.488	77.584.735	89.766.604
Alcohol and brandy	"	-	-	127.752.042
unenumerated beverages	"	19.534.488	23.610.701	55.459.155
Vinegar	"	9.228.009	16.901.331	12.853.104
Salt	Kilog	140.227.382	239.821.579	184.834.859
Boots and shoes	Pair	14.624.957	16.553.701	18.456.591
Perfumery	Number	15.433.219	20.037.490	23.840.471
Lance-perfum	Kilog	-	7.530	147.637
Biscuits	"	-	3.561.387	872.168
Chocolate	"	-	797.207	1.296.284
Preserved meat, fish and confectionery	"	11.104.247	10.034.317	11.805.075
Candles	"	4.447.220	5.129.914	4.318.163
Hats	One	4.572.302	4.451.180	4.130.891
Umbrellas and sticks	"	1.383.801	778.235	749.953
Parmaceutical specialties	Number	8.063.992	9.991.542	17.398.759
Playing card	Packet	392.682	550.812	662.881
Wall-paper	Piece	-	1.040.692	983.683
Records for gramophones	One	-	184.039	142.403
Earthen ware	Kilog	-	59.097	3.034.287
Manufactures of glass	"	-	1.099.204	2.743.384
Nails and screws	"	-	7.582.226	10.642.437
Furniture	Number	-	-	1.655.192
Eletric lamps	One	-	-	690.710
Butter	Kilog	-	-	6.911.206

Fonte: *Economical data about Brazil, 1927, p. 23*

Tabela A.3 – Quantidade de mercadorias importadas, por classes em 1909, 1910 e 1911.

Mercadorias	Janeiro a dezembro de 1909, 1910 e 1911			
	Unidades	Quantidade		
		1909	1910	1911
Classe I - Animais vivos.....				
Classe II - Matérias primas e artigos com aplicação às artes e indústrias.....				
Algodão.....	Kilo	2.443.822	3.261.018	3.212.941
Cabellos, pellos e pennas.....	"	75.896	111.591	121.000
Canna da Índia, bambu, junco, rotim, vime, outros cipós..	"	155.975	199.421	256.693
Chumbo, estanho, zinco e suas ligas.....	"	5.102.071	6.004.352	5.762.081
Cobre e sua ligas.....	"	1.586.391	2.438.726	2.212.872
Despojos animaes.....	"	1.391.901	1.108.164	1.514.930
Ferro e aço.....	"	37.424.845	49.427.638	53.276.748
Juta e Cahamo.....	"	16.849.837	18.294.873	31.887.602
Lã.....	"	701.225	947.694	1.108.164
Linho.....	"	385.033	464.012	506.393
Madeiras.....	"	96.743.279	153.339.841	
Materias ou substancias para perfumaria, tintura, pintura e outros usos.....	"	13.373.193	15.535.832	17.977.650
Metalloides e outros metaes.....	"	1.921.936	2.436.742	2.841.237
Ouro, prata e platina.....	Gramma	22.620.789	10.505.721	10.945.873
Palha, esparto, cairo, pita, piassava, e outra materias filamentosas.....	Kilo	679.058	1.092.262	1.023.403
Plantas, folhas, flores, fructos, grãos, sementes, raizes, cascas, etc.....	"	8.661.183	11.248.593	13.627.575
Pedras, terras, e outros mineraes semelhantes.....	"	1.727.279.173	2.077.365.814	2.269.788.243
Pelles e couros.....	"	736.583	1.156.243	1.579.850
Seda.....	"	25.012	35.729	53.630
Sumos e succo vegetaes.....	"	18.988.579	18.327.752	21.107.160
Classe III - artigos manufacturados.....	"			
Algodão com ou sem meschia.....	"	9.308.655	14.391.575	10.915.873
Aluminio.....	"	26.775	48.287	48.897
Armamento e munições de caça e guerra.....	"	3.600.877	3.045.980	2.514.428
Cabellos, pellos e pennas.....	"	13.976	26.663	32.282
Canna da Índia, bambu, junco, rotim, vime, outros cipós..	"	46.398	38.555	79.443
Carros e outros vehiculos.....	"			
Chumbo, estanho, zinco e suas ligas.....	"	414.360	1.538.944	1.947.975
Cobre e sua ligas.....	"	1.127.225	2.915.386	3.552.847
Ferro e aço.....	"	304.688.190	363.187.192	371.323.470
Instrumentos de musica.....	"			
Instrumentos e objectos sirurgico e dentarios.....	"	203.575	275.673	293.126
Instrumentos e objectos mathematicos, pysicos e opticos..	"			
Lã com ou sem meschia.....	"	1.082.860	1.563.622	1.856.222
Linho.....	"	1.061.590	1.971.801	2.227.856
Juta e Cahamo.....	"	519.351	680.850	772.210
Louça, porcellana, vidro e crystal.....	"	14.805.465	21.227.627	24.203.591
Machinas, aparelhos e accessorios, utensilhos e feramentas.....	"	61.639.662	73.560.756	100.330.156
Madeiras.....	"	2.066.022	2.573.255	3.088.739
Marfim, madreperola, tartaruga e outros despojos animaes.....	"	29.064	43.850	50.609
Nickel.....	"	4.656	4.991	6.083
Ouro, prata e platina.....	Gramma	5.665.580	8.045.159	8.741.730
Palha, esparto, cairo, pita, piassava, e outra materias filamentosas.....	Kilo	1.310.129	1.656.685	1.313.048
Papel e suas applicações.....	"	28.488.790	38.251.485	40.820.460
Pedras, terras, e outros mineraes semelhantes.....	"	39.657.294	53.834.930	49.785.862
Pelles e couros.....	"	343.156	461.269	451.812
Perfumaria e artigos de tinturaria, pinturas e outros usos..	"	2.710.867	3.870.439	3.749.502
Productos chimicos, drogas e especialidades pharmaceuticas.....	"	23.654.812	38.708.127	34.206.848
Seda com ou sem meschia.....	"	55.602	78.053	104.097
Varios artigos.....	"			
Classe IV - Artigos destinados a allimentação e forragem.....	"			
Artigos destinados à allimentação.....	"	655.833.465	766.756.116	765.018.283
Bacalhão.....	"	33.471.743	33.849.714	34.241.012
Farinha de trigo.....	"	146.304.805	158.955.851	158.760.608
Trigo em grão.....	"	259.303.978	316.312.762	333.145.668
Vinho commum.....	"	56.234.810	60.980.067	62.173.663
Xarque.....	"	35.107.767	33.710.355	26.651.408
Diversos generos.....	"	125.410.362	162.936.367	150.045.926
Forragens.....	"	24.229.592	29.302.285	32.265.976
Total das mercadorias.....	"			
Classe V - Moedas metallicas e notas de bancos estrangeiros.....	"			
Total Geral.....	"			

Fonte: Mensagem do ministro da fazenda de 1911, p. 184

Tabela A.4 - Quantidade de mercadorias importadas, por classes em 1924 e 1925.

Mercadorias	Quantidade		
	1924	1925	Diferença para + ou - em 1925
Classe I			
Animais vivos, cabeça.....	5.809	8.190	2.381
Classe II			
Matérias Primas			
Ferro e aço, toneladas.....	96.456	87.790	-8.666
Juta, idem.....	20.793	22.719	1.926
Lã, idem.....	1.504	2.470	966
Madeiras, idem.....	21.307	27.865	6.558
Briquette, carvão de pedra e coke, idem..	1.725.187	1.927.436	202.249
Cimento, idem.....	323.312	336.474	13.162
Peltes e couros, idem.....	1.087	1.393	306
Diversos, idem.....	<u>138.044</u>	<u>137.051</u>	<u>-993</u>
Total da classe II	2.327.690	2.543.198	215.508
Classe III			
Artigos manufacturados			
Algodão (tecidos de), toneladas.....	6.042	7.328	1.286
" (outras manufacturas de), idem ...	1.535	1.613	78
Automoveis, unidade.....	24.167	43.714	19.547
Outros vehiculos, toneladas.....	17.960	52.047	34.087
Borracha, idem.....	2.063	3.766	1.703
Cobre e suas ligas, idem.....	5.194	4.296	-898
Ferro e aço, idem.....	279.238	309.527	30.289
Lã, idem.....	818	1.118	300
Linho, idem.....	719	1.250	531
Louça, procellana e crystal, idem.....	15.449	15.464	15
Machinas, aparelhos e accessorios, idem..	75.166	108.051	32.885
Papel e suas applicações, idem.....	52.894	62.167	9.273
Productos chimicos, drogas, etc., idem....	45.666	44.409	-1.257
Gazolina, idem.....	89.303	143.318	54.015
Kerozene, idem.....	89.030	103.342	14.312
Oleo combustivel, idem.....	248.355	261.108	12.753
Diversos, idem.....	<u>57.908</u>	<u>66.605</u>	<u>8.697</u>
Total da classe III	1.011.507	1.229.123	217.616
Classe IV			
Artigos de alimentação e forragem			
Arroz, toneladas.....	19.558	74.172	54.614
Bebidas, idem.....	31.751	29.817	-1.934
Farinha de trigo, idem.....	181.445	163.918	-17.527
Trigo em grão, idem.....	525.897	521.241	-4.656
Bacalhau, idem.....	19.229	22.781	3.552
Fructas de mesa, idem.....	10.495	12.513	2.018
Azeite de oliveira, idem.....	3.400	6.032	2.632
Sal comum, idem.....	79.408	171.761	92.353
Forragens, idem.....	7.762	2.417	-5.345
Diversos, idem.....	<u>81.791</u>	<u>56.064</u>	<u>-25.727</u>
Total da classe IV	960.736	1.060.716	99.980
Total geral	4.305.742	4.841.227	535.485

Fonte: Mensagem do ministro da fazenda de 1925, p. 18